

EXEMPLAR ÚNICO



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII - SUPLEMENTO "B" AO Nº 64 TERÇA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1992 BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

Atas da Comissão de Assuntos Econômicos

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

5ª Reunião, realizada em 19 de março de 1992

Às dezessete horas do dia dezenove de março de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões da comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, com a presença dos Senhores Senadores Chagas Rodrigues, José Fogaça, Mário Covas, Afonso Camargo, Elcio Alvares, Esperidião Amin, Ronan Tito, César Dias, José Eduardo, Antonio Mariz, Humberto Lucena, Albano Franco, Maurício Corrêa, José Richa e Coutinho Jorge, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Nabor Júnior, Ruy Bacelar, Ronaldo Aragão, Guilherme Palmeira, Meira Filho, Henrique Almeida, Dario Pereira, Marco Maciel, Beni Veras, Valmir Campelo, Levy Dias, Nelson Wedekin, Júnia Marise, Moisés Abrão e Eduardo Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, Sua Excelência comunica que a reunião destina-se à discussão de uma minuta para a elaboração de um projeto de resolução visando substituir a Resolução nº 58/90 e informa que estão presentes os Senhores Roberto Brandt, Sérgio Cardoso, Frederico Mazzucchelli e José Soares Nuto, Secretários da Fazenda dos Estados de Minas Gerais, Amazonas, São Paulo e Paraíba, respectivamente; os Senhores João Carlos de Carvalho, Nelson Machado, Luiz Arruda Villela e Laércio Segundo de Oliveira, representantes dos Secretários de Fazenda dos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte e os Senhores Otaviano T. Gomes Júnior e William Rangel Moura, assessores dos Secretários da Fazenda e do Planejamento do Mato Grosso, respectivamente. Presentes também,

os Senhores Carlos Augusto de Carvalho e Wagner Dias Fernandes, do Banco Central. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Mário Covas, que indaga o motivo da presença dos líderes de partido e dos Secretários de Fazenda, uma vez que a reunião deveria ser exclusiva da Comissão de Assuntos Econômicos. O Senhor Presidente esclarece que se trata de uma reunião de caráter informal, cujo objetivo é o de propiciar um amplo entendimento entre as lideranças partidárias, as Secretarias de Fazenda e dos Estados e os membros da Comissão de Assuntos Econômicos em torno do projeto de resolução que substituirá a Resolução nº 58/90. O Senador Esperidião Amin alega que, uma vez utilizado o livro de presença da comissão, ficou caracterizado o aspecto formal da reunião e, sendo o assunto polêmico, sugere que a reunião seja aberta ao público e à imprensa. O Senador Elcio Alvares insiste sobre o caráter informal da reunião, já que não se trata de uma sessão deliberativa. A seguir o Senador Mário Covas declara que, não obstante o direito do Presidente de convocar qualquer tipo de reunião, a convocação que lhe foi enviada dizia respeito a uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. O Senador Humberto Lucena esclarece que esta reunião foi acordada em reunião anterior das lideranças — em que se tratou da elaboração do projeto de resolução que substituirá a Resolução nº 58/90 — na qual se chegou à conclusão de que seria positivo que se tentasse o consenso em torno da matéria. Portanto, a Comissão de Assuntos Econômicos se reuniria informalmente com os Secretários de Fazenda e as lideranças partidárias, no intuito de discutir as referidas modificações, já que a deliberação da matéria é de competência desta comissão e que a minuta do projeto partiu de uma iniciativa do seu Presidente. O Senador Chagas Rodrigues pergunta se há necessidade de alterar a Resolução nº 58/90 e se a presença dos Secretários

EXEMPLAR ÚNICO

de Fazenda visa fornecer informações sobre a situação econômica de seus estados. Sugere então, que a reunião seja secreta, uma vez que envolve informações sigilosas de interesse dos estados. O Senador Ronan Tito esclarece que o que se pretende aqui é discutir a minuta criada a partir das sugestões dos líderes e dos Secretários para que esta comissão tenha subsídios para elaborar e votar a nova resolução. O Senador Maurício Corrêa propõe que se adote o procedimento correto de tramitação de matérias, protocolando a minuta feita pela assessoria do Senado e designando-lhe um relator, de forma que haja uma apresentação formal da proposta. O Senhor Presidente explica que encaminhou a minuta a todos os Secretários de Estado logo após a reunião das lideranças, para que esses também pudessem apresentar sugestões. O Senador Maurício Corrêa alega que isto deveria ser feito através de emendas oferecidas pelos Senadores, orientados pelos Secretários dos seus Estados. O Senador Ronan Tito informa que já existe um projeto elaborado pelo Senador Iram Saraiva sobre a matéria, que poderia servir de base para as discussões. O Senhor Presidente explica que esta proposição ainda não chegou à comissão, sendo este o motivo pelo qual se discute a minuta da assessoria. Sua Excelência retoma a questão de ordem inicial e indaga aos Senhores Senadores se a reunião deverá ser secreta ou não. O Senador Mário Covas discorda da maneira como está sendo encaminhada a reunião, uma vez que, segundo informou o Senador Humberto Lucena, a minuta é resultado de uma reunião entre as lideranças e, sendo assim, já teria passado pelo crivo do seu líder, não havendo mais o que discutir, uma vez que não se costuma votar contra a própria liderança. Se o documento foi redigido pela assessoria, ele desconhece sua origem. Indaga pois, qual foi o motivo pelo qual se convocou esta reunião. O Senhor Presidente esclarece que o documento resultou de uma solicitação da Comissão de Assuntos Econômicos à Assessoria, seguindo a orientação e de acordo com o que foi acertado com as lideranças e com o Presidente do Senado. O Senador Mário Covas pergunta qual a razão dos membros desta comissão terem sido os últimos a tomar conhecimento da minuta, uma vez que já era de conhecimento dos líderes e dos secretários de estado. O Senador Maurício Corrêa concorda com as colocações do Senador Mário Covas afirmando que este plenário é *sui generis*, motivo pelo qual propõe que se converta esta reunião em audiência pública, para que se possa ouvir os Secretários. O Senhor Presidente lembra que a proposta de que a reunião fosse secreta partiu do Senador Ronan Tito e sugere que se dê a palavra aos Secretários de Estado, para que estes se posicionem a respeito da minuta. O Senador Ronan Tito alega que é impossível elaborar uma proposta de resolução em uma reunião pública. O Senhor Presidente ouve a opinião dos Secretários de Fazenda dos Estados sobre o assunto. Dito isto, Sua Excelência franqueia a palavra aos Secretários. Falam os Senhores Roberto Brandt, Secretário da Fazenda de Minas Gerais, Sérgio Cardoso, Secretário da Fazenda do Amazonas e Frederico Mazzucchelli, Secretário da Fazenda de São Paulo, que propõe o entendimento entre os Secretários de Fazenda e a Assessoria do Senado para discutir as questões técnicas da minuta. O Senhor Presidente concorda com a colocação do Secretário da Fazenda de São Paulo. O Senador Humberto Lucena propõe pedir ao Presidente do Senado que agilize o envio do projeto de autoria do Senador Iram Saraiva que versa sobre o mesmo assunto, de forma a seguir o procedimento normal de apresentação e discussão de matérias. O Senador Maurício Corrêa acata

a proposta do Senador Humberto Lucena, acrescentando que todas as sugestões dos Senhores Secretários poderão ser apresentadas em forma de emendas pelos Senhores Senadores, de forma que a competência da comissão não seja afrontada. O Senhor Presidente concorda com as soluções propostas e, nada mais havendo a tratar, agradece a presença dos Secretários de Fazenda e demais convidados, encerrando a presente reunião às dezoito horas e trinta minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador Raimundo Lira, Presidente.

Anexo à Ata da 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 19 de março de 1992, às dezessete horas, referente à discussão de uma minuta para a elaboração de um projeto de resolução visando substituir a Resolução nº 58/90, que se publica devidamente autorizada pelo Senhor Presidente, Senador Raimundo Lira.

(Íntegra do apanhamento taquigráfico.)

(Não houve gravação na abertura.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — ... resolução, que teria a aprovação e o assentimento prévio de todas as Lideranças da Casa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM — Mas isso não impediria que a Comissão a discutisse.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM — Resumindo, não é uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, no sentido regimental?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM — Não é uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Se é, então estou solicitando que seja submetido aos membros da Comissão se a reunião será secreta ou não, que é o que o Regimento prevê.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Mas nós podemos colocar o assunto em deliberação com esse Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM — Mas é o que eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Mas eu não entendi dessa forma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM — Pelo Regimento, existem dois tipos de sessão: pública ou secreta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador, vou rememorar em dois minutos, para que possamos prosseguir. Recebi a solicitação da maioria dos Líderes, no meu gabinete, para que a reunião fosse fechada — não foi nem usada a expressão secreta — a exemplo do que foi a de terça-feira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM — Mas a de terça-feira foi uma reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Eu atendi a solicitação. Mas se V. Ex^a levanta agora uma questão de ordem de que a reunião deva ser aberta, eu coloco também a questão de ordem de V. Ex^a em exame.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM — Peço ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos que pondere o seguinte: é evidente que na deliberação ou alteração de uma nova Resolução 58, ou uma nova, haverá conflito de interesse da União,

de Estados, e de Municípios, sem dúvida nenhuma. Não vejo por que esses conflitos, que são próprios do interesses públicos, não possam ser do conhecimento da sociedade.

Faço um pedido para que, com todo respeito aos Líderes, essa deliberação V. Exª não a tome isoladamente e a submeta a Comissão de Assuntos Econômicos. Defendo que a sessão seja aberta.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Senador Elcio Álvares.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Sr. Presidente, a preliminar vai dizer tudo. Criou-se uma idéia — e agora temos idéia disso mais em concreto — de que não era uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. E por quê? Temos a presença, aqui, de eminentes e ilustres Secretários de Fazenda e de membros da equipe econômica do Governo. Se esta reunião se formalizar como a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, vamos ficar presos a uma mecânica altamente difícil para chegar ao entendimento. A informalidade deve existir porque não é uma sessão deliberativa. É uma reunião informal para uma primeira abordagem do documento, dando até prosseguimento à reunião das Lideranças, a que não estive presente. Parece-me, sem qualquer demérito para quem quer que seja, que esta reunião, com o devido respeito, não pode ser uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, especificamente. É uma reunião informal em que os componentes da Comissão de Assuntos Econômicos mais os eminentes Secretários da Fazenda e os ilustres representantes da área econômica do Governo vão fazer uma abordagem sobre várias versões de documentos, que resultarão na versão definitiva da resolução. Se houver esse entendimento, tenho uma posição. Mas, se se formalizar como reunião oficial da Comissão de Assuntos Econômicos, eu teria uma outra posição, no que tange à reunião ser reservada ou não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Não é reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. O livro, inclusive, está aberto para a assinatura de todos os Srs. Senadores que dela participarem. Entendemos que qualquer reunião desse nível que aqui se faça tem que ser documentada. Tanto é que não a registramos como reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e, sim, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Chagas Rodrigues.

O SR. MÁRIO COVAS — Sr. Presidente, pela ordem. Estou confuso. Encontrei no meu gabinete o seguinte comunicado: "Senado Federal. Secretaria Legislativa. Subsecretaria de Comissões. Comissão de Assuntos Econômicos. Comunicado: Excelentíssimo Sr. Senador, o Exmº Sr. Senador Raimundo Lira, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunica a realização de uma reunião".

O Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos só comunica a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Exato. Não é uma convocação, Senador, mas um comunicado.

O SR. MÁRIO COVAS — Não importa. Na realidade, V. Exª tem atribuições para convocar reuniões, sejam de caráter deliberativo, informativo, ou sigiloso, mas a rigor V. Exª convoca uma reunião da Comissão. Vossa Excelência é o Presidente da Comissão, não pode convocar uma reunião em plenário ou uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Convoca, como diz aqui, ou comunica a cada um de nós a realização de uma reunião, mas uma

reunião da Comissão. Não vejo mal algum em que a Comissão se reúna de forma totalmente informal. Se será sigilosa ou não, é outro assunto. Mas, para entender que não estejamos aqui fazendo uma reunião da Comissão, então não sei o que estou fazendo, nem sei se devo estar numa reunião, que não é da Comissão da qual eu sou membro. Se é uma Comissão dos Líderes, eu não sou Líder; se é uma comissão para quem quiser ouvir, vou pensar se quero ouvir ou não; se é uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, então tenho obrigação de comparecer, porque sou membro dela, já não é opção, é algo obrigatório. Não vejo nenhum inconveniente que V. Exª faça a reunião da Comissão e que ela tenha característica sigilosa ou não, o Regimento prevê essas hipóteses. Eu temo muito o seguinte, Sr. Presidente: o meu Líder fala sempre por mim, não tenho nenhum constrangimento quanto a qualquer atitude que ele tome. Mas veja que V. Exª já está fazendo uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que, por sugestão dos Líderes, passa a ser secreta, para fornecer subsídios para os Líderes, para depois trazer para a Comissão algo que os Líderes já decidiram, acho até dispensável. Se nós vamos ter uma decisão prévia das Lideranças, é desnecessário a Comissão tomar alguma atitude. Eu não vejo como eu possa adotar aqui uma posição diferente da que meu Líder adotou numa reunião prévia. Se ele adotou uma decisão, eu certamente a afirmo e se ele já fez isso não tenho por que ter o trabalho de queimar minhas pestanas, dentro da Comissão de mérito, para efeito de chegar a um objetivo. O que V. Exª está fazendo, de uma certa forma, é uma audiência pública, com presença de Secretários de Estado, de agentes do Poder Executivo, na qual a tramitação, a ordem da reunião vai ser um pouco diferenciada daquelas em que se vai votar matéria em caráter terminativo. Negar que esta possa ser uma reunião da Comissão é dar-lhe uma característica de ajuntamento, onde as pessoas que estiverem interessadas vêm ouvir Secretários de Estado e pessoas do Governo. Acho que não se vai tomar deliberação nebluma. Se as Lideranças pedem à Comissão para fornecer uma visão preliminar, também não vejo inconveniente. Entendo que passar por cima do fato de que se trata de uma reunião da Comissão me parece pouco razoável. A reunião da Comissão pode ser secreta e V. Exª sabe como conduzir para chegar a esse objetivo. Insistir que não se trata de uma reunião da Comissão me parece, no mínimo, algo em contradição com o comunicado que recebi.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Senador Humberto Lucena, Líder do PMDB.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Secretários, demais senhores e senhoras presentes, quero apenas aduzir algumas considerações rapidamente. Nós, Líderes de todos os partidos, tivemos uma reunião com o Presidente do Senado, Senador Mauro Benevides, para tratar do problema do endividamento interno e externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que não se prende apenas hoje tão-somente à questão relacionada com a chamada de dívida, mas a própria revisão global da Resolução nº 58 do Senado Federal. Trata-se, portanto, de um objetivo muito mais amplo do que aquele que inicialmente se cogitava. Nessa reunião que houve no Gabinete do Presidente, foi então estabelecida uma estratégia, através da qual se pudesse fazer um esforço para se chegar a um texto de um projeto de resolução que fosse consensual entre todos os partidos.

O SR. MÁRIO COVAS — Há necessidade de fazer isso?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Não. Estou fazendo um histórico. A meu ver, na medida em que seja consensual, é mais fácil se aprovar com maior rapidez.

O SR. MÁRIO COVAS — Não se trata de ser ou não consensual. Há necessidade de mudar a Resolução Nº 58?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pelo menos é o entendimento que houve, inclusive da parte da Assessoria do Senado, que dá apoio ao próprio Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que já tinha uma minuta de iniciativa da Presidência da Comissão, distribuída entre todas as Lideranças e membros da Comissão. Nessa reunião, foi sugerido e aprovado por unanimidade que se tentasse, a partir de hoje, um esforço para se chegar ao consenso. Então, hoje, a reunião seria presidida pelo Senador Raimundo Lira, na Comissão de Economia. Seria em caráter informal entre o Presidente, os Líderes, os membros da Comissão, e seriam convidados todos os Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, porque além da minuta que nos chegou da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, há também subsídios da parte do Banco Central ao Senado, assim como subsídio dos Secretários de Fazenda. Então aqui seria uma reunião de trabalho para começarmos a discutir informalmente esse assunto para conseguirmos chegar, então em outras reuniões que serão feitas, a um texto que poderia ser subscrito por todos os Líderes. Aí, então, seria iniciada a tramitação no Senado.

Este é o histórico do que houve. Em suma, a reunião seria aqui, porque cabe a esta Comissão discutir o mérito desta matéria, seria Presidida pelo Senador Raimundo Lira, que é Presidente da Comissão, presentes os Líderes, os membros da Comissão, que seriam convidados e os Secretários de Fazenda que quisessem comparecer, atendendo a um convite. Trata-se, portanto, de uma reunião informal. Agora, quanto ao fato de os trabalhos serem abertos ou fechados é uma questão que se pode discutir, realmente trata-se de um assunto de interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Senador Chagas Rodrigues, em seguida, ao Senador Ronan Tito.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Senadores, meus Senhores confesso que, pela manhã, estive numa reunião de Comissão Parlamentar de Inquérito, na qual sou suplente. Fui ante a possibilidade de uns titulares não poderem comparecer. Aqui compareci na qualidade de suplente desta Comissão, admitindo também, o que não é raro, que houvesse alguma dificuldade. De modo que aqui não compareci como líder, sou vice-Líder do PSDB, mas não vim como Líder. Atendi ao atencioso convite do nosso Presidente, como sou vice-Líder e o Líder não pôde comparecer. Mas, vejo com satisfação que dois titulares do nosso Partidos, o PSDB, estão presentes, tanto o Senador Mário Covas, como o Senador José Richa.

Mas, já que estou aqui, quero dizer que não estive presente a essa reunião de líderes. O nobre Senador Humberto Lucena já esclareceu mas tenho para mim, Sr. Presidente — e esse é um posicionamento pessoal — que temos por hábito e, até por força regimental, que as nossas reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sejam secretas. Não é só a votação que é secreta, mas também a reunião, porque ali são tratados assuntos delicados, de alto

interesse nacional e sobre a situação dos países onde nossos embaixadores são credenciados. Nós não podemos fazer certas perguntas de público o que talvez criasse até um problema diplomático. Então, fui informado — e aqui compareci como suplente, e não como Líder ou vice-Líder no exercício da Liderança — certo de que estariam aqui reunidos os membros da Comissão, alguns líderes que pudessem comparecer e outros parlamentares interessados. Para quê? Para termos uma reunião preliminar onde seríamos informados, tomaríamos conhecimento de algumas circunstâncias e condições de alguns Estados, com vistas a uma reunião em que iríamos deliberar sobre uma nova resolução. E claro que aí estaria a preliminar de haver ou não necessidade de uma nova resolução, de haver ou não necessidade de alterarmos apenas alguns artigos na resolução.

Agora, se é uma reunião — e aqui peço permissão aos colegas, pois considero, até certo ponto, uma questão de semântica — uma reunião de membros da Comissão de Assuntos Econômicos com os outros parlamentares e Secretários de Estado, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, ou se é uma reunião informal da própria comissão. A comissão se reúne com os novos companheiros, com os seus membros, com representantes de Estados. Entre uma reunião de membros da Comissão, de Senadores e Secretários de Estado, já que houve uma deliberação dos Líderes nesse sentido, e uma reunião informal da própria Comissão com estes ilustres colegas, eu não vejo muita diferença. O que é fundamental, é que não haverá deliberação alguma; vamos nos informar. Não sugeri que esta reunião fosse secreta, mas creio que há muitos aspectos que alguns Secretários de Estado não gostariam de abordar publicamente, mesmo porque eles não são membros de comissão. Penso que a situação, *mutatis mutandis*, até onde é possível fazer a relação, lembra aquela da Comissão de Relações Exteriores. Vamos tratar aqui de vários assuntos a respeito da situação de alguns Estados, como, por exemplo, por que o Estado chegou a se endividar; se o Estado está interessado; se está cumprindo com as suas obrigações.

Confesso que sou até suspeito, porque, no meu Estado, sou de um Partido de oposição ao Governador. Mas estive hoje, no Banco Central, com o Presidente do Sindicato dos Bancários e com Senadores de outros Estados pleiteando a reabertura do Banco do Estado. Então diante disso, Sr. Presidente, se os colegas me permitem, é uma questão semântica, não vejo muita diferença entre reunião de membros da Comissão com esses novos visitantes e uma reunião informal. O que é importante é que nós nos informemos no máximo sobre a questão para termos condições de votar. E, repito, não estou aqui como líder, V. Ex^a me convidou. E não tomarei aqui nenhuma deliberação sem ouvir a Bancada do meu Partido. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Secretários de Estados: penso que temos que explicar amiudadamente o que é que, na verdade, pretendemos fazer aqui. No passado, Sr. Presidente, fizemos essa reunião no gabinete de um líder, porque, na verdade, o estamos querendo fazer, é um "boneco" para uma resolução que será votada pela Comissão de Orçamento. Estivemos em reunião no gabinete do Senador Fernando Henrique Cardoso com 4 ou 5 representantes de Estado. Tivemos a audiência dos Srs. Secretários do Banco Central, porque esta Casa é eminentemente

democrática. Mas vejam, essa discussão poderia ter sido realizada em qualquer gabinete fechado, como já o foi no passado. Seria apenas uma discussão sobre o que convém ou não convém. Agora se a transformamos, como acabamos de transformar, queiramos ou não, numa reunião de Assuntos Econômicos, ocorre o que estamos presenciando.

Em vez de estarmos discutindo o "boneco" estamos discutindo questões de ordem. Na verdade — desculpe-me, Sr. Presidente — nós caímos no "democratismo". Na verdade, o "boneco" que deve ser debatido, discutido para ter emenda ou não, pode ser feito num grupo de 3 ou 4 líderes, e trazido aqui, para ser amplamente debatido. Agora, tem toda razão o nobre Líder do PSDB, quando diz que podemos querer entrar no endividamento do Estado, e se a reunião for aberta, os Secretários não terão liberdade total para entregar esses números etc. Nós queremos ouvir o Banco Central.

Vejam bem, essa resolução poderia ser feita em um gabinete e submetida à votação em uma reunião pública. Mas, neste momento, o que vamos discutir é o seguinte: art. 1º; o que vocês acham? É isso etc. Mas vamos ficar aqui, porque transformamos esta reunião numa reunião da Comissão de Economia, nesse formalismo: "peço a palavra"; "questão de ordem"; "esta Comissão é isso, esta Comissão é aquilo"; quando, na verdade o que pretendemos é apenas elaborar uma proposta para que a Comissão de Economia delibere.

Portanto, até me proponho a não fazer parte. Acho que o meu Partido, estando aqui o meu Líder, está muito bem representado; e aí discute-se a proposta. Agora, não abro mão de, no dia da votação dessa resolução, estar aqui presente, dar o meu voto, discutir e debater.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quer me parecer, com o maior respeito à indagação — que, aliás, não foi feita em forma de definição, pelo "sim" ou pelo "não" do Senador Mário Covas, que se torna indispensável a regulamentação, através dessa resolução, de alguns princípios introduzidos na Lei nº 8.388, de 30 de dezembro de 91, que é a da rolagem da dívida.

Quer me parecer, por outro lado, também, que estamos diante daquele mesmo contraditório que surgiu na época da discussão da rolagem da dívida; há uma parte que entende que a rolagem da dívida não deveria se processar nos termos em que foi feito, em decorrência de divergências e até de pontos de vista inteiramente supérfluos de serem aqui repetidos.

De qualquer forma, Sr. Presidente, há uma reunião marcada. Parecer-me que temos que encontrar um mecanismo, um instrumento racional para a equação dessa pendência que vivemos. Ora, como que se inicia o processo legislativo em hipóteses semelhantes a essa? Em primeiro lugar, pela apresentação de uma proposição. No caso específico, tentou-se adiantar a equação dessa resolução através de um entendimento preliminar, que estamos sentindo que, em face de o assunto ter vindo para cá, não se iniciou, consensualmente, para apresentar a todos os Senadores. Estamos diante de uma discussão coletiva e acho que ela tem que ser pública. E, agora, torna-se indispensável que seja pública. Pouco importa se há situações constrangedoras de alguns Estados. Afinal de contas, não se deve sonegar à opinião pública aquilo que

se passa nas entranhas do Governo. Por isso é que gera até suspeição por parte daqueles que são contrários não só à lei como à própria resolução.

Então, o que me parece, Sr. Presidente, com absoluta tranquilidade, é que devemos iniciar pelo processo correto. Temos que fazer resolução? Temos. Qual é a maneira de se iniciar? Mediante a apresentação de uma proposta! E qual pode ser a proposta? A proposta que a própria Assessoria do Senado fez. E aí, sim, abrir-se-ia espaço para que os Secretários de Fazenda, através dos Senadores dos seus respectivos Estados, encaminhassem as soluções, enfim, as suas sugestões às respectivas representações de seus Estados, que aqui têm interesse, inclusive, na votação dessa resolução.

De minha parte, entendo, Sr. Presidente, que é necessário, realmente, que haja essa resolução, mesmo porque a lei contém mecanismos legais que determina a elaboração da resolução. E eu diria que há uma situação desesperadora por parte de muitos Estados. Entendo que não é necessariamente porque está na lei, mas porque há determinadas situações que impõem inclusive a necessidade de resolução, até porque é uma prerrogativa do Senado. Há uma grande tendência em tonro dessa questão.

Resumindo, Sr. Presidente, os Estados, quer queiram quer não, precisam ter uma norma do Senado que define isso, porque há situações dramáticas. Ao que me parecer, as rolagens estão paralizadas, porque não está podendo haver negociações perante os organismos financeiros do Governo, em decorrência da paralisação desse instrumento, que é a resolução. De modo que eu própria que iniciássemos mediante a apresentação formal da proposta e, aí, sim, discutiríamos a resolução, porque isso vai canalizar é para o Plenário. O Plenário é que vai decidir; vai haver oposição e vai haver situação dentro desse princípio da resolução. Essa é a realidade!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador Maurício Corrêa, eu gostaria de informar a V. Exª o seguinte: o que V. Exª falou corresponde exatamente às providências que tomamos. Encaminhamos para todos os Secretários dos Estados brasileiros uma minuta da Resolução nº 58, essa minuta foi autorizada, inclusive para ser despachada pelos Líderes, por aquela reunião.

Nós encaminhamos, e todos os secretários que estão aqui já leram essa minuta, já fizeram uma análise crítica e já estão trazendo as sugestões.

Então, esse trabalho que V. Exª pediu já foi feito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RONAN TITO — Posso dar uma informação?

Nós temos três sugestões, e uma, inclusive, apresentada em plenário pelo Senador Iram Saraiva, que tem precedência sobre as demais. Por isso nós temos, neste momento, que começar a discutir, a partir da proposta elaborada pelo nobre Senador Iram Saraiva.

V. Exª fez uma sugestão de maneira informal. Nós temos outras sugestões de modificação do Banco Central, mas agora, com a apresentação da sugestão do Senador Iram Saraiva, nós temos que começara discutira partir dela.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Nobre Senador Ronan Tito, a que foi apresentada pelo nobre Senador Iram Saraiva não chegou à Comissão de Assuntos Econômicos, e a informação que tenho do Presidente da Casa e dos Líderes que estiveram na reunião é que, após chegar

a um consenso de um projeto de resolução, os Líderes iriam subscrever um pedido de urgência para o Plenário.

Essa foi a informação. Agora, mais uma vez, porque nós convidamos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos, não convocamos e sim comunicamos, por quê? Porque, quando a resolução que os Líderes acharam que esta boa vier para a discussão da Comissão de Assuntos Econômicos, se os Senadores que são membros dessa Comissão estão acompanhando, informalmente, a discussão dessa matéria, a discussão será muito mais rápida e muito mais racional.

Terminou tudo dentro da lógica daquilo que todos estão querendo.

Temos ainda uma questão de ordem a ser definida, com relação se a reunião é fechada ou pública.

O SR. MÁRIO COVAS — Sr. Presidente, não estou tomando posição em relação ao que está escrito aqui. O nobre Senador Maurício Corrêa até parecer que pensou assim. Eu, simplesmente, quis dizer que o nobre Senador Humberto Lucena, quando estava falando, nós estamos fazendo essa resolução, estamos tentando elaborá-la como consequência de ter tido uma lei que, aprovada na Câmara e no Senado, obrigou, ou simplesmente estamos querendo fazer uma nova resolução para substituir a de nº 58.

Isso é uma discussão secundária.

Recebi, no meu Gabinete, um comunicado do Presidente da Comissão à qual pertencço, convocando para uma reunião da Comissão.

Uma reunião da Comissão necessariamente os membros da Comissão não precisam ser citados como participantes. Se a reunião é da Comissão, eu, necessariamente, tenho de estar nela, sou membro da Comissão, com a presença dos Líderes, dos secretários de Estado e de membros do Poder Executivo. Não tenho nada contra eles, tenho contra esse processo que está começando. Essa história de aparecer aqui de repente, um projeto, e não sabemos sua origem. (Intervenção fora do microfone). Não, o Senador Humberto Lucena diz que é do Presidente, e o Presidente não diz que é dele. O Presidente não apresenta isso, tenho certeza, se isso não tiver saído da Comissão. Agora, se saiu da Assessoria do Senado, alguém precisa dar validade para essa tramitação. O Presidente não apresentou nenhuma proposta dele, ou pelo menos ele nega que tenha apresentado.

Por outro lado, é razoável que a Comissão queira ter uma iniciativa. Tudo bem! Acho que o processo está inteiramente errado. Estamos, aqui, tentando avançar nessa sugestão, para que os Líderes, em seguida, digam que estão de acordo e para que, em seguida, a Comissão avalize aquilo que os Líderes dizem ou, então, cada um de nós vai ficar num posição contrária à dos Líderes. Se isso vai previamente ser analisado, discutido o acordado pelos Líderes, não preciso nem vir aqui. V. Exª pode tomar o meu voto exatamente de acordo com o voto do meu líder na reunião dos Líderes. Não preciso vir aqui, não vou votar nunca contra e nem o meu líder. Não tem sentido fazer uma reunião prévia dos Líderes para, depois, a Comissão decidir aquilo que os Líderes já avalizaram. Não tenho nenhuma dúvida em subscrever o que o meu líder fizer.

Agora, V. Exª diz: esta reunião não é da Comissão. Isso, porque V. Exª quer dar a ela um caráter de informalidade.

Em primeiro lugar, a reunião da Comissão pode ter o caráter de informalidade. Em quero saber é o que eu vim fazer aqui. Vim analisar uma resolução cujo origem eu não

conheço. Para isso, estou disposto a ouvir, sei que os Secretários de Estado vão me trazer nome, subsídios, mas quero que esse processo, dessa vez, seja discutido com a presença superior a duas pessoas, como foi na lei original. A lei original, todos nós sabemos, isso foi discutido pelo Presidente da República e pelo Presidente dos Partidos. Quero que essa coisa seja mais ampla, nesta oportunidade. Daí por que quero ouvir os Secretários de Estado, os membros do Executivo, tomar as informações e tentar formular isso. Não estou absolutamente contra isso. Estou querendo saber qual é o procedimento disto. Existe uma minuta aqui cuja origem eu desconheço. Não circular, não se diz como essa resolução apareceu. Como ficava um pouco desagradável ela ter saído dos Líderes para cá, ela está saindo daqui para os Líderes. Como é que ela chegou aqui não está esclarecido.

O Presidente da Comissão me disse que não apresentou nada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Não disse isso, não, Senador.

A Comissão está trabalhando com a Assessoria do Senado Federal, ela pertence a todas as comissões, desde o ano passado, na elaboração de uma nova resolução, a Resolução nº 58.

Inclusive, o que está aqui, acho que já é a quinta ou sexta redação para a Resolução nº 58, e na reunião dos líderes, terça-feira, eles pediram que a comissão distribuisse esse texto como sendo o texto de partida, o texto para se começar a trabalhar. Os líderes aceitaram como sendo um texto de sugestão. Não que eles concordassem exatamente que esse seria o definitivo.

O SR. MÁRIO COVAS — Sugestão de quem?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Da Assessoria.

Nobre Senador, a Comissão são pessoas. Então, a Comissão pediu à Assessoria do Senado Federal que a Assessoria da Comissão de Assuntos Econômicos comesse a fazer um anteprojeto de Resolução nº 58, para se fazer a nova resolução, que altera a Resolução nº 58 existente agora.

Então, à proporção que se começou a trabalhar, surgiu a Lei nº 8.388, e nós queremos também adaptar essa resolução ao texto da lei, porque já foi, também, um acordo de liderança para votação dessa lei. Então, não queremos contrariar, apesar de que, constitucionalmente, nós podemos contrariar a Lei nº 8.338, que é competência exclusiva do Senado, nós não queremos contrariar, porque foi uma decisão dos líderes da Casa. Da mesma forma que os líderes solicitaram que a Comissão de Assuntos Econômicos fizesse essa reunião desta forma, eu atendi aos líderes.

É isso que estou fazendo. Nós estamos cumprindo uma missão, atendendo a um pedido do Presidente da Casa, Senador Mauro Benevides, e dos líderes, para que nós fizessemos essa reunião dessa forma. Agora, tomei a iniciativa de chamar os membros da Comissão de Assuntos Econômicos para que eles acompanhassem para, no momento da discussão de um texto que fosse apresentado formalmente, regimentalmente, os membros da Comissão já tivessem tomado conhecimento das tratativas, do que os Estados estão pensando, do que os secretários estão pensando etc.

O SR. MÁRIO COVAS — Sr. Presidente, está longe de mim atrapalhar esta reunião, a oitiva dos Secretários do Governo etc.

Quero saber, tal qual o nobre Senador Esperidião Amin, se eu sou parte legítima para essa reunião ou não. Se não for, irei embora. Para saber isto, eu preciso saber por que estamos reunidos e em cima do quê? Até agora V. Ex^a me disse: a Assessoria ajudou na elaboração de um documento há seis meses que está fazendo isso. Esse documento é um documento da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — É um documento da Comissão que foi entregue a todos os líderes na reunião...

O SR. MÁRIO COVAS — Se é documento começa-se da Comissão, entrega-se então, aos membros, e não para os líderes.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Nobre Senador Mário Covas, nós iremos usar o tempo que for necessário para esclarecermos essa questão. Porque, veja bem: a Comissão, independente da vontade dos líderes, estava cumprindo o seu papel, ou seja, fazendo uma nova resolução para substituir a Resolução nº 58.

Na reunião dos líderes, de que eu participei na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, convocado pelo Presidente Mauro Benevides, os líderes presentes deliberaram que se deveria partir daquele trabalho que já estava sendo feito pela Comissão de Assuntos Econômicos, para que, em cima daquele trabalho, fosse distribuído com os Secretários de Estado, para que eles tomassem conhecimento e viessem a esta reunião, que foi pedida pelos líderes da Casa, com as suas sugestões, já tendo recebido antecipadamente o texto-sugestão, para que aqui nós pudéssemos discutir e ouvir.

Agora, a iniciativa de chamar os membros da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicar e convidá-los para participar, foi essa. Porque, no momento em que os líderes achassem que esse texto seria razoável, seria um texto bom para atender a essa resolução, os membros da Comissão de Assuntos Econômicos que espontaneamente estivessem aqui teriam conhecimento de tudo aquilo que foi conversado a respeito deste assunto.

O SR. MÁRIO COVAS — Sr. Presidente, não vou intervir mais. Somente quero fazer uma última declaração: Eu deploro, realmente. V. Ex^a acaba de me dizer que isto é um documento saído da Assessoria do Senado que serve a esta Comissão, que já é do conhecimento dos líderes, que já é do conhecimento do Secretário de Estado, mas que não é de conhecimento dos membros da Comissão.

De forma que, como membro da Comissão, isso me parece alguma coisa inaceitável. De qualquer maneira, eu debito isso ou ao fato de que não tem muita importância este membro da Comissão receber isso por antecipação, ou, na realidade, a própria Comissão nesse processo de acordo com a decisão preliminar das lideranças. De forma que eu não tenho nenhum desejo deliberado de atrapalhar esta Comissão. Voltarei a tratar do assunto, se for reunião da Comissão, tudo bem, se for reunião de Senadores também muito bem para mim. Tal qual está o problema colocado, eu simplesmente declino aqui que, como membro da Comissão, me estranha que eu seja o último a tomar conhecimento de uma coisa cuja decisão necessariamente começa por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Foi um "boneco"

O SR. MÁRIO COVAS — Sim, mas o "boneco" já está nas mãos dos Secretários de Estado para que eles opinem e não está na dos membros da Comissão. Quem é o autor desse "boneco"? A Assessoria da Comissão? Bem, mas a Assessoria da Comissão é a Assessoria da Comissão e não dos Secretários de Estado, ou das Lideranças. De qualquer maneira, eu reputo, e nisso há uma hierarquia de importância e, seguramente, os membros da Comissão não têm essa importância.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Ex^a tem toda a razão, absoluta razão. Porque, até onde eu sei, nós fizemos uma reunião no Gabinete do Presidente do Senado para as Lideranças informarem a respeito de algumas idéias para a regulamentação da lei. Nós nos reunimos lá. Nós nos encarregamos de fazer uma filtragem e submeter aos nossos companheiros de bancada, cada um dos seus líderes. Estava lá o seu líder, Fernando Henrique Cardoso. É isso que foi combinado. Agora, trazer para uma sessão pública com todos os secretários é realmente estranhável. Eu não votei isso lá naquele dia. E achei que ia haver uma reunião nossa, dos líderes, lá, e depois submeter aos nossos liderados. E eu entendo, Sr. Presidente, só há uma solução: ou racionaliza isso para uma proposta agora regimental vir em termos de regulamentação da lei ou V. Ex^a, o Plenário autoriza, porque isso aqui, é, realmente, um plenário esdrúxulo, é um Plenário sui generis. Para que estamos aqui? Então, parece-me, Senador Raimundo Lira, é que nós convertamos isso aqui naquilo que se falou no início, numa audiência pública e vamos ouvir o Secretário de Fazenda aqui. O que nós vamos fazer mais aqui? Se nós estávamos examinando isso lá e veio para cá? Eu não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador Maurício Corrêa, nós estamos fazendo aqui exatamente o que foi deliberado. O Senador Humberto Lucena, que é o líder do PMDB, está aqui presente, S. Ex^a estava na reunião desde o começo, nós distribuímos esse "boneco" a todos os líderes que estavam lá. Enfim, eu acho que o que nós deveríamos fazer agora é ouvir os secretários, as suas posições. Se a reunião for pública, será pública, e da mesma forma que estou fazendo esta reunião porque os líderes pediram, eu também pedi para a reunião ser fechada porque me pediram. Foram lá e apelaram. — Senador, tem que ser fechada, porque os estados têm as suas peculiaridades, têm suas razões, e não vai se jogar, assim, para todo mundo aquilo que existe dentro da intimidade de cada estado. Eu apenas estou gerenciando, estou fazendo o papel aqui que a maioria quer que eu faça. Então, eu gostaria, ainda, de definir essa questão de ordem para que se possa dar a palavra aos secretários. Pode ser pública? (Pausa.)

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Se é audiência, só pode ser pública. Se nós estamos aqui para ouvir os Secretários, tem de ser pública.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — O que eu acho é o seguinte: o que eu entendi, a reunião não é para ouvirmos Secretários, as peculiaridades dos Estados, mas é para discutir o projeto nos seus itens e ouvir cada Secretário dentro desse "boneco". Agora, eu acho, repito, normalmente elaborar uma proposta numa reunião pública, isso para mim é estranho. Porque em última análise, quem vai decidir é a Comissão de Assuntos

Econômicos. Mas, para elaborar uma proposta com tantas mãos e com tanta gente, eu, sinceramente, nunca vi isso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador Ronan Tito, ninguém vai elaborar proposta aqui. Nós vamos ouvir os Secretários de Estado sobre a resolução.

O SR. RONAN TITO — Sobre a resolução. Só.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Sobre a resolução. Inclusive, um dos pedidos que eu recebi para que a audiência fosse fechada, através do Senador Humberto Lucena, foi do Senador Ronan Tito. O Senador Ronan Tito me fez um apelo para que a reunião fosse fechada. Esse foi o recado que eu recebi.

O SR. RONAN TITO — O Senador Elcio Alvares fez a proposta, eu achei que ela é válida. Por que se nós vamos, aqui... senão vai ser um tal de sonegar informações, aqui, terrível.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Eu entendi que, pela maioria, nem precisa colocar em votação. A reunião fica aberta mesmo.

O SR. MÁRIO COVAS — Mas botar em votação o quê, se não é reunião da Comissão. Quem vai votar? Não é uma reunião da Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Se formos discutir aqui, em vez de se estar discutindo o mérito da resolução, ouvindo dos Secretários as sugestões, se ficarmos discutindo aqui o dia todo a filigrana regimental, por que eu participo, eu entro numa reunião de Gabinete de um companheiro Senador para discutir a respeito de um assunto de Bancada, a imprensa está fora, a primeira preliminar é essa: a imprensa pode assistir ou não pode? E não é reunião formal e não é nada. Isso não deixa de ser uma deliberação, não deixa de ser uma votação. Tanto faz ser votação como deliberação: se entra ou se não entra, se fecha ou se não fecha a porta. Isso em qualquer reunião. Então, é isso que eu coloquei agora. Mas se insistirem: — não, não é votação porque não é formal, não é isso porque não é aquilo, não se vai entrar no mérito da questão.

Estão presentes aqui os secretários de São Paulo, Dr. Frederico Mazzucchelli e vários assessores da Secretaria...

O SR. MÁRIO COVAS — Isso quer dizer que eu devo me comportar, Sr. Presidente? V. Ex.^a olhou para mim como quem diz: — V. Ex.^a deve se comportar. olha o Secretário, aí! (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Não, estou olhando para o papel. (Risos)

Estão ainda presentes o Dr. Roberto Brant, Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais; o Dr. Sérgio Cardoso, Secretário de Fazenda do Amazonas; o Dr. José Soares Nutz, Secretário de Finanças da Paraíba; o Sr. João Carlos de Carvalho, representante do Secretário de Santa Catarina; o Sr. Nelson Machado, representando a Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo; o Sr. Luiz Arruda Vilela, representando a Secretaria do Rio de Janeiro; o Sr. Otaviano Gomes, representando a Secretaria de Mato Grosso, acompanhado também do Dr. William Rangel Moura, também da Secretaria de Mato Grosso; e o Sr. Laércio Segundo de Oliveira, representando a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Norte.

Então, gostaríamos, de acordo com essa lista, sugestão do Líder Humberto Lucena, de dar a palavra, durante 5 minu-

tos, a essas pessoas que constam aqui para que manifestem as suas sugestões, que poderão, depois, ser encaminhadas por escrito a respeito do Projeto de Resolução nº 58.

Inicialmente, passamos a palavra ao Dr. Roberto Brant, da Secretaria de Finanças, de Minas Gerais.

O SR. ROBERTO BRANT — Senador Raimundo Lira, eu vou me desculpar pelo seguinte: realmente estou aqui como observador. O processo de votação da Resolução nº 58, a mudança dela é extremamente importante para os Estados porque ela define uma das variáveis, com que nós contamos, para administração dos nossos Estados. Agora, o que ocorre é que eu só poderia me manifestar sobre propostas concretas. Há uma aqui, mas eu tenho notícias que o próprio Governo Federal pretende, através da Liderança do PFL no Senado, apresentar uma proposta também, uma proposta da qual nós tivemos conhecimento, informalmente pelas próprias autoridades do Ministério da Economia e do Banco Central.

Então, eu acho que a discussão não está ainda madura para que eu possa me manifestar de uma maneira conclusiva, mesmo porque eu traria uma palavra quase que irreversível do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Dr. Sérgio Cardoso, Secretário da Fazenda do Amazonas.

O SR. SÉRGIO CARDOSO — Sr. Presidente, corroboro integralmente a colocação do Dr. Brant, uma vez que esse documento nos chegou às mãos ontem, no final da tarde, e não houve um tempo hábil para um exame mais acurado. Até porque eu gostaria de ouvir a posição do Banco Central para que, partindo dele a justificativa da mudança, eu pudesse, após o exame necessário, exprimir a posição do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Se V. S.^a ainda já recebeu uma sugestão do Banco Central, podemos lhe fornecer já a temos, ela já foi distribuída. Tem a palavra o Sr. Frederico Mazzucchelli Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo.

O SR. FREDERICO MAZZUCHELLI — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero louvar a iniciativa de V. Ex.^a, seu espírito democrático, no intuito de fazer desta reunião uma troca profícua de idéias. Penso que esse é o caminho correto para se tratar de um tema de tamanha relevância, como o que diz respeito de limites de endividamento dos Estados.

Penso que no âmbito da sua preocupação, que é absolutamente legítima, talvez o mais apropriado, se me permite a sugestão, seja um laudo técnico das equipes dos Estados juntamente com a Assessoria da Comissão para desbastar os problemas.

Houve uma série de propostas. Na verdade, não houve organicidade, e sim uma superposição de propostas do Banco Central, do Ministério da Economia, dos estados, da Assessoria da Comissão, de forma que exista um consenso em relação àqueles pontos em que haja acordo desacordo, talvez fosse necessária uma prévia discussão técnica, como já o disse, entre as equipes dos Estados e a Assessoria da Comissão. Seria uma forma objetiva de encaminhar o problema, e eventuais divergências apareceriam, mas tudo já estaria mastigado, servindo como subsídio aos Srs. Senadores.

Evidentemente, não cabe a nós, aqui, dizer o que é bom ou o que é mau. Quem decide são os Srs. Senadores. Entre-

tanto, poder-se-ia apresentar um elenco de sugestões e subsídios para serem ponderados por V. Ex^{as}. Só que penso que seria necessária uma prévia discussão técnica das equipes. Essa é a minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Sr. Secretário, está correta sua colocação. Essa discussão entre as equipes técnicas já existiu, deve existir, e já está existindo.

Entretanto, a intenção desta reunião foi, independente dessa discussão técnica, trabalhada por várias equipes, pelo menos o que foi dito na reunião de terça-feira é que os Senadores, de um modo geral, tomassem conhecimento das preocupações sob o ponto de vista, até político, dos Secretários de Estados. Foi essa a intenção da reunião dos Líderes, na terça-feira, presidida pelo Senador Mauro Benevides: que se fizesse essa reunião para que, de uma forma genérica, se tomasse conhecimento e fossem divulgados pela imprensa a opinião pública quais os pontos de divergência entre o que interessa à União, ao Banco Central e ao Tesouro Nacional e aquilo que é interesse dos Estados.

O que tenho ouvido nesta Casa é que, primeiro lugar, o Senado não pode abrir mão da prerrogativa de elaborar e aprovar a resolução. Mas, por outro lado, como o é uma Casa política, quer também encontrar um ponto de equilíbrio entre o que interessa aos estados e municípios e aquilo que interessa à União.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, estamos verificando que os Srs. Secretários estão em dificuldades para opinar sobre o assunto porque a matéria ainda está muito verde. Ouvimos os Secretários de Finanças de Minas Gerais, do Estado do Amazonas e do Estado de São Paulo. Todos eles apresentaram sugestões.

Estive trocando idéias com alguns Senadores e me pareceu o seguinte: como o Senador Ronan Tito lembrou que há um projeto de resolução na Casa, de iniciativa do Senador Iram Saraiva, que para ordenar os trabalhos no sentido de agilizar a elaboração desse projeto de resolução que altera a Resolução nº 58, que é de interesse do próprio Presidente da Casa, Senador Mauro Benevides, que V. Ex^a solicitasse ao Presidente do Senado o encaminhamento imediato desse projeto à Comissão.

V. Ex^a nomearia um relator do Projeto Iram Saraiva, e esse relator ordenaria, junto com V. Ex^a, os membros da Comissão e as Lideranças, recebendo todas as sugestões, inclusive da sua Assessoria, do Banco Central e dos Secretários, um substitutivo que seria, no seu parecer, submetido ao plenário da Comissão e, depois, do Senado. Acredito que seria uma maneira de ordenarmos os trabalhos, inclusive ajudando V. Ex^a que está tão empenhado em conduzir bem os trabalhos da Comissão nesse particular.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, pela ordem

O SR. PRESIDENTE — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, peço a palavra para falar sobre a questão de ordem levantada pelo Senador Humberto Lucena. Como falei, ainda há pouco, há uma forma racional para que possamos examinar, ouvir e

receber sugestões: é o processo regimental, não há outra alternativa.

Estou de pleno acordo com a sugestão do Senador Humberto Lucena. O projeto vem para a Comissão de Assuntos Econômicos, V. Ex^a designa um relator e vamos ouvir sugestões, através de emendas. Essa é a solução. Fora disso, penso que não haverá como resolver porque há manifestações contrárias. Por exemplo, há colegas que não concordam com resolução nenhuma e desejam apresentar outras sugestões.

De modo que esse é o processo correto. Aquilo que nós queríamos, sei qual é o desejo de V. Ex^a, o consenso, a meu ver, ficou prejudicado. Pode existir o consenso dentro do processo correto: isto é, dentro do Regimento. Penso que está correto. Estou plenamente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — A sugestão que foi dada pelo Senador Humberto Lucena não impede que, imediatamente, os Secretários ou seus assessores possam conversar com nossa equipe técnica em cima de qualquer projeto porque, na realidade, o relator pode apresentar um substitutivo, que seja o que vai atender a todos os interesses, depois de conciliados, e aprovado pela maioria dos Líderes desta Casa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Não é uma forma muito católica, eu diria, não é, Sr. Presidente? Os Secretários se entenderem com a Assessoria, quando estão aqui os representantes do povo? É uma coisa um pouco esdrúxula, completamente invertida! Eles tinham que se reunir com os Senadores. Mas não vou opor-me a isso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Tenho que esclarecer. É possível que V. Ex^a não me tenha entendido. Estou querendo atender o que V. Ex^{as} estão querendo colocar, e V. Ex^a está discordando de mim.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Não, não estou discordando. Só estou dizendo que essa não é uma solução muito regimental. Ela é até um pouco afrontosa ao exercício parlamentar. Quem fala pelos Estados é o Senado, mas não vou brigar por isso. V. Ex^a passe um mata-borrão por cima.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Vou esclarecer, porque não quero afrontar V. Ex^a ou o Senado. Muito pelo contrário. Não vou deixar uma questão destas sem que ela seja dirimida, sem que seja esclarecida. A forma como estamos trabalhando foi uma forma pedida pelo Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides, que pediu um maior empenho a fim de que essa questão fosse resolvida, e me deram essa forma de resolver. Porque resolver, regimentalmente, recebendo um projeto aqui na Comissão, designando um relator, abrindo prazo para a emenda e fazendo a discussão, isso nós fazemos a vida toda. Sabemos fazer.

O que temos que fazer é sair da decisão que foi tomada inicialmente, que não foi minha, estou apenas gerenciando, e entrar nas tratativas regimentais da Casa. Ou seja, esperar o Projeto Iram Saraiva, designar o relator, e esse relator, juntamente com a equipe técnica do Senado, discutir com a equipe técnica dos Secretários, para que possa, em seguida, voltar à discussão na Comissão de Assuntos Econômicos.

Se é para fazer dessa forma, ou seja, regimentalmente, seguindo todos os rituais, sabemos fazer. E vamos fazer.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Não vou brigar por isso. Não concordo, de jeito algum, com essa explicação. Mas sou pragmático, vamos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Mas, Senador, vou fazer o que V. Exª quer. V. Exª concorda com o que quer?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Não concordo é com a explicação que V. Exª acaba de dar. Onde já se viu os Secretários de Fazenda virem para se entender com a Assessoria do Senado? V. Exª entende o contrário do que eu entendo. Respeite-me, por favor! Não quero brigar com V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Tiramos essa parte, Senador, ficamos apenas com a outra. Vamos fazer rigorosamente de acordo com o Regimento da Casa. Aguardamos o Projeto Iram Saraiva, designamos o relator da matéria, abrimos o prazo de emendas. Enquanto isso, o processo de discussão fica aberto.

Haverá uma votação no plenário do Senado, mas proponho-me, em nome da Comissão, receber cada Secretário individualmente, com as suas sugestões, para que possamos encaminhar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, o projeto de resolução do Senador Iram Saraiva vai tramitar no Plenário ou aqui, na Comissão?

6ª Reunião, realizada em 24 de março de 1992

Às onze horas do dia vinte e quatro de março de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, com a presença dos Senhores Senadores Levy Dias, Elcio Álvares, Meira Filho, Ronaldo Aragão, Valmir Campelo, Esperidião Amin, Beni Veras, Dario Pereira, Eduardo Suplicy, Ronan Tito, Coutinho Jorge, João Calmon, César Dias, Maurício Corrêa, Mário Covas, José Richa, Jonas Pinheiro, Wilson Martins e Cid Sabóia de Carvalho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Nabor Júnior, José Fogaça, Ruy Bacelar, Guilherme Palmeira, Henrique Almeida, Marco Maciel, José Eduardo, Nelson Wedekin, Júnia Marise, Albano Franco e Moisés Abrão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, passa-se à apreciação do OFS "S" nº 3/92, do "Presidente do Banco Central do Brasil encaminhando ao Senado Federal pedido formulado pelo Governo do Estado de Santa Catarina no sentido de que seja autorizada a emissão e colocação no mercado através de ofertas públicas, de Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTC), destinadas ao giro de 80% das 493.228.357 LFTC vencíveis no 1º semestre de 1992", cujo relator, Senador Esperidião Amin, apresenta parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Não havendo quem queira discutir, a matéria é submetida a votação e é aprovada. O relator, Senador Esperidião Amin, ressalta a necessidade de se aprovar logo a resolução que substituirá a Resolução nº 58/90. O Senador Ronan Tito afirma ser impossível redigir qualquer proposta de resolução em reunião aberta ao público, como ficou provado na última reunião. O Senhor Presidente informa que já existe um Projeto de Resolução, de autoria do Senador Iram Saraiva, visando substituir a Resolução nº 58/90. Sua Excelência comunica ainda que avocará o Projeto, atendendo a solicitação do Senador Marco Maciel e, em seguida, passa a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, relator do OFS "S" nº 66/91, do "Senhor Secretário de Finanças da Prefeitura do Município de São

Paulo, solicitando autorização para emissão de 5.547.994.259 Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTM/SP) a preço unitário de Cr\$1,00 (um cruzeiro), em 1º-6-91, para pagamento do 3º oitavo", para que leia o seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta. O relator pede o adiamento da matéria para reexame. A seguir, o Senador Maurício Corrêa indaga ao Senhor Presidente se a convocação do Doutor Egberto Batista já foi providenciada. O Senhor Presidente comunica que o depoimento ficou acertado para o dia sete de abril. Informa também que o ofício de convocação do Doutor João Santana já foi encaminhado. Prosseguindo, Sua Excelência concede a palavra ao Senador Elcio Álvares, para relatar o PLS nº 182/91, que "obriga as instituições financeiras oficiais a divulgarem as concessões de crédito subsidiado", de autoria do Senador Eduardo Suplicy. O relator apresenta parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1. Em discussão a matéria, falam os Senadores: Esperidião Amin, Elcio Álvares e Eduardo Suplicy. Em votação nominal, é aprovado o parecer do relator. A seguir, o Senhor Presidente dá a palavra ao Senador Beni Veras, para ler o seu parecer, favorável ao PLS nº 208/91, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências", de autoria do Senador Iram Saraiva. A matéria é devolvida sem voto em separado pelo Senador Eduardo Suplicy, que solicitara vista em reunião anterior. Não havendo discussão, o Projeto é submetido a votação nominal e é aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Coutinho Jorge, relator do PLS nº 26/91-Complementar, que "altera a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981", de autoria do Senador Ronaldo Aragão, para que leia o seu parecer, favorável. Em discussão a matéria, o Senador Maurício Corrêa declara ter dúvidas com relação à sua constitucionalidade e que, portanto, se absterá de votar. O Projeto é aprovado, abstendo-se de votar os Senadores Maurício Corrêa, Esperidião Amin e Eduardo Suplicy. A seguir, o Senhor Presidente submete à apreciação da Comissão o Requerimento nº 2/92, de autoria do Senador Mário Covas, que visa convidar os Senhores Egberto Batista, Secretário de Desenvolvimento Regional e Alcir Meira, Superintendente da Sudam, "para prestarem depoimento sobre a concessão de subsídios à empresa Frigopesca, pela Sudam". Em votação, o requerimento é aprovado. Prosseguindo, Sua Excelência confere a palavra ao Senador José Richa, relator do PLS nº 125/91, de autoria do Senador Mário Covas, que "altera dispositivo da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990, que "institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros", e dá outras providências", para que profira o seu parecer, favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. Não havendo quem queira discutir, a matéria é submetida a votação nominal e é aprovada. O Senador Mário Covas apresenta requerimento solicitando dispensa de interstício para imediata apreciação, em turno suplementar, do Substitutivo aprovado pela Comissão. Não sendo apresentadas emendas na discussão complementar, a matéria é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para que leia o seu parecer, favorável ao PLS nº 238/91, que "estabelece critérios para avaliação dos incentivos fiscais, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia", de autoria do Senador Esperidião Amin. Não havendo discussão, a matéria é submetida a votação nominal e é aprovada. A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Wilson Martins, que oferece parecer favorável

ao PLC nº 107/91, de autoria do Deputado Victor Faccioni, que "altera dispositivos da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que trata do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres — DPVAT". Não há discussão. A matéria é colocada em votação e é aprovada. Continuando, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador César Dias, para que profira o seu parecer, favorável nos termos das Emendas que apresenta ao PLS nº 7/91, que "disciplina a criação de loterias, a distribuição de prêmios e dá outras providências", de autoria do Senador Wilson Martins. Em discussão a matéria, é concedida réa. Em seguida, o Senador Esperidião Amin informa que pretende apresentar o seu parecer ao PLC nº 123/91, mas aguardará o depoimento dos Doutores Álvaro Mendonça, Presidente da Caixa Econômica e José Goldemberg, Ministro da Educação, para melhor elucidar a questão. O Senador Maurício Corrêa concorda. A seguir, o Senhor Presidente comunica que retirará a matéria da pauta e distribuirá cópias do parecer do Senador Esperidião Amin aos Senhores membros, para que tomem conhecimento, enquanto se aguarda a vinda das autoridades. Nada mais havendo a tratar, Sua Excelência comunica que ficarão adiadas para uma próxima reunião as seguintes matérias: OFS "S" nº 1/86, PLC nº 92/91, PLS nº 153/91, PLS nº 38/91, PLS nº 154/91 e OFS "S" nº 66/91. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às doze horas e trinta minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador Raimundo Lira, Presidente.

7ª Reunião, realizada em 31 de março de 1992

Às dez horas e trinta minutos do dia trinta e um de março de mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, com a presença dos Senhores Senadores Esperidião Amin, Valmir Campelo, Ronan Tito, Jonas Pinheiro, Dario Pereira, Eduardo Suplicy, Levy Dias, Oziel Carneiro, Carlos Patrocínio, Beni Veras e José Richa, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alufzio Bezerra, César Dias, Coutinho Jorge, Nabor Júnior, José Fogaça, Ruy Baccalar, Ronaldo Aragão, Guilherme Palmeira, Meira Filho, Henrique Almeida, Marco Maciel, Mário Covas, José Eduardo, Nelson Wedekin, Maurício Corrêa, Júnia Marise, Albano Franco e Moisés Abrão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, a que é dada por aprovada. A seguir, Sua Excelência comunica que a reunião destina-se à exposição dos Doutores Álvaro Mendonça, Presidente da Caixa Econômica Federal e Eunice Duhran, Secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de prestar esclarecimentos a respeito do Projeto de Lei da Câmara nº 123/1991, que "institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes". O Senhor Presidente convida o Senador Ronan Tito para compor a Mesa como vice-presidente da Comissão e, em seguida, concede a palavra ao Doutor Álvaro Mendonça para que discorra sobre o assunto. Encerrada sua fala, iniciam-se os debates. Falam os Senadores Ronan Tito e Esperidião Amin. O Senhor Presidente informa que o Doutor Álvaro Mendonça precisa se ausentar da reunião. O Presidente da Caixa Econômica agradece a oportunidade de debater o tema com os Senhores membros da Comissão e informa que os seus técnicos e assessores permanecerão na reunião

a fim de esclarecer quaisquer questões. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Ismael Galeazzi, chefe do Departamento de Loterias da Caixa Econômica, para que complemente a resposta dada pelo doutor Álvaro Mendonça ao Senador Esperidião Amin. Em seguida, o Senador Raimundo Lira passa a Presidência ao Senador Ronan Tito, que dá continuidade à reunião, passando a palavra à Doutora Eunice Duhran para que teça suas considerações a respeito do Programa de Crédito Educativo. Após a fala da Secretária, reiniciam-se as discussões. Participam os Senadores Esperidião Amin, Ronan Tito, Levy Dias, Eduardo Suplicy e Beni Veras; a Doutora Eunice Duhran e os Senhores Cláudio Matos, Chefe do Departamento de Crédito Educativo, Ismael Galeazzi, Chefe do Departamento de Loterias da Caixa Econômica e José Humberto Cordello dos Santos Souza, Assessor-Chefe de Relações Externas da Caixa Econômica. Não havendo mais quem queira discutir, o Senhor Presidente Ronan Tito agradece a presença da Doutora Eunice Duhran, dos Senhores técnicos e assessores da Caixa Econômica e demais público presente e, nada mais havendo a tratar, declara cumprida a finalidade da reunião, encerrando-a às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador Raimundo Lira, Presidente.

Anexo à Ata da 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 31 de março de 1992, às dez horas, referente às exposições dos Doutores Álvaro Mendonça, Presidente da Caixa Econômica Federal e Eunice Duhran, Secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, sobre o PLC nº 123/91, que "institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes", que se publica devidamente autorizada pelo Senhor Presidente, Senador Raimundo Lira.

(Íntegra do Apanhamento Taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Srs. Senadores, vamos dar início à sétima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Assunto da pauta, exposição do Dr. Álvaro Mendonça, Presidente da Caixa Econômica e Drª Eunice Duhran, Secretária do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 123/91, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.

Concedo a palavra ao Dr. Álvaro Mendonça, Presidente da Caixa Econômica Federal.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Exmº Sr. Raimundo Lira, Presidente desta Comissão, Srs. Senadores da República: a Caixa Econômica Federal, desde a criação do Crédito Educativo, nos idos de 1975, através da Exposição de Motivos nº 393, de 18 de agosto daquele ano, tem tido uma cumplitude extremamente saudável com esse instrumento que foi idealizado para permitir aos estudantes carentes, de curso superior, que consigam realizar o seu sonho de ter um diploma. Desde a sua criação, através do PCE, programa um, o crédito educativo até hoje já contemplou no Brasil 726 mil estudantes carentes.

Existem diversas fontes que, ao longo da história do Crédito Educativo, proveram de recursos o financiamento desses estudantes universitários, eram inicialmente recursos próprios

da CEF, do Banco do Brasil e provenientes de compulsórios dos bancos comerciais, que depois se aprimorou, passando o Crédito Educativo a ter como fonte as rendas das loterias previstas para aplicação do FAS e recurso orçamentários do MEC.

Em 1989, por diversas dificuldades, o Governo Federal de então suspendeu o Programa de Crédito Educativo que foi reabilitado pelo Presidente Fernando Collor, numa Exposição de Motivos nº 111/90 datada de 27 de abril de 1990, que determinou que o Crédito Educativo, a partir daquele momento, tivesse de novo, como fonte de recursos, os próprios recursos do FAS bem como os recursos orçamentários do Ministério da Educação e Cultura.

Nos anos de 1990 e 1991 foram aditados, aproximadamente, 270 mil contratos de crédito educativo, porque, a cada semestre, você renova os aditamentos referentes àquele período do ano letivo. E isso abrigou recursos em moeda de hoje, da ordem de 127 milhões de dólares. No segundo semestre de 1991, apesar de terem sido selecionados e aprovados mais de 20 mil candidatos a créditos educativos, por escassez de recursos, não foi possível, no exercício de 1991, permitir a entrada no Programa desses 20 mil selecionados. O Governo se limitou, com o Ministério da Educação e com a participação da Caixa como agente financeiro, a contemplar apenas os contratos já existentes promovendo o seu aditamento.

Fazendo uma extrapolação para 1992, sem contemplar nenhum crédito novo, nós vamos precisar de recursos da ordem de aproximadamente 80 milhões de dólares, sem considerar os novos, só aditando os que já estão existentes. Como é que chegamos a essa extrapolação? Nós estamos considerando que a média de semestralidade dos alunos perfaz 600 dólares e nós deveremos ter, a cada semestre, aproximadamente, 70 mil estudantes a serem contemplados no aditamento de contratos novos, menos do que o ano passado, porque também há o desligamento, há aqueles que já estão concluindo e entram num período de retorno.

Em relação hoje — eu acho que esse é um dado importante — ao estoque da dívida desse programa, nós temos de saldo devedor de operações atrasadas, aproximadamente 570 milhões de cruzeiros, que representam hoje 6,56% de inadimplência.

Atualmente, a forma de reajuste do programa é pela TR, mais 6% ao ano. Até 1989 esses contratos sofriam um regime de correção da seguinte forma, 80% da TR mais 6%; nos programas novos passou-se para esse sistema de TR plena, mais 6% ao ano, no mesmo custo da caderneta de poupança.

Ainda não tive oportunidade de ver, com o Ministério da Educação, o que é que já está contemplando no orçamento, mas acho que é 149 bilhões. Então se transformar hoje os 80 milhões de dólares no câmbio de 27 de março, em cruzeiros, nós precisaríamos de 155 bilhões e 600 milhões de cruzeiros.

O SR. RONAN TITO — E a dotação orçamentária.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — A dotação orçamentária não experimenta a correção.

O SR. RONAN TITO — (Fora do microfone.)

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Vai pelo dólar médio do ano. Foi feita uma sugestão, através de um projeto de lei, a qual encaminhamos ao Ministro Goldemberg que a levou ao Senhor Presidente da República para que a Caixa Econômica, dentro das arrecadações das suas loterias, permitisse que três sorteios da Sena, durante o exercício, sejam direcio-

nados para o crédito educativo. Isso representa hoje, aproximadamente, uns 10 bilhões de cruzeiros; não é isso Ismael?

O SR. RONAN TITO — Em dólar médio.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Sete por cento então seria nessa faixa. O grande problema que aconteceu com o crédito educativo é que o Congresso Nacional, em agosto do ano passado, extinguiu o FAS e destinou todos os recursos para a seguridade social, então 25% da arrecadação hoje das loterias é destinada à seguridade social que, na lei, não está contemplada a educação, então, o grande problema que aconteceu e contribuiu para essa deficiência de recursos no crédito educativo também foi essa mudança na legislação do FAS, sua extinção e o carreamento de todos os recursos, aproximadamente, 25% para a seguridade social. E hoje, na loteria, estamos enfrentando um problema. Através de uma pesquisa que foi feita, nós destinamos apenas 40% para a premiação, ainda sujeita à tributação do Imposto de Renda. Em todas as outras loterias do mundo se destaca acima de 50% o total da arrecadação para a premiação, sem tributação do Imposto de Renda, o que, sem sombra de dúvida, dá uma chance maior ao apostador porque ele tem uma massa maior de prêmios para concorrer.

Minha preocupação é quanto ao fato seguinte: se tirar, hoje, da arrecadação da loteria uma fatia maior, corre o risco de inviabilizar as loterias, por completo, no Brasil e levando o apostador a perder o interesse. Quero fazer essa colocação à Comissão e ao Ministério da Educação com a finalidade de encontrarmos uma forma criativa para que a Caixa Econômica Federal possa contribuir para que esse programa não sofra solução de continuidade, porque ele, no meu entendimento, também é um dos melhores instrumentos de se fazer justiça social no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Considerando a necessidade do Dr. Álvaro Mendonça que comunicou previamente, desde ontem, que terá que participar de uma reunião no Ministério da Economia, iniciaremos imediatamente os debates. E se algum Senador tiver alguma indagação pode fazê-la. Em seguida darei a palavra à Dra. Eunice Durhan.

Estão inscritos os Senadores Esperidião Amin e Ronan Tito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente da Comissão de Economia, Srs. Senadores, Sr. Presidente da Casa, Sr. Secretária do MEC, Sr. Presidente da Caixa. É evidente que eu não vou cair naquele escorregão de alguns colegas de que a lei não é boa, mas eu queria, nesse instante, ajudar e não colocar nunca o Executivo de um lado e o Legislativo em confronto, mas pensar que um Governo se compõe de Legislativo, de Executivo e de Judiciário, e quando os três Poderes se afinam mesmo, o Legislativo na oposição, e oposição no meu entendimento não significa se contra tudo aquilo que o Executivo tenha em mente, como o programa que execute. Está bem claro, hoje, na democracia, qual é o papel da oposição.

Considero que a educação, sem dúvida alguma, seja a mola propulsora do desenvolvimento de um povo, talvez não do progresso, mas repito, do desenvolvimento; então, estou preocupado. E, por outro lado, conhecendo a fundo a nossa universidade federal, sabemos que ela é feita absolutamente só para os ricos. E, por exemplo, tive necessidade de ir lá

na faculdade resolve um problema urgente de família, com o meu filho e quando cheguei no pátio, só não o confundi com o de uma montadora, porque havia diversos carros parados, que eram sempre do ano, e do jeito que ela é institucionalizada, e constituída no Brasil, isso já é um discurso meu antigo, diria até que tem 13 anos; tudo é canalizado para que a elite seja mantida. Parece que até há um acordo. Claro que não é explicitado, é um convênio implícito subjetivo da sociedade como um todo, a elite mantém a universidade que, por sua vez, mantém a elite. Isso já foi denunciado pelo Faoro e parece que ainda continua. Por exemplo, são diversos os cursos em que as pessoas estudam de manhã, à tarde e à noite.

Mas se, ao contrário disso, formos às universidades particulares observaremos que 90% dos seus estudantes são constituídos de alunos pobres, que trabalham durante o dia e estudam à noite.

Certa vez tivemos um debate muito forte com a UnB e verificamos que enquanto as universidades particulares ofereciam cursos noturnos, a Universidade de Brasília adotava aquele sistema que visava atender muito mais o professor do que o aluno; o professor não pode dar aula pela manhã então vamos colocá-lo à tarde; então como as outras matérias são pela manhã, o aluno precisa ir e voltar na universidade diversas vezes por dia.

Chegamos à conclusão, nesse simpósio na Câmara dos Deputados, quando eu era Deputado, que, na verdade, o único curso que não deveria sofrer solução de continuidade de maneira alguma — e discordo disso — seria o curso de medicina, devido a uma sequência de estudos que não podem ser interrompidos etc.

Eu ainda discordo dessa maneira porque existem países mais desenvolvidos que o nosso, como a Itália, como a Alemanha, que oferecem o curso só à noite, estendem um pouco mais, sua duração é mais longa. Mas isso tudo para chegar à falar na importância do crédito educativo.

Se o crédito educativo puder se abrir eu acho que nós não teríamos dificuldades de colocá-lo como uma política social e eu diria mais, esse neologismo que criamos aqui no Congresso Nacional, não existia nem nos nossos dicionários, que é a questão de seguridade nacional, e seguridade é um termo espanhol que adotamos. Vou resumir o que eu estou dizendo. Fui candidato ao Governo do meu Estado e propus investir 50% do orçamento na Educação talvez por isso eu tenha tido tão poucos votos mas eu continuo achando que o Japão tem razão, nós ficamos procurando as origens da riqueza do Japão em muitas causas, quando elas estão na cabeça dos japoneses. Durante 50 anos, o Japão investiu 50% do seu orçamento na educação. Isso é que precisa ficar claro para depois começarmos a querer entender o Japão. Aprentei na nossa Constituinte um projeto no sentido de o Governo Federal aplicar 35% do orçamento na Educação e os governos estaduais 55%, também foi rejeitado, mas já tivemos um avanço para 18%.

Então eu queria sugestões do Presidente da Caixa, que é um homem criativo e sério, e que poderá opinar como nós vamos ampliar esse volume de recursos para o crédito educativo, porque é uma maneira, de nós, na verdade, premiarmos esses estudantes pobres que, para chegarem às universidades já é uma luta tremenda, para que possam terminar o 2º grau. Para entrar na universidade há muitos obstáculos e nem sei como é que eles vencem.

Seria uma sugestão de V. S^a, também da Diretora de Ensino do nosso Ministério e de todos os nossos Senadores para que colocássemos a nossa capacidade criativa em lei para se criar verdadeiramente fundos representativos para que possamos ampliar e muito o crédito educativo.

Vi os números e devo dizer, com toda a sinceridade, que são muito modestos. De 1975 até agora somente 726 mil alunos tiveram acesso ao crédito educativo. Pensávamos que alcançasse em torno de 300 a 400 mil alunos por ano, todos os anos. Deveríamos criar algo no Orçamento, para obtermos tais recursos. Não estou fazendo uma pergunta. É um pedido de sugestão para que possamos alocar recursos visando o crédito educativo.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Sr. Senador, a minha sugestão passa obviamente por esta Casa, visa recompor o FAS, tirando uma verba da seguridade social e destinando especificamente ao crédito educativo. De forma mais objetiva, inserindo a educação na seguridade social porque isso hoje, não está ocorrendo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — (Fala fora do microfone.)

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Senador, não tenho realmente como avaliar, se está grande ou pequeno. A Caixa Econômica apenas faz a arrecadação das loterias, repassa ao Tesouro que as encaminha para os diversos Ministérios que estão contemplados dentro da seguridade social. Fizemos a extrapolação numérica e a previsão de arrecadação das loterias, o valor que será repassado em 1992, à seguridade social, será da ordem de trezentos e dois bilhões de cruzeiros. Inclusive consta desse trabalho que estamos deixando para a apreciação e análise dos Srs. Senadores.

Há um Projeto de Lei da Câmara de nº 123 que diz: "Os dispêndios com a administração do programa serão esses suportados, devendo as despesas serem debitados no FAS".

Hoje não existe mais FAS.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — (Fala fora microfone.)

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Hoje, Senador Esperidião Amin, não existe mais o FAS. A única rubrica utilizada pelo FAS foi contemplado na emenda de Antônio Britto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — São retornos ao FAS.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Os retornos ao FAS hoje possibilitam que ele honre os seus compromissos de cronogramas a vencer. E essa foi uma nossa preocupação quando houve a emenda de Antônio Britto. E dissemos para ele que da forma como estava fazendo não poderemos nem mais liberar aqueles contratos que foram assinados pelo FAS e que estão com seu cronograma em desembolso normal.

Naquela época ele destacou, salvo melhor juízo, três bilhões de cruzeiros.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — (Fala fora do microfone.)

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Isso, para garantir o desembolso daqueles contratos que haviam sido celebrados e os cronogramas que estavam vencidos. E agregando a isso o retorno dos financiamentos do FAS. Não sei como seriam contempladas nesse projeto a alocação dessas despesas no FAS. É só uma dívida de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, o que estamos querendo evitar é que se aprove um projeto que

seja simplesmente vetado pelo Presidente da República, por razões de natureza econômica, sem que se faça um esforço para compatibilizar a boa idéia que é o projeto, ao número de necessidades do programa de crédito educativo, principalmente depois do susto do ano passado, focalizado no seu trabalho, quando todos acompanharam o ocorrido no final do ano passado com estudantes na porta da faculdade que os mandava embora.

Conheço casos de estudantes que pegaram empréstimo com o colega porque os pais não tinha dinheiro para pagar os juros do empréstimo. Quanto representa? Está escrito no projeto de lei. Vou ler: 30% da renda líquida das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal. Quanto isso representa em dinheiro?

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Perguntaria ao Ismael que tem o número mais preciso. Quanto isso representaria hoje?

O SR. ISMAEL — Noventa e dois milhões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Ou seja, a renda líquida vai ser esses trezentos milhões? Integralmente?

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Integralmente, Senador, porque assim está na lei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Quanto a Caixa Econômica Federal cobra de comissão na Loteria?

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Pagamos 9% de comissão aos revendedores, porque os nossos preços não estão sendo reajustados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Muita generosidade de sua parte.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — É verdade. Por isso trouxe o técnico comigo, com esses números deturpados, para mostrar a esta Comissão qual a situação hoje das loterias.

(Intervenção fora do microfone.)

Hoje, nas nossas extrapolações para o ano de 1992, deveremos repassar para a seguridade social trezentos e dois bilhões de cruzeiros. O problema existente é que na seguridade social não está inserida a educação. Daí, o programa do crédito educativo ficou prejudicado, porque, quando foi feita a lei, não foi contemplada a Educação. Por isso, a minha sugestão é no sentido de se fazer um projeto de lei, para que dos 25% da seguridade social se destine uma parcela para contemplar o crédito educativo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Se isso for aprovado.

(Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão no sentido de aumentar o volume das apostas.

Conheço uma pessoa que possui um plano em que o apostador poderá fazer a sua aposta através do telefone. Ela disca os números e a aposta é debitada automaticamente na conta. Sem dúvida, isso vai aumentar as apostas. Porém, não sei o custo disso. O do telefone, o apostador banca. Não sei o que V. S.^a pensa a respeito dessa proposta.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — O nosso setor técnico já analisou isso de forma devida. Esse projeto já foi apresentado à Caixa Econômica Federal diversas vezes e em épocas variadas. Tal detalhamento, Senador Ronan Tito se V. Ex.^a me permite, pediria ao nosso técnico — que é a pessoa responsável e se encontra aqui — para expô-lo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — De acordo com o que foi previamente acertado com os Srs. Senadores, o Dr. Álvaro Mendonça terá que se retirar para uma reunião no Ministério da Economia, enquanto o técnico da Loteria Federal responde às indagações do Senador Ronan Tito.

O SR. ÁLVARO MENDONÇA — Quero agradecer o carinho e a generosidade por esse convite. A Caixa Econômica Federal estará sempre à disposição desta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Peço ao técnico da Caixa Econômica Federal os números desejados.

O SR. TÉCNICO — Sobre a proposta a que V. Ex.^a se refere, Senador Ronan Tito, foram várias as propostas que recebemos na Caixa Econômica Federal. Só não foi possível implementar esse projeto de apostas por telefone, porque dependemos da automação completa do sistema. Pelo nosso sistema atual não poderíamos implementar, porque isso depende exclusivamente do sistema on line de loterias, porque precisamos da segurança do apostador. Entre aquela aposta que ele fez, por telefone, gravada do concurso, e ao mesmo tempo a segurança da própria Caixa Econômica Federal em gravar as apostas e poder recuperar um possível prognóstico do apostador. Primeiramente, precisamos automatizar o sistema de loterias para implementar esse projeto, que não está fora de cogitação na CEF. Existe em todas as loterias internacionais essa possibilidade, e estamos caminhando nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Sou contra isso pelo número de desemprego que vai surgir no País.

O SR. RONAN TITO — A meu ver, o apostador de balcão vai continuar. Vamos ampliar muito. Há apostadores que têm vontade de jogar, mas tem preguiça de ir até lá, entrar na fila para fazer a aposta; por isso, o fará por telefone. Concluo que os postos permanecerão abertos e com muita gente jogando por aí. Creio que esse sistema de automatização terá que vir aos poucos, pelas capitais, em primeiro lugar, depois pelo interior. Tenho a impressão de que isso ampliará em muito a arrecadação de apostas. Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Srs. Senadores, passaremos a palavra à Dr.^a Eunice Durhan, Secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

A DRA. EUNICE DURHAN — Agradecendo, inicialmente, o convite para debater nesta Casa, dividiria a minha exposição em dois pontos. A meu ver, há diversos problemas a respeito do significado do crédito educativo que gostaria de esclarecer previamente. O Senador Ronan Tito inclusive já levantou a questão. Trata-se da questão concernente à oposição do ensino público em relação ao ensino privado. Essas questões já foram levantadas e devem ficar claras, para se saber o lugar adequado de um programa de crédito educativo dentro de uma política educacional do País.

Na minha opinião, essa questão é importante, porque o crédito educativo não pode ser discutido simplesmente como um programa social. Ou ele é um programa de educação, ou na verdade o passamos para a ação social, é uma obra caritativa simplesmente, ou seja, apoiar alunos carentes. Apoiar alunos carentes não é algo que seja o objetivo direto da educação. A educação, sim, é atender à população com equidade, o que significa contemplar os carentes. Mas o obje-

tivo não é estritamente um auxílio à população carente, ele é um auxílio ao acesso à educação por parte da população carente, e esse acesso deve contemplar uma política educacional. Isso vem do custo relativo de um programa de crédito educativo e do acesso ao ensino particular versus acesso ao ensino público.

O problema da equidade e o do acesso de alunos de população de baixa renda ao ensino superior têm que ser atendido por uma série de medidas complementares. Ele não se esgota no crédito educativo. O fundamental, talvez, o mais importante do que o crédito educativo é o acesso, não é do aluno de população de renda mais baixa ao ensino público gratuito. Esse acesso não é tão pequeno quanto se diz. Não é verdade que a universidade pública destina-se apenas aos mais ricos. Mesmo em uma universidade como a de São Paulo, que seja, talvez, das mais elitistas do País, 30% dos alunos que passam no vestibular provêm de escolas públicas exclusivamente. Em uma universidade, como a do Pará, por exemplo, essa porcentagem é maior do que 50%.

O SR. RONAN TITO — Gostaria que V. Ex^a repetisse esses dados.

A SRA. EUNICE DURHAN — Na Universidade de São Paulo 1/3 provêm das escolas públicas; na do Pará, mais de 50%.

Na verdade — digamos — a universidade pública não atende basicamente à uma população rica, e sim a uma população de classe média. Ela é um grande instrumento de mobilidade da classe média, mais do que das classes populares. É importante verificar que, nos demais países, onde há ensino pago, e não são todos, basicamente isso é uma tradição dos Estados Unidos, quase que exclusivamente, nos países desenvolvidos o ensino superior é gratuito. Acontece que a população de classe média tem acesso às escolas públicas de boa qualidade.

No Brasil, a população de classe média investe pesadamente na Educação para manter os alunos e lhes dar condições de chegar à universidade. Há um investimento que pesa enormemente no orçamento das classes médias brasileiras. De tal forma que é necessário pensar no problema do acesso ao ensino público, não em termos de ricos e pobres, mas em termos de uma heterogeneidade, de uma estratégia de mobilidade. Isso faz parte da própria história, da própria criação da universidade brasileira.

Creio que, mesmo neste congresso, encontraremos exemplos de alunos que vêm de camadas relativamente pobres, de classe média, de tradição escolarizada, que utilizaram o ensino público como uma forma de ascensão através do conhecimento. Logo, em primeiro lugar, temos que relativizar um pouco os dados a respeito da oposição ricos versus pobres.

Em segundo lugar, quero dizer que o crédito educativo é algo democrático na medida em que amplia o acesso ao ensino superior em termos da insuficiência de vagas no setor público. Para isso, ele precisa ser um programa educativo que não contemple apenas o desejo do aluno, mas leva em consideração, em primeiro lugar, a qualidade das instituições e o ensino que a pessoa está pagando e o que o Governo está pagando por ela. É necessário, também, ter uma política que oriente o crédito educativo em termos de uma política de formação de recursos humanos no País. É, obviamente, sumamente necessário, uma revisão em termos educativo do programa, porque somos um País cartorial.

Sabemos que, freqüentemente, o objetivo do ensino superior não é o conhecimento, mas a aquisição de um diploma que dá vantagens cartoriais dentro do mercado de trabalho. Não me parece que o objetivo do crédito educativo seja o de permitir às pessoas obter essas vantagens cartoriais. É necessário, obviamente, um credenciamento de instituições, de tal forma que tenhamos a certeza de que o crédito educativo não está sendo usado para comprar diploma, e esse problema de comprar diploma existe no País. É extraordinariamente importante que não haja nenhum instrumento público que possa permitir a continuidade desse processo absolutamente vergonhoso. Hoje, na verdade, o crédito precisa ser inteiramente reformulado, inclusive para evitar esse problema.

A questão do crédito educativo não é a de fornecer uma igualdade de posições, de privilégios para todos, não é fornecendo diplomas a baixo custo. O nosso problema é utilizá-lo em uma política educacional que, através de um sistema de credenciamento de instituições privadas, permita uma melhoria na qualidade do ensino, o acesso da população de baixa renda a um ensino de boa qualidade.

Em segundo lugar, o crédito educativo, tal como existe — diga-se de passagem, não é um bom instrumento para favorecer à população de baixa renda. É necessário garantir essa obtenção de crédito em primeiro lugar. Além disso, porque o acesso a um diploma não depende apenas do ingresso a uma faculdade. O acesso ao conhecimento depende de uma formação anterior. Dessa forma, a política de crédito educativo tem que se inserir em uma política geral do Governo, de melhoria da qualidade de ensino que está em andamento.

Em terceiro lugar, através de outros programas que são perfeitamente factíveis dentro do programa que são cursos pré-universitários, para que as populações de baixa renda, que não tiveram acesso ao ensino público, acesso particular de 2º grau de boa qualidade, tenham condições de vir a superar as deficiências de sua formação para competir em vantagem dentro de um programa de vestibular. Esse é um programa do Ministério da Educação. E esses programas precisam estar acoplados dentro dessa visão mais ampla do crédito educativo.

Em quarto lugar, é necessário que o crédito educativo contemple diferencialmente, em diversas regiões do País, onde há, na verdade, plenas oportunidades de acesso ao ensino superior gratuito. O crédito educativo deve constituir uma parte muito menor, porque há uma possibilidade muito maior de acesso ao ensino gratuito, onde não há estabelecimentos públicos gratuitos. Nessas questões, o crédito educativo não é associado, a um programa de bolsas. Pode ser um instrumento fundamental para democratizar o acesso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Gostaria de interromper V. S^a, peço desculpas. Essa parte é muito mais importante do que a parte financeira, mas esta é que vai decidir.

A SRA. EUNICE DURHAN — Estou chegando lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Farei a seguinte indagação:

Nessa lei que pretendemos aprovar, há, inclusive, um artigo que reza: "O Ministério da Educação fixará, num prazo de noventa dias, as diretrizes gerais do programa e será o responsável pela sua supervisão". Ou seja, o nosso projeto, essa supervisão de forma a que o programa seja educacional de uma parte da política educacional, além do aspecto de assistência que nunca deixará de ter. Qual é a informação que o Ministério tem sobre eventuais deturpações, ou seja,

que porcentagem, hoje, das operações de crédito que a Caixa Econômica faz, poderia ser considerada como descartável pelo Ministério.

A SRA. EUNICE DURHAN — Senador, o Ministério não tem hoje praticamente nenhum controle sobre o programa. O Ministério, nos últimos dois anos, tem sido um simples repassador de recursos para a Caixa. Temos aí um problema crucial. É que há um contrato entre a Caixa e o estudante. Mas, o Ministério, que fornece os recursos, e a instituição, que oferece o ensino, não são contemplados dentro do contrato. De tal forma que nem o Ministério tem um controle, nem, na verdade, a instituição participa plenamente, a não ser recebendo as mensalidades. Acredito que temos que incluir como parceiros do programa tanto o Ministério quanto as instituições.

A forma através da qual o projeto foi emendado contempla claramente isso. Há dois elementos que julgo extremamente importantes dentro do projeto. O primeiro foi introduzido agora, que é o fato de existir uma diretriz para o programa por parte do Ministério da Educação. O segundo é uma forma de seleção que passa pela participação estudantil. A participação estudantil na seleção, dentro da instituição, que foi inserida já no projeto original, é uma medida extremamente importante para controlar o uso indevido do crédito. Esse tipo de comissão dá uma transparência ao processo de seleção, que dificilmente existe quando passa por canais estritamente burocráticos. E aí não vai nenhuma crítica à Caixa Econômica. A Caixa Econômica não é um agente que possa, efetivamente, fazer uma avaliação plena, nem de desempenho acadêmico, e freqüentemente os dados a respeito de renda, por parte dos alunos, podem ser falsificados, é muito mais difícil fazer isso com colegas, o policiamento interno é bastante maior. Isso me leva, então, à conclusão da primeira parte e a passagem para a segunda.

O Governo não tem recursos para ampliar o ensino gratuito e mesmo que o mantenha, mesmo que esse ensino seja pago, duvido muito que possamos ampliar o sistema público a ponto de abranger o conjunto da demanda. De modo que, neste momento, o programa de crédito educativo permite essa democratização, que é uma democratização do acesso, e ele será um programa extremamente positivo, desde que sirva também a objetivos educacionais.

O problema chega no financiamento.

O grande problema do financiamento está nas duas leis que alteraram a destinação dos recursos do FAS e praticamente o extinguiu, que são as Leis nº 7.586, de 1989, e 7.921, de 1989. Como o Presidente da Caixa já explicou, com isso todos os recursos provenientes das loterias, de destinação social, foram integralmente destinados à seguridade. O que aconteceu é que havia um programa dentro de crédito educativo, com contratos assinados que, de repente, se viu sem recursos, e a ausência de recursos levou o Ministério da Educação a tentar suprir o programa através de recursos do Tesouro, o que é um problema preocupante, porque os recursos do Tesouro são insuficientes para a educação em geral. E quando parte deles é retirada para o crédito educativo a questão se torna bastante grave, mesmo porque, no ano passado, mais da metade de todos os recursos expendidos pela Senesu, que é o órgão que tem financiado esse programa, foi destinada ao crédito educativo, isto é, a um programa sobre o qual não há nenhum controle educacional, nenhuma política educacional. A Senesu funcionou, em grande parte, como uma agência de repasse para a Caixa, e aí também não vai nenhuma

crítica à Caixa. É uma situação de emergência, e por isso a importância e atualidade de um projeto como esse, que tenta recolocar o programa em outras bases.

Creio que a solução aventada pelo Presidente da Caixa é a única viável. A existência de um programa de crédito educativo depende de recursos extra-Tesouro para a sua manutenção. Os recursos do Tesouro são insuficientes para arcar com o conjunto desses gastos. Então, haveria necessidade de uma alteração das leis anteriores, e talvez o Senado pudesse analisar e alterar o projeto.

No ano passado, havia recursos do Tesouro da ordem de 14 bilhões e meio no orçamento. Foi a única parte do orçamento do Ministério da Educação que não foi contingenciada, e não só isso, foi a única parte que, além de não ser contingenciada, ainda foi suplementada. Agora, com isso, houve uma despesa de quase 38 bilhões de cruzeiros da Senesu na manutenção desse programa. Para este ano, estão orçados 149 bilhões, que são claramente insuficientes para a manutenção do programa, na proporção em que ele existia. Ele vai ser suficiente se houver uma rígida política de contenção, de tal forma que não admitamos alunos novos no programa e que todos os alunos que não tenham condições de continuar sejam retirados. Além da perda normal, o Ministério introduziu um critério para cumprir uma cláusula contratual, que diz respeito a aproveitamento escolar, introduzimos uma cláusula extremamente benigna, que é simplesmente a de que não podem continuar no crédito alunos que tenham mais de duas reprovações. A verdade é que temos casos, que são minoritários, de alunos que estão no crédito, para os quais estamos pagando matrícula e que têm 6 reprovações em 7 matérias, quer dizer, há, obviamente, distorções dentro do programa. Um aluno que tem 6 reprovações em 7 matérias não tem condições de concluir o curso, não adianta investir nele.

Temos, ainda, o problema de que as condições de ressarcimento desse crédito são extraordinariamente duras para uma população pobre. Podemos ter certeza de que, não havendo um subsídio para a correção monetária, o aluno que estuda através do crédito educativo, uma vez formado, dificilmente terá condições de pagar a sua dívida. Tenho a impressão de que se não houver uma mudança rápida dentro do conjunto, na forma desse decreto, teremos uma enorme inadimplência em um outro programa social de enorme envergadura, de um crédito que acaba sendo impregável por parte dos estudantes.

A urgência é muito grande. Mais do que 150 bilhões de cruzeiros é impossível retirar do Ministério da Educação, que não pode ver restringida a sua atuação praticamente na área de incentivos ao desenvolvimento superior, exclusivamente ao crédito educativo. É necessário que haja algum recurso de outra fonte, sem o que a nossa única alternativa será transformar o crédito educativo em alguma coisa extremamente pequena, mesmo porque ele, indiretamente, funciona como um subsídio às instituições privadas. Há, hoje, inúmeras instituições privadas que são incapazes de se manter sem crédito educativo; há algumas em que mais de 60% dos alunos estão no crédito educativo e, graças a Deus, essas que têm essa porcentagem grande são comunitárias.

Há necessidade de um controle, de um processo, que também implica em subsídios a escolas privadas e, nesse caso, na medida em que isso ocorra, mesmo que esteja restrito às comunitárias, é importante que esse tipo de auxílio seja encaminhado para instituições que têm claramente um com-

promisso pedagógico, e não simplesmente para empresas de ensino que estão vendendo diplomas através de um engodo à população.

Creio que o projeto satisfaz a essas angústias e creio que, emendado, e podendo-se inseri-lo dentro de uma política educacional, ele poderá ser um instrumento muito importante de melhoria do ensino, através do incentivo a instituições que efetivamente estão comprometidas com o ensino de boa qualidade. Acredito que através desse diálogo entre o Congresso, neste momento o Senado, e o Governo, poderemos encontrar a fórmula de financiamento que nos permita sair desse impasse e promover efetivamente um maior acesso.

Senador, neste caso, acho que, em qualquer programa, realmente, as universidades comunitárias e as instituições de ensino comunitárias deveriam ser contempladas com particular interesse. Elas, hoje, suprem uma deficiência do poder público. Esse tipo de mecanismo é essencial à sua sobrevivência e a sua sobrevivência é uma coisa que deve ser garantida por política educacional do Ministério. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Srs. Senadores, está aberta a lista de inscrição para aqueles que quiserem questionar, fazer perguntas ou mesmo debater com a Secretária de Ensino Superior do Ministério de Educação, Dra. Eunice Durahn.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Eu gostaria de fazer uma indagação à Secretária, e me valendo, já que o nosso Presidente da Caixa teve que sair, da presença do Assessor da Caixa Econômica Federal. Temos 149 bilhões no orçamento. Vamos considerar que esses 149 bilhões não serão contingenciados, não serão limitados, vamos considerar a melhor hipótese de execução orçamentária, eles representam menos do que o necessário para atender a 70 mil alunos/semestre, ou seja, são insuficientes para atender ao número do ano passado, menos 17 mil. Portanto, estamos decretando a falência gradual, que é a pior de todas; pior do que a falência abrupta só a gradual, isso vale até para a reforma ministerial.

Há algum cálculo que nos diga o seguinte: se os 149 bilhões de cruzeiros fossem utilizados para custeio do subsídio das operações de crédito que a Caixa Econômica Federal poderia fazer com os alunos, ou seja, para atender a esse mesmo número, o dinheiro da Caixa Econômica Federal, vamos tipificar a operação como de crédito pessoal, quanto é que a Caixa cobra, normalmente?

O SR. — (Fora do microfone)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — O subsídio para transformar essa operação de crédito pessoal em IR mais 6%...

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Senador Esperidião Amin, queria interromper o debate, muito interessante por sinal, para pedir aos técnicos que se assentem nas bancadas, a fim de que possam falar no microfone para que as suas informações sejam gravadas aqui, para que tenhamos acesso as notas taquigráficas e também possamos, quando necessário, recorrer aos dados fornecidos pelos técnicos da Caixa Econômica Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Então, para ficar registrada a sua resposta, a minha pergunta é a seguinte: numa operação de crédito pessoal, no valor médio do crédito educativo, 600 dólares por semestre, se isso fosse uma operação de crédito pessoal, custaria "X".

O SR. TÉCNICO — Em torno de 36% ao mês.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Quanto é que custaria o subsídio dessa operação, no ano?

O SR. TÉCNICO — Ao mês, daria em torno de 10%, por ano, daria em torno de 160, 150%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Ou seja, se a operação for de 600 dólares, quanto é que custaria o subsídio dela?

A SRA. EUNICE DURHAN — Senador, o crédito é a longo prazo e essa dívida aumenta. V. Ex^a está calculando por ano, mas esse crédito começa a ser pago em 4 a 6 anos.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Senador Esperidião Amin, para um esclarecimento também, esse tipo de empréstimo não é tipificado dentro de uma operação de crédito pessoal, talvez num empréstimo a longo prazo, porque esse sim, está sendo até publicado pela Caixa que é a correção monetária mais 15%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Estou tentando, Senador Ronan Tito, aumentar, se fosse possível, a energia desse dinheiro do MEC. Se ele fosse usado apenas para o subsídio de uma operação financeira, que obrigaríamos a Caixa a fazer, poderíamos estabelecer que 5, 10 ou 15% das operações de crédito pessoal da Caixa se destinem a custear estudante. Podemos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Sim, mas aí pegaríamos os juros das operações a longo prazo, que é 15% ao ano e mais correção monetária.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Não, mas só estou perguntando qual seria a operação de crédito normal da Caixa, se tem uma melhor, vale para a melhor?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Todas as operações de longo prazo da Caixa, foi enunciado, inclusive li nos jornais este ano, que para qualquer cidadão são de 15% ao ano.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — O Governo, Secretário, gastaria o seu dinheiro para pagar o subsídio da operação, ou seja, em vez de pagar a operação, o que suponho seja mais barato, suponho, porque esses juros que V. Sas. estão cobrando...

O SR. TÉCNICO — O problema é que o crédito educativo, o período de utilização e da carência, o prazo de amortização demanda em torno de 10 e 12 anos e no nosso crédito pessoal emprestamos por 30 dias, em função da captação de depósitos. Então, não teríamos como captar, em 30 dias...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Quais são os contingenciamentos do que seria o compulsório da Caixa Econômica Federal, o alimento ao Banco Central, por exemplo.

O SR. TÉCNICO — Para cada parte de depósito temos o percentual. Por exemplo, temos agora um percentual, inclusive sobre os depósitos indiciais de 100%. Então, o depósito compulsório poderia ser uma forma de utilização, como já o foi anteriormente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Não tenho a incumbência de aprovar o projeto, mas apenas de relatá-lo. Para tanto, acredito que a presença dos Senadores vai me ajudar substancialmente. Não vou reduzir isso, a não ser que tenhamos alternativa. Se eu não encontrar uma alternativa para os 30%, vou deixar que permaneçam aprovado esse valor, e o governo fica encarregado de vetá-lo. O Senado Federal está pelo menos demonstrando a preocupação de saber se

aquilo que a Câmara dos Deputados aprovou é viável ou não, no sentido de não ter que criar um problema para o Executivo. Agora, se não aparecer nenhuma alternativa vou recomendar que aprovemos os 30%, porque o Governonão está contribuindo em nada na política educacional, se disser que não tem dinheiro. Ao menos estaremos fazendo uma advertência, não à área educacional, que está dando a sua contribuição, mas à área financeira do Governo, com a manutenção dos 30%. Estou procurando uma solução, subsidiarmos a operação de crédito. Podemos invadir a alçada do depósito compulsório, não é, Senador Ronan Tito? Por que não, já que é utilizado em outros setores? E podemos subsidiar a operação, ou podemos fazê-lo mas se pegarmos o depósito compulsório.

O SR. BENI VERAS — Senador Esperidião Amin, parece-me que o assessor do Presidente da Caixa Econômica Federal disse que, no caso do depósito compulsório que envolva ações judiciais, tem que se recolher 100%.

O SR. TÉCNICO — Atualmente sim.

O SR. BENI VERAS — O Finsocial, que está sendo recolhido judicialmente, está sendo repassado ao Banco Central?

O SR. TÉCNICO — Sim.

O SR. BENI VERAS — Ontem, li uma nota nos jornais de que o Ministro Adili Jatene está numa luta tremenda para tentar liberar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — A informação do Ministro Jatene estava defasada, pelo que sei.

O SR. BENI VERAS — Então, esse recurso existe e está no depósito compulsório do Banco Central?

O SR. TÉCNICO — Sim.

O SR. BENI VERAS — Não há problema. Se houver necessidade de fazer saque, pode ser feito.

O SR. TÉCNICO — Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Senador, a Dra. Eunice Durhan quer fazer um esclarecimento ao Senador Esperidião Amin e à Caixa Econômica Federal.

A SRA. EUNICE DURHAN — O que entendi da exposição do Dr. Álvaro na verdade também era o entendimento do Ministério e seria bom que fosse esclarecido. No momento em que se permite a inclusão da educação, especificamente do crédito educativo, dentre as despesas de seguridade, não há problema em aprovação do projeto. O problema é que ele não pode ser acrescido de mais 30% em relação às despesas que já estão alocadas à seguridade, dentro das receitas provenientes das loterias. Então, o problema, na verdade, consiste em que esse projeto deve alterar as Leis nºs 7.586 a 7.921.

O SR. TÉCNICO — E a Lei nº 8.212 também. Haveria a divisão dos recursos da loteria, que hoje são repassados integralmente para a seguridade. Uma parte desses recursos seriam repassados ao crédito educativo, um percentual dele seria repassado, como anteriormente era o FAS. Quando existia, repassava ao crédito educativo o percentual.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — O Senador Esperidião Amin continua com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Só gostaria de saber se os assessores da Caixa Econômica Federal podem nos aju-

dar a encontrar, através do depósito compulsório, esses 90 bilhões ou seu equivalente, que o projeto de lei está procurando sacar.

Não teremos nenhuma dificuldade em acrescentar ao artigo o seguinte: 30% da renda líquida, que serão extraídos sob a forma de 1/3 (um terço) de 25%, que é destinado à seguridade social. Essa é a redação mais simples, embora também não vá resolver nada.

A SRA. EUNICE DURHAN — Isso resolve o problema do crédito, embora não solucione o da seguridade, pois esta tem outras fontes mais importantes do que o fundo da loteria. Conquanto esse fundo seja uma gota d'água no oceano da necessidade é uma migalha para a seguridade é extremamente importante para o crédito.

O SR. TÉCNICO — A arrecadação das loterias mantida no ano de 1990, mantida em 1991, foi em torno de 1 bilhão e 200 milhões de dólares. Fizemos uma projeção com base nos valores hoje praticados. As loterias também estão com os preços monitorados no Ministério da Economia, por isso não temos essa liberdade e reajustar preços. Temos que pedir autorização e não temos acompanhado sequer a inflação. A partir do momento em que tivermos essa liberdade de praticar esses preços, com certeza, vamos atingir números superiores a 1 bilhão e 200 milhões de dólares, já conseguidos em exercícios anteriores. Os números que estão aqui não são compatíveis. Evidentemente, melhoraria sensivelmente também esse repasse na ordem desses 30%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Estamos aqui procurando não afetar o que é a loteria. Até já houve uma discussão sobre esse assunto. O Senador Ronan Tito já trouxe a sua contribuição. No que me toca, aceito os números, as normas vigentes, o número de apostas, mas o fato é que, com esse número de apostas, o sentido do projeto seria apropriar para o crédito educativo 92 bilhões de cruzeiros.

Estou aqui em extremos, porque é a última chance. Há alguma alternativa, com base no depósito compulsório ou na utilização do dinheiro do MEC, para subsidiar, só para isso quer dizer, empregar o principal dinheiro do MEC apenas na crosta, naquele veio correspondente ao subsídio no ano, numa operação que é de 10 a 12 anos?

O SR. TÉCNICO — Em termos de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para a utilização no crédito educativo, essa hipótese é pouco provável, porque estamos, no momento, com todas as nossas carteiras fechadas, desde janeiro e não temos ainda uma previsão de volta à normalidade, porque estamos contingenciados e o nosso depósito, a captação de poupança não está acompanhando a procura dos financiamentos. Então, não teríamos como deslocar recursos que hoje não temos nem para o atendimento dos nossos clientes normais, em função do próprio prazo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — E o depósito compulsório?

O SR. TÉCNICO — O depósito compulsório já seria uma outra forma de captação de depósitos. Que teria que ter o pronunciamento do Banco Central, porque a Caixa simplesmente faz o repasse desses recursos ao Banco Central e lá eles ficam parados, para utilização. Não temos acesso a essas informações. Somos obrigados a recolhê-los, mas a utilização não depende da Caixa Econômica Federal.

A SRA. EUNICE DURHAN — O Banco Central faz política monetária, mas, há algum tempo, com o objetivo de atrair para os bancos particulares operarem em crédito educativo, o Banco Central determinou que aquilo que fosse aplicado no crédito educativo seria reduzido do compulsório, mas os bancos particulares, mesmo assim, não se interessaram, porque tinham que manter uma estrutura, e, como há muita inadimplência...

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Ou aplica ou é depositado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — A Caixa Econômica já tem estrutura.

O SR. TÉCNICO — O objetivo do banco sempre é uma rentabilidade sobre qualquer operação. Então, os recursos do compulsório dos bancos poderiam ser repassados à Caixa Econômica Federal. Penso que a utilização dos recursos compulsórios dos bancos comerciais seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY — A Dr^a Eunice Durhan peço esclarecimentos sobre a verba suplementada no ano passado referida pela senhora. É verdade, pelo que me informou o Deputado Raul Ponte, houve o deslocamento de recursos que era para as escolas técnicas e universidades públicas para o crédito educativo. Então, em que medida não houve um corte de recursos que também eram muito significativos, destinados ao crédito educativo por critérios que não são totalmente claros a distribuição para os que se credenciam junto à Caixa Econômica Federal? Essa é a primeira questão.

A segunda questão é relativa à arrecadação de todos os recursos através de loterias e concursos, como o da Loteca, Loto, Sena, Federal e instantânea. Vejo aqui, por exemplo, que a coluna Jôquei Clube está com zero. Gostaria de saber por que, nos jogos de corridas de cavalos, não há qualquer arrecadação.

Há poucos dias dei entrada em um requerimento de informações sobre a destinação de recursos das loterias. Vejam; uma coisa são as loterias como as administradas pela Caixa Econômica Federal, e outra são as demais. Não sei se o Congresso Nacional, em especial o Executivo, deixou de dar atenção a essas outras, porque não considerá-las? Por que não considerar, digamos, para arrecadação de recursos, beneficiando a educação e a cultura, os recursos provenientes de loterias de qualquer tipo ou operações onde o mecanismo do sorteio é utilizado.

Vou dar um exemplo: o Poder Executivo fez um convênio, em especial pela Empresa de Correios e Telégrafos, com o Sistema Brasileiro de Televisão. E hoje, a população, ao querer enviar uma carta ao correio, depara-se com uma enorme fila daqueles que estão jogando na chamada Telesena. O SBT é uma mistura de loteria com venda de títulos de capitalização mais Baú da Felicidade etc. Trata-se tipicamente de um sorteio.

Ainda há poucos dias o professor Lauro Campos, da Universidade de Brasília, entrou com uma representação na Procuradoria-Geral da República questionando se não é essa Telesena um jogo de azar que estaria em contraposição à lei do Governo do Marechal Dutra, relativo aos jogos de azar. Mas, vamos supor que esse ponto seja esclarecido. Não cheguei à conclusão a respeito. Entretanto, se não for proibido, existem hoje no Brasil inúmeros tipos de sorteio onde

se utilizam inclusive dos próprios números de sorteio da Caixa Econômica Federal. E são de empresas privadas que se utilizam, como no caso a Telesena, de uma concessão de serviços públicos — o sistema de televisão —, utiliza-se de outro recurso público — a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Não tenho aqui a informação precisa de quanto o Governo arrecada. Mas estou vendo aqui que, por exemplo, para educação não se cogitou disso. Será que não houve uma falha do Congresso Nacional?

Na medida em que o Senador Esperidião Amin está se propondo a melhorar esse projeto que terá implicações inclusive em mudanças nos projetos relativos às loterias — se não me engano, isso foi mencionado há pouco, e foram citadas leis existentes —, fico pensando se não seria o caso de se pensar em ir mais a fundo nesta questão. São essas indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Concedo a palavra à Sr^a Eunice Durhan.

A SRA. EUNICE DURHAN — A vantagem de irmos ao Congresso é que temos de nos defender dos dois extremos, de um lado tenho que proteger o ensino público em relação ao Senador Ronan Tito, e agora vou ter que amparar o ensino privado, em relação à sua arguição.

Não houve, na verdade, digamos, retirada de dinheiro das universidades do ensino público para o setor privado através dessa complementação. Houve uma retirada orçamentária, mas não financeira. Dada a explosão social do programa do crédito educativo, no final de semestre passado, foi necessário obter algum recurso dentro da arrecadação da União. Algum recurso foi disponível. É que orçamentariamente ele teve que passar por programas que estavam contingenciados. Há uma diferença de onde vem o recurso e por onde é possível trazê-lo. Tudo isso, aliás foi feito através de um projeto apresentado ao Congresso, devidamente discutido e aprovado. Não houve aí nenhum passa-moleque.

Mas, obviamente, era necessário que descontingenciássemos o recurso e o transpuséssemos para satisfazer um problema social que não é exclusivamente criado nem pelo ministério, nem pela Caixa, mas vem de um conjunto de circunstâncias, nas quais, inclusive, entram a legislação. O programa era absolutamente necessário. Era um contrato assinado simplesmente, quer dizer, havia uma declaração contratual que tinha que ser cumprida, e daí, era necessário obviamente obter algum recurso extraordinário.

Não foi feito nenhum repasse por critérios não bem explicados. Ele foi repassado porcentualmente. O que o ministério tentou fazer durante todo o tempo foi uma dura negociação com as instituições privadas porque, pelos cálculos que fizemos com a Caixa Econômica Federal, os recursos que o ministério conseguiu liberar eram suficientes para pagar o valor da matrícula do primeiro semestre mais 66%. O que tentamos fazer foi conseguir um abatimento. A dificuldade de obtê-lo é que, como a instituição não está obrigada contratualmente, e nem o MEC, na verdade, há uma ingerência direta com o programa toda essa negociação foi feita na base simplesmente de uma pressão moral sobre as instituições. E pressão moral é um instrumento que tem algum retorno, mas não excessivamente.

Eu queria dizer também qual é a porcentagem que isso significou também, Senador. Liberamos diretamente para as universidades, no ano passado, orçamentariamente — financeiramente foi um pouco menos, mas não muito menos que isso — 906 bilhões de cruzeiros para as universidades públicas

federais. Uma outra porcentagem foi para as estaduais, com a exclusão do Estado de São Paulo, para a qual não repassamos dinheiro nenhum, considerando que o Estado tem arcado integralmente as suas despesas. Mas houve uma pequena porcentagem passada para algumas universidades estaduais pobres, como a do Ceará e da Bahia, etc, com o sistema que precisa de auxílio.

O total de repasse do crédito educativo foi de 37.8 bilhões. O sistema público ou federal, que recebeu esses 92 bilhões diretamente, sem contar algumas outras verbas da Senecul e da Capes, que também são repassadas, atende a cerca de 320 mil alunos. O crédito educativo atendeu no ano passado 87 mil alunos. Quer dizer, ele é uma parte substancial do atendimento. A questão básica que tenho com o crédito educativo é que, com uma boa política, ele será um grande instrumento de melhoria da qualidade de ensino que não tem sido utilizado plenamente. Mas creio que, em termos de acesso, para criarmos estas vagas dentro do ensino público a custo atual, dentro do Regime Jurídico Único, inclusive, que cria uma absoluta isonomia entre todas instituições, seria absolutamente impossível.

Então, é necessário que tenhamos o instrumento do crédito, que corresponde a uma parcela muito pequena do que é gasto com o ensino público. Tenho todos os dados, se quiser, os passarei a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Com a palavra o técnico da Caixa.

O SR. TÉCNICO — O questionamento do nobre Senador Eduardo Suplicy foi em relação à comissão dos Jôqueis Clubes, porque não consta nenhuma destinação. Vale esclarecer que a Caixa Econômica Federal não exerce nenhuma função de fiscalização junto aos Jôqueis Clubes em relação às apostas ocorridas. Esta comissão que relacionamos no nosso demonstrativo é específica de extrações especiais da Loteria Federal, celebrado de acordo com convênio entre os Jôqueis Clubes ou a CBA e a Caixa Econômica Federal. Essas loterias são amparadas por lei. No caso específico da CBA, nós vamos ter uma extração no próximo sábado, dia 4 de abril, que tem a destinação específica para isso. Em cima do volume de apostas do Jôquei não temos nenhum controle. Só é possível destinar essa comissão quando esse convênio é realizado quando há interesse do Jôquei Clube em realizar uma extração da Loteria Federal é celebrado um convênio Jôquei Clube — Caixa Econômica Federal, para utilizar os pontos de vendas, essencialmente.

A SRA. EUNICE DURHAN — A Lei nº 8.212 estabelece no art. 26. "Constitui receita da seguridade social a renda líquida dos concursos prognósticos". E no § 1º ela conceitua o que é concurso de prognóstico. Considera concurso de prognóstico todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípias, nos âmbitos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal. Acho que aí açambarcou tudo.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Só está faltando cobrar, então.

A SRA. EUNICE DURHAN — Eu acompanhei a discussão e ouvi, durante a discussão na Câmara, com relação a esse artigo, algumas manifestações de representantes do governo, dizendo que isso era uma invasão de autonomia, de competência, etc., e que eles não iriam recolher isso. O certo é que pelo que temos conhecimento, é que não tem sido destinado para a seguridade de outros que não fosse da Caixa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — A raspadinha de São Paulo, por exemplo... (inaudível) Agora, as loterias que são particulares, destas, sem dúvidas, vamos ter que cobrar. Não deve estar sendo cobrado.

A SRA. EUNICE DURHAN — Nós recolhemos diretamente ao Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Resta saber a quem cabe essa fiscalização, a quem cabe fazer essa cobrança.

A SRA. EUNICE DURHAN — Nesse caso específico, sim. No caso da Telesena, nós temos a aprovação do sorteio pelo Ministério da Economia e do título de capitalização pelo Banco Central. Então, não competiria à Caixa... Evidentemente, que há aí uma evasão de recursos. Nós, técnicos da Caixa, pedimos ao Presidente que também entrasse nessa questão, porque há uma evasão de recursos das próprias loterias oficiais.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Penso que caberia um requerimento de informações ao Ministério da Economia, para saber se não está aplicando a lei.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Assim, a Loteria, a Sena, tudo isso é imoral, mesmo quando se destina 30% para o crédito educativo, etc. Mas, quando um particular sai para essas jogatinas, e é proibido o jogo de azar, aí, para mim, não sei onde está a linha divisória da lei.

Eu já denunciei uma vez do plenário do Senado Federal essa questão do Baú da Felicidade, que é o Baú da Felicidade do Sílvia Santos, mas é a infelicidade das domésticas, das empregadas, que não têm nenhum estudo ou capacidade de resistir aos apelos psicológicos, porque todos aqueles apelos são feitos pela mídia, pela televisão, e tudo isto montado por psicólogos, bombardeando cabeças que não têm sequer o curso primário; isso torna os apelos irresistíveis. Isto, para mim é o golpe do baú, eu disse e está nos Anais do Senado. Não gostaria de retirar dinheiro dessa fonte para destinar ao programa de crédito educativo. O que gostaria mesmo era fechar isso daí, porque, para mim é uma arapuca. Eu falei isso há uns 3 anos, e consta nos Anais do Senado Federal. É o golpe do baú. E isso implica em muitas coisas, por exemplo, a liberdade de imprensa. Como é que se dá a liberdade de imprensa para que o dono de uma televisão possa bombardear o consciente, o subconsciente e o inconsciente das pessoas que não têm nenhuma formação, para tirar o restinho, o pouquinho do dinheiro das lavadeiras, das empregadas domésticas. Isto para mim é daqueles pecados que bradam aos céus. Bombardeando a consciência das pessoas pela mídia, ocupando os Correios, etc., isto, afinal de contas, acaba ofendendo a consciência cívica de todos nós. Não gostaria de nenhuma destinação para esses recursos, gostaria sim de fechar essa arapuca, porque está tomando dinheiro, na verdade, de quem já tem menos, de quem é muito mais fácil de tomar, sem qualquer objetivo, a não ser o enriquecimento pessoal, ando falamos que temos que estudar a lei de imprensa, dizem não, a imprensa é intocável. Nada é intocável. Nada está acima da lei. A lei tem que verificar essas coisas. Eu não aceito, isso me revolta. Tenho até uma certa marcação por esse canal, porque me causa mal-estar. Eu já denunciei, pedi ao Ministério da Economia que me mandasse, na época, todas as leis em que estava estribado. É um tal de costurar, de fugir do espírito da lei, e entrar na letra da lei, para enganar

as pessoas mais pobres deste País. É um absurdo que brada aos céus.

Gostaria de saber se tem algum Senador inscrito, e se gostariam de fazer alguma pergunta?

A SRA. EUNICE DURHAN — É a respeito do conhecimento que temos das loterias internacionais. Um caso bem claro delas, e uma das maiores do mundo é a canadense, de Vancouver. Nós temos toda a destinação da renda líquida das loterias para a educação. O Brasil tem uma destinação diferente do que se vê nas loterias internacionais. A própria loteria da França destina uma boa parcela da renda líquida para a educação. Nós temos os modelos internacionais de loterias, que têm, todos eles, a renda líquida destinada à educação. É esta a colocação que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Peço, inclusive, para me apropriar desta informação e fazer uso dela nos meus discursos. E se tiver tempo até cito a fonte. Mas, na verdade, é de uma importância muito grande. Não me agrada, fui valet de cassino, vai aí o meu depoimento, isto já não existe mais. Em Araxá, fui um dos empregador que trabalhou no cassino, assisti muitas coisas, muitas desgraças acontecendo, na classe mais privilegiada, mas rica, esta hoje que está protegida por lei; ela não pode jogar aqui dentro, pega um avião e vai jogar nos países vizinhos e também nos mais distantes. No entanto, aqui não se protege, de maneira nenhuma, aqueles que precisam de proteção. E a função da lei é proteger o fraco do forte, proteger a população dos ladinos, dos velhacos. Esta é a função da lei. Quem definiu isto muito bem foi o grande jurista mineiro, que serviu São Paulo durante muitos anos, Nôe Azevedo, no segundo Encontro Latino-Americano de Juristas, em 37, A função da lei é proteger o fraco do forte, e aqui nós estamos vendo o fraco ser esgarçado, ser arrebentado pelo forte.

Tenho algumas dúvidas, Sra. Secretária. Diz um grande político inglês do século passado, Benjamin Disraeli, que existem várias maneiras de tapear, mas as mais comuns são mentir descaradamente e outra é citando estatísticas.

Eu vou citar algumas estatísticas, tentando, em todo caso, me apropriar delas como informação, não para ilaquear, mas para questionar.

Impressiona-me muitíssimo, e V. Sª disse aqui que 30% dos alunos safram das escolas públicas. Isto, para mim, não quer dizer nada, absolutamente nada. Para dar mais uma vez um exemplo de casa, os meus filhos estudaram em escolas públicas porque eram as melhores escolas. Isso não dá a eles a condição de pobre, para depois eles entrarem na universidade e servir a estatísticas de que eles estão lá porque vieram da escola pública. Desgraçadamente, essas escolas, hoje, não são tão boas quanto eram no passado.

Tenho um disquete, um software chamado "O Mundo"; eu brinco muito com esse soft. Eu o coloco no computador e começo a brincar. Aparece a Argentina, canta o hino nacional, dá a população. São essas brincadeiras que os homens da computação nos proporcionam. A gente vai pedindo os dados e eles vão aparecendo.

A senhora sabe, Secretária, que ainda não encontrei em nenhum país do mundo o número de alunos por professor que tem a universidade brasileira, nunca encontrei, por exemplo, a Alemanha tem em torno de 18 a 22 alunos por professor na universidade; os Estados Unidos da América do Norte, 22 a 24; o Japão, 26. Aqui nós chegamos a ter universidades que tem 2 para 1 — por isto estou dizendo que vou citar

algumas estatísticas — 2 alunos para um professor. A minha cidade Uberlândia, tem uma universidade mais nova, por isso menos viciada, mas também já está perdida.

Algum tempo atrás veio aqui um reitor pedindo apoio para entrar — já faz tempo, ele está terminando o mandato — e eu disse que não adiantava o meu apoio político para ele entrar ou sair. Ele disse que adiantava sim. Eu pedi então, que ele assumisse um compromisso comigo de aumentar o número de alunos. Naquela época, em Uberlândia, nós tínhamos 1.100 professores e 6.600 alunos. Quando eu fui questionar isso, ele disse que o nosso índice era dos melhores do Brasil. Eu fui verificar, e, desgraçadamente, era.

Nós temos universidades que têm 1 para 30. Eu fui fazer uma palestra na Universidade de Trento, no norte da Itália, e perguntei ao reitor quanto alunos havia ali por professor. 550 professores para 6.000 alunos! Comparei, na mesma hora, com os da minha cidade: 3.600 funcionários, 1.100 professores, para 6.600 alunos. Com a entrada desse reitor, melhorou relativamente esse número, porque ele havia assumido um compromisso. Disse que iria para a televisão denunciá-lo se ele não fizesse isso. Mas nem todos têm essa preocupação. Sei que tem muitas explicações, o professor brasileiro ganha pior, o aluno brasileiro é mais burro e precisa de mais professor em cima.

Mas tem uma coisa que não cabe na minha cabeça de jeito nenhum. É nós gastarmos o que nós gastamos com 300 mil alunos. Não tenho esta estatística, mas aposto com a Senhora agora, mais de 90% é da classe alta, acima. E nós não arranjamos recursos para aqueles que varam uma corrida de obstáculos terrível, e saem do 1º grau, estudando não sei como, e querem estudar na universidade, e nós não arranjamos recursos, Senador Esperidião Amin, para estes. Sob forma de crédito educativo, que não resolve nada. E nós partimos sempre dos chavões, de chavões bonitos. Outro dia ouvi um chavão que me deixou arrepiado. Quando nós começamos a questionar a questão da universidade pública alguém disse: "Ensino não é mercadoria, por isso não pode ser cobrado". Não é bonito? Mas, pelo amor de Deus, nós estamos escondendo tanta verdade debaixo dos chavões, aliás o Brasil tem chavões demais. Nós precisávamos questionar as coisas mais simplesmente, com os pés no chão. Se nós sairmos daqui agora e formos à Universidade de Brasília poderemos verificar que, no mínimo, 50% têm que voltar à tarde; portanto, não podem ser filhos de pobres, nem trabalhadores, porque eles precisam trabalhar para se manter.

É feita uma espécie de gangorra para que o sujeito que trabalhe não possa entrar; ali é um clubezinho fechado, hermético. "Não, já fizeram algumas concessões; já há alguns cursos que podem ser feitos à noite".

No entanto, nós vamos verificar que as universidades privadas, talvez à excessão da Faculdade de Medicina, todas têm curso noturno. Porém não são da mesma qualidade. Nesse caso, vamos abordar uma estatística muito complexa — a relação custo/benefício — que não gostaria de enfocar, porque, se a verificarmos, veremos que o custo do aluno na universidade federal custa 10 vezes mais do que na universidade privada. Essa questão é um tabu. Quando meus dois filhos entraram na universidade federal, que era a melhor, eu me sentia complexado por ter condições financeiras e não poder pagar, por ser aquela instituição gratuita.

Era isso o que tinha a dizer.

A SRA. EUNICE DURHAN — Senador, V. Ex^a tem razão ao dizer que, das várias maneiras de tapear, citar estatísticas é uma delas. Entretanto, entendo que, diante da situação séria, e grave em que se encontra o ensino superior, precisamos, pelos menos, tentar obter algum dado baseado em que se possa trabalhar.

As estatísticas são manipuladas, é verdade, trabalha-se com chavões. Estou há 6 meses na Secretaria de Educação Superior, mas, antes, realizava pesquisa sobre ensino superior no Brasil. Portanto, sei como é extremamente difícil saber o que está acontecendo no País. Daí por que alguns dados são importantes para que a discussão possa matizar um pouco os problemas.

Citei os dados a respeito do nosso gasto no ano passado com as universidades federais, mas há algumas distorções que impediram fosse feita a análise do custo/aluno. Uma delas — básica — é que há 44 hospitais de ensino envolvidos nesse sistema, para cuja manutenção a universidade destina 90% do seu custo.

Gostaria de retirar os hospitais de ensino dos custos das universidades. O problema é que, hoje, da rede pública de hospitais existente no País, eles são os melhores. Se saírem das universidades, a sua qualidade piora. Então, estou tentando retirar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Só para um maior esclarecimento. Diversas universidades transferem esses hospitais para uma fundação, que recebe do INSS por consultas e operações e suplementam — ou dizem que suplementam — os gastos das universidades com esse dinheiro. Na verdade, todos esses hospitais que conheço acabam recebendo do INSS uma ajuda bastante representativa.

A SRA. EUNICE DURHAN — Está certo. Eles recebem para o custeio; a universidade não repassa verbas de custeio para os hospitais, pois o custeio é mantido com as verbas do INSS. O que normalmente é repassado é a verba de pessoal, uma parte bastante substancial do custo das universidades. Em virtude de não dependerem, integralmente, dos recursos do INSS, são os únicos hospitais hoje conveniados que têm, digamos, procedimentos de alta tecnologia. Por exemplo, um pobre do interior da Bahia, para obter um tratamento médico, dirige-se à Escola Paulista de Medicina, onde obtém um tratamento médico de melhor qualidade.

Há alguns problemas que dificultam a análise do custo, porque as universidades públicas no Brasil, como no resto do mundo, foram absorvendo um conjunto de funções. Atualmente, o estado praticamente repassou todos os museus para as universidades. A contenção de museus não corre mais por conta, não advém de verbas nem de questões paralelas; está dentro das universidades, da mesma forma que qualquer atividade de interesse social e cultural. A verdade é que o Estado não tem condições de manter repasse para as universidades, como acervos, bibliotecas, arquivos, museus e até jardins zoológicos.

A universidade é alguma coisa a mais do que ensino. Mesmo assim, é muito cara. Estivemos fazendo correções a respeito da relação professor/aluno, porque pela estatística simples, obtém um pouco menos do que sete. Tem-se que subtrair, em primeiro lugar, o pessoal dos hospitais, para não inflacionar muito, aumentando para 9.

Há um problema crucial, tanto na Europa, quanto na Argentina, que é a inexistência de vestibular. As universidades aceitam todos os alunos que se formam no 2º grau, gerando

distorção para as universidades: a qualidade do ensino é praticamente nula. Os problemas de 1º e 2º grau são...

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Não têm vestibular?

A SRA. EUNICE DURHAN — Sem vestibular, não têm vestibular, entra todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Não é o caso do Brasil.

A SRA. EUNICE DURHAN — Não é o caso do Brasil. Estou dizendo que essa relação professor/aluno, muito alta nas escolas públicas da Europa vem do fato dessa entrada indiscriminada. Há turmas de mais de mil alunos numa universidade italiana, hoje. Há auditórios com mais de 500 alunos. Na verdade, o que acontece é uma enorme taxa de evasão. Ao invés de fazer vestibular, você põe todo mundo lá dentro, não dá atendimento nenhum, aperta os alunos de tal forma, que eles vão saindo fora. Também não é um sistema muito razoável.

V. Ex^a tem razão, é muito difícil se trabalhar com estatísticas. Mas V. Ex^a tem razão num outro ponto também. É que a relação professor/aluno, mesmo que não seja tão baixa como aparece numa estatística preliminar, é muito baixa. É absolutamente necessário aumentar essa relação. Toda política do Ministério da Educação, hoje, está no sentido de levar as universidades a um aumento da relação professor-aluno. E também à abertura de cursos noturnos. Estou exigindo das universidades um plano de realocação de vagas e um plano de abertura de cursos noturnos, para liberar as contratações em substituição ao pessoal aposentado.

Temos alguns problemas muito sérios em relação à universidade, parte dos quais aliás, está no próprio sistema de financiamento. Isso não é culpa das universidades, não é culpa, em grande parte, do Ministério e não é culpa do Congresso, é culpa de todos nós. É o sistema de financiamento. Toda a estratégia da universidade, toda a estratégia de financiamento está baseada no aumento de pessoal. É a folha de pessoal que determina o orçamento da universidade. Se não alterarmos esse sistema e pagarmos a universidade pelo aluno que forma e pela pesquisa que produz, ao invés de pagarmos a universidade pelo número de professores e funcionários que ela tem, qualquer universidade em autodefesa vai ter que ser forçada a inchar o seu quadro. É uma forma perversa que tem que ser alterada, para que as universidades possam responder de uma forma mais ágil. Hoje, com o estatuto jurídico único e com a aposentadoria aos 25 anos de trabalho, para as mulheres — e não foi culpa só do Executivo — criamos uma situação de quase inviabilidade do sistema de ensino público. Essa questão é importante e na discussão da Lei de Diretrizes e Bases teremos oportunidade de rever isso.

Não vim preparada hoje para uma exposição sobre o problema de custos, mas tenho e posso apresentar os quadros — na medida do meu conhecimento e fiz um esforço muito sério. O Ministério tem uma proposta para alterar o sistema de financiamento, de tal forma que as universidades sejam levadas a obter mais recursos, a aumentar o número de alunos, a abrir cursos noturnos, a qualificar pessoal e a desenvolver pesquisa, ao invés de, simplesmente, tentar aumentar o seu quadro para ter uma fatia maior do orçamento.

A verdade é que, com exceção de duas ou três universidades confessionais e católicas, nenhuma outra universidade, que não seja pública, tem efetivamente esse tipo de custo.

inclusive os custos com os hospitais, com os serviços sociais, com os museus, com as atividades culturais. Precisamos compensar uma coisa com a outra. Isso não significa que não devamos baixar o custo. A relação custo-benefício é uma relação absolutamente fundamental. E, aí, V. Exª tem toda razão. Podemos trabalhar conjuntamente em termos de alteração legislativa de um lado e uma política consistente do outro, para fazermos com que esse recurso que se aplica hoje, no ensino público, tenha um aumento equivalente ao que estamos gastando com os alunos do crédito educativo. É perfeitamente possível, através de uma política coerente, aumentarmos em 85 mil alunos, aqueles que estão inscritos no serviço público, com o mesmo custo que temos hoje.

O SR. BENI VERAS — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Com a palavra o Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS — Quem não tem formas de controle, (inaudível)

A SRA. EUNICE DURHAN — Nós temos formas. Posso dizer, mais ou menos, quanto é que custou no ano passado. É um cálculo bastante complicado, porque com a inflação temos um problema complicado, para fazer um cálculo de custo real. Tenho uma equipe trabalhando no Ministério, e o nosso problema agora está em que levantar o custo do hospital é muito complicado para retirar do conjunto dos custos; a situação é de tal forma misturada, e se não tiver essa possibilidade, é muito difícil saber quanto é que o aluno custa. Preciso retirar o resto das despesas.

O SR. BENI VERAS — Tenho notado que sempre que se procura discutir com as universidades essa questão se esbarra nesse fato. A universidade tem o hospital, tem isso, tem aquilo e você não tem como fugir disso para encontrar uma avaliação adequada dos custos dos alunos. É uma discussão improdutiva, ela pára aí.

A SRA. EUNICE DURHAN — Estou fazendo um esforço bastante grande. Contratamos um consultor para fazer a análise dos custos dos hospitais para poder retirar. Mas sei que, de qualquer forma, estamos certamente com os custos demasiadamente elevados, porque estamos calculando uma média de 9 mil dólares por aluno. Mesmo que se retirem os hospitais disso aí, ela não vai descer a menos de 6 mil a 7 mil dólares por aluno. E isto é um custo elevado. Dá para reduzir o custo aumentando o número de alunos e a eficácia do sistema.

Esta é a política número 1.

O SR. BENI VERAS — A questão é que não há lógica em aposentar um professor com 30 anos de serviço. É um contra-senso, porque a lógica indica que um professor aos 50 anos está chegando ao mestrado, ao doutorado, está chegando a sua fase áurea. Quer dizer, acredito que aos 50, 60 anos, ele está no seu grande momento e, nesta hora, nós o mandamos para casa.

Há alguma idéia concreta do Ministério quanto a esse ponto?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Há uma emenda à Constituição.

A SRA. EUNICE DURHAN — Ela está na emenda à Constituição. Quando o Governo enviou o primeiro projeto de emenda constitucional teria algo que alterava a questão da aposentadoria do tempo de serviço. Houve uma imensa

difficuldade na aceitação disso por parte do Congresso. Creio que hoje, inclusive com o estudo do Deputado Antônio Britto, em função dos custos do INSS, isso está ficando cada vez mais claro.

Agora, realmente, no caso das universidades, isso é particularmente grave. O Senhor fez um cálculo e eu fiz outro. Suponhamos uma mulher que se aposente com 25 anos de serviço e entre — como é o caso freqüentemente das universidades — sem pós-graduação. Nós lhe damos uma bolsa de dois anos e meio para fazer o mestrado; depois damos uma de quatro para fazer o doutorado. Se ela tiver três filhos, terá mais um ano de licença-gravidez; depois ela terá mais um ano e meio de licença-prêmio. Se está tentando votar um ano sabático, aí, então, dos 25 anos ela vai trabalhar 12 anos e meio efetivamente. Depois, aposenta-se com 50 anos e morre aos 75. Realmente pagamos 12 e meio anos de trabalho para 25 anos de inatividade. O sistema não agüenta. Simplesmente isso está se tornando inviável.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — V. Sª está citando o caso do professor universitário. Agora vamos ver o professor primário, que começa aos 19 anos. Aos 44 estaria aposentado. Isso teoricamente, mas acontece que ela tem laudêmio, quinquênio etc. pelo amor de Deus, uma pessoa com 40 anos, lançada aos aposentos! Com, essa idade ela poderá estar iniciando, aprendendo.

Não estamos aqui para deixar ninguém no canto da parede e nem para dizer quem está errado ou certo. Estamos num período de pré-democracia em que temos que aproveitar todos esses momentos para debater temas tão candentes e importantes quanto esse e buscarmos, juntos, soluções.

Votei contra a aposentadoria aos 25 anos de trabalho, mas desta vez pelo amor de Deus, chegamos a ofender em primeiro lugar, o professor. Lançar uma pessoa, aos 40 anos de idade, aos aposentos é uma ofensa.

Outro ponto importante é a aposentadoria da mulher com menos tempo de serviço do que o homem. Num estatística que vi, a mulher, no mundo todo, vive mais do que o homem. Porque então, vamos lançá-la aos aposentos mais cedo? Também não vou querer penalizá-la.

A SRA. EUNICE DURHAN — Concorde inteiramente com V. Exª um absurdo que a mulher seja aposentada mais cedo.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Isso tudo temos que questionar. Se não o fizermos se não alterarmos a universidade, não mudaremos sociedade, pois ambos são casadas, uma protege a outra. E desculpem-me, essa universidade que está aí não corresponde aos anseios da sociedade. E não se diga que é por falta de dinheiro. Quando não há, não há. Ainda agora estamos vendo os exercícios do Senador Espíndio Amin. Podem-se fazer alterações e, adaptações. É o cobertor curto que cobre a cabeça, e deixa os pés de fora. Temos que viver com o nosso orçamento. Viver deficitariamente durante 13 anos mostrou-nos a que nos levou.

Há que se questionar, dentre outros pontos, a questão da arrecadação dos tributos. O Brasil tem um famoso advogado chamado Ives Gandra Martins, inteligentíssimo, muito bom, fiquei impressionado com a dialética dele. Ele diz assim: "O Brasil é o País que mais tributa no mundo". Ele esquece de colocar uma vírgula e dizer: mas que menos arrecada.

A SRA. EUNICE DURHAN — Senador, gostaria, para encerrar a questão, de dizer que foi uma das discussões mais frutíferas que tive. Nós não vamos melhorar as universidades

se não tivermos, de um lado, uma política consistente e, de outro, uma alteração das leis que dificultam enormemente uma política consistente. E esta possibilidade de trabalho conjunto é fundamental. Queria dizer que o País investiu muito na construção de um sistema público de ensino. Ele precisa urgentemente ser reformulado, porque é extremamente importante. O Brasil é, hoje, o único país do terceiro mundo capaz de formar pessoal de alto nível, aqui mesmo, dentro do próprio país. A complementação fora é alguma coisa subsidiária. Em nenhum outro país da América Latina se conseguiu isso. Somos a inveja da América Latina, em função disso. Isso está, em grande parte, nas universidades públicas, não só nas federais; nas estaduais, inclusive, que são muito importantes. É uma conquista que está custando demasiado caro. Não que devamos diminuir os recursos, mas eles têm que render mais do que rendem hoje. Isso é, certamente, verdadeiro. No nosso ataque ao ensino público do País não podemos destruí-lo.

As pessoas que estão hoje no Ministério defenderam intransigentemente que essa aposentadoria não passasse.

O SR. BENI VERAS — E a dificuldade, hoje, é como operar para o professor universitário, e não operar para os diversos professores.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — A professora Eunice Durhan disse algo muito importante. Não podemos destruir a nossa universidade. Aliás, não podemos destruir nada enquanto não tivermos alguma coisa para substituir. Nós interpretamos Dewey deve muito mal. Ele fala na universidade pública, e nós entendemos universidade pública gratuita. Isso não é verdade nem nos Estados Unidos nem em lugar nenhum do mundo. Temos que pensar que a universidade pública é importantíssima, mas a questão da gratuidade deve ser questionada.

Para encerrar, quero dizer que o nosso debate foi bastante produtivo.

Está encerrada a reunião.

8ª Reunião Realizada em 07 de Abril de 1992

As dez horas e trinta minutos do dia sete de abril de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reunião da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, com a presença dos Senhores Senadores César Dias, Ronaldo Aragão, Elcio Alvares, Jonas Pinheiro, Amazonino Mendes, Júlio Campos, Nabor Júnior, Albano Franco, Esperidião Amin, Lavoisier Maia, Aureo Mello, Henrique Almeida, Ronan Tito, Dario Pereira, Eduardo Suplicy, Lourenberg Nunes Rocha, Maurício Corrêa, Aluizio Bezerra e Mansueto de Lavor, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Coutinho Jorge, José Fogaça, Ruy Barcelar, Guilherme Palmeira, Meira Filho, Marco Maciel, Mário Covas, José Richa, Beni Veras, José Eduardo, Valmir Campelo, Levy Dias, Nelson Wedekin, Júnia Marise e Moisés Abrão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se às exposições dos Doutores Egberto Batista, Secretário Nacional do Desenvolvimento Regional, e Alcyrr Meira, Superintendente da Sudam, sobre o "Programa de Ciência e Tecnologia para o Nordeste" e a "concessão de subsídios à empresa Frigopesca, pela Sudam". Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Doutor Egberto Batis-

ta. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente convida o Doutor Alcyrr Meira, a falar sobre o processo de concessão de subsídios à empresa Frigopesca, pela Sudam. Ao final da explanação, o Senhor Presidente dá início aos debates. Participam os Senadores Lavoisier Maia, Raimundo Lira, Elcio Alvares, César Dias, Ronaldo Aragão, Eduardo Suplicy, Jonas Pinheiro, Júlio Campos, Mansueto de Lavor, Aureo Mello e Amazonino Mendes; e o Deputado José Dutra. Não havendo mais quem queira discutir, o Senhor Presidente convida os Doutores Egberto Batista e Alcyrr Meira a fazerem suas considerações finais. Em seguida, o Senhor Presidente agradece a presença do Secretário Nacional do Desenvolvimento Regional e do Superintendente da Sudam e, nada mais havendo a tratar, declara cumprida a finalidade da reunião, encerrando-a às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador Raimundo Lira, Presidente.

Anexo à Ata da 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 07 de abril de 1992, às dez horas, referente às exposições dos Doutores Egberto Batista, Secretário Nacional do Desenvolvimento Regional, e Alcyrr Meira, Superintendente da Sudam, sobre o "Programa de Ciência e Tecnologia para o Nordeste" e a "concessão de subsídios à Empresa Frigopesca, pela Sudam", que se publica devidamente autorizada pelo Senhor Presidente, Senador Raimundo Lira.

ÍTEGRA DO APANHAMENTO TAQUI-GRÁFICO

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, com a seguinte pauta: exposição dos Drs. Egberto Batista, Secretário Nacional do Desenvolvimento Regional, e do Dr. Alcyrr Meira, Superintendente da Sudam, sobre o Programa de Ciência e Tecnologia para o Nordeste e a Concessão de Subsídios à Empresa Frigopesca pela Sudam."

Tem a palavra o Dr. Egberto Batista. Ficará a seu critério a sequência dos assuntos a serem expostos. Em seguida, terá a palavra o Dr. Alcyrr Meira, para também proceder da mesma forma. Num terceiro momento, iniciaremos os debates com os Srs. Senadores, que deverão se inscrever, para que possamos colocar ordem nos debates.

O SR. EGBERTO BATISTA — Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Raimundo Lira Srs. Senadores presentes, Srs. Deputados Federais, senhoras e senhores: Gostaria de iniciar minha exposição pela questão dos incentivos fiscais, juntamente com o professor Alcyrr Meira. Eu faria uma explanação sobre a questão dos incentivos e o caso da Frigopesca.

Mais uma vez, honram-me os Srs. Senadores e Deputados, convidando-me a comparecer a esta Casa para falar de assuntos que me cabe, por dever de ofício: incentivos fiscais.

Sinto-me duplamente à vontade para cumprir com esse dever. Primeiro, sendo paulista de nascimento, mas, acima de tudo, brasileiro, estou neste momento expondo assuntos das regiões mais carentes do nosso País: o Nordeste e a Amazônia. Faço-o com prazer, com isenção e com o privilégio que o cargo de Secretária de Desenvolvimento Regional me proporciona, de conhecer e amar aquelas regiões e de ter para com os nordestinos e amazônidas um apreço e uma admiração especial, em razão das vicissitudes que enfrentam e do esforço que fazem para superá-las.

Segundo, move-se a disposição de, pelas elevadas funções que exerce, por confiança do Senhor Presidente Fernando Collor, prestar contas a V. Ex. de todas as atividades das minhas áreas de atribuição.

1. INCENTIVOS FISCAIS: RAZÃO E MÉRITO

Em sua recente mensagem ao Congresso Americano, o Presidente George Bush ressalta a importância dos incentivos aos investimentos. Semelhante posição, assumida por alguém que é própria imagem do livre empreendimento e da rejeição ao intervencionismo, parece suficiente para nos encorajar a continuar adotado sem vacilações, esse instrumentos de política econômica.

No caso dos incentivos para o desenvolvimento regional, a Justificação se faz ainda mais evidente. Pois ocorre que, se o livre jogo das forças de mercado opera no sentido da alocação e realocação dos fatores de produção entre os diversos campos da atividade econômica, melhor do que o Estado o faria — e os recentes acontecimentos mundiais têm demonstrado isso, essa “mão invisível” não funciona no que tange à distribuição no espaço geográfico. Neste, a tendência é contrária; tudo concorre para a concentração pela força atrativa da densidade populacional, da pujança do mercado, das economias externas.

É preciso, portanto — em qualquer lugar do mundo —, que mecanismo compensatórios sejam criados para servir de contrapeso à pouca atratividade inicial das regiões periféricas para os investimentos produtivos. É nesse contexto que se inserem os Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia, e os demais incentivos complementares.

Não se argumente, por outro lado, que tais Fundos só beneficiam os ricos, enquanto a população pobre permanece desassistida. É evidente que a administração do mecanismo em causa não exclui a responsabilidade do Estado no campo da infra-estrutura econômica e social. Mas para dinamizar a atividade econômica, cujo motor — hoje universalmente reconhecido — é o interesse privado, mobilizando poupanças e atraindo capacidade empresarial, o sistema se afigura válido, e não parece fácil substituí-lo. Algumas amostras dos seus resultados serão apresentadas no curso desta exposição, como também alguns dados sobre o contínuo processo de aperfeiçoamento a que vem sendo submetido, ao longo dos anos.

Cabe ressaltar, enfim, que a faculdade de dedução do Imposto de Renda para investimento no Nordeste no antigo “Sistema 34/18”, hoje convertido no Finor e no Finam (foi inserida na Lei nº 3.995/61, que aprovou o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste, por iniciativa do Congresso Nacional, que, posteriormente, em 1963, a estendeu à Amazônia. E tem sido o Congresso Nacional, ao longo desses trinta anos, o legitimador, quando não também o promotor das transformações do mecanismo seja no sentido da amplitude e da abrangência, seja, mais recentemente, na linha do enxugamento. Foram a clarividência) e a sensibilidade do Congresso que viabilizam as duas grandes modificações, entre tantas, responsáveis pelo aperfeiçoamento do sistema; a criação do Finor/Finam, em substituição ao 34/18, pelo Decreto-Lei nº 1.376/74, e a introdução das debentures, pela Lei nº 8.167/91.

Tem sido abundante a informação processada em equipes de avaliação, seminários, audiências públicas e vinculada a meios de comunicação, sobre os resultados dos incentivos regionais. Mas, pelos questionamentos que continuam sendo feitos, parece ser ainda insuficiente.

Portanto, em mais esta oportunidade, trago à consideração dos que ouvem a realidade dos números, mais forte do que especulações e conjecturas.

O total dos recursos comprometidos para investimento no Nordeste, por conta dos incentivos fiscais, no período de 1962 a 1991, a preços de fevereiro do corrente ano, foi de CR\$ 64,8 trilhões, dos quais CR\$ 22 trilhões de responsabilidade do Finor. E isso já põe em destaque o poder de alavancagem do instrumento, que mobiliza dois cruzeiros de recursos próprios dos empreendedores para cada cruzeiro incentivado.

Quadro 1

Em termos de Finam, as estimativas, com base no comportamento histórico das opções dos investidores pela Amazônia, se aproximam de CR\$ 7,5 trilhões, considerado o período de 1966 a 1991.

Tais valores, no caso do Nordeste, referem-se a 1.582 projetos concluídos e 912 em implantação, totalizando 2.494 empreendimentos, que envolvem a criação de mais de 550 mil empregos diretos. Reconheço que esse último dado é modesto, em relação à gravidade do problema do desemprego na Região, mas não posso deixar de considerar o que ele traz implícito: as ocupações produtivas indiretas que a atividade industrial faz germinar e que a teoria econômica avalia em número quatro vezes superior. A propósito, é oportuno destacar que 78% dos investimentos mencionados foram destinados a projetos industriais.

Quadro 2

Para a Amazônia, entre 360 projetos implantados e 814 em estágio de implantação, a previsão de emprego é de cerca de 185 mil diretos e mais de 900 mil indiretos.

Quadro 3

E aqui cabe uma reflexão: o elevado custo do emprego nos projetos agropecuários da Amazônia resulta do chamado custo amazônico, que incorpora o custo da infra-estrutura econômica e social, vale dizer, de investimentos que seriam de responsabilidade do setor público. Para exemplificar, numa amostragem de 346 projetos incentivados na Amazônia, foi constatada, via fiscalizar, a construção de 11.710Km de estradas 1.078 pontes, 172 campos de pouso, 2.380 unidades habitacionais, 953 unidades funcionais e 103 unidades sociais. Todas através da iniciativa privada.

Na expansão da economia brasileira, quando se incorporam novas áreas, necessariamente esses custos surgirão, qualquer que seja a região, e seu impacto principal se faz presente na fase inicial dessa incorporação, quando são geradas as primeiras vilas, futuras e sedes de municípios, como vem ocorrendo no sul do Pará e no Mato Grosso, a partir dos projetos incentivados pela Sudam.

Quadro 4

Outra avaliação interessante do impacto do Finor sobre a economia do Nordeste é feita com o exame da contribuição tributária dos empreendimentos incentivados. Dos Cr\$ 50 bilhões que constituíram a arrecadação do IPI na Região, no ano de 1990, Cr\$31,8 bilhões, isto é 64%, foram oriundos de projetos do Finor.

Dos Cr\$ 88 bilhões que representaram o recolhimento do ICMS, no mesmo ano, pelo setor industrial nordestino, Cr\$52,7 bilhões, isto é, 60% provieram das empresas incentivadas.

Quadro 5

E a comparação entre a contribuição, em IPI e ICMS, das 100 maiores empresas incentivadas, no exercício de 1990, e o orçamento do Finor, no mesmo ano, revela uma relação surpreendente: essa contribuição foi 5 vezes superior à "renúncia tributária" representada pelo benefício.

De acordo com dados levantados para a Amazônia, até 1985, para projetos incentivados em fase de operação, verificou-se que o retorno tributário médio foi 1,96, medido pela relação entre receitas tributárias geradas e o montante de recursos recebidos a título de incentivo fiscal por aqueles projetos; ou seja, para cada Cr\$1,00 recebido pelo projeto, é produzida uma receita de impostos e taxas no valor de Cr\$ 1,96.

Quadro 6

Finalmente, convém verificar em que medida a política de incentivos fiscais teve o poder de produzir impactos sobre a estrutura da atividade econômica regional.

No Nordeste se considerarmos a participação dos setores produtivos no PIB regional, constatamos que o produto do setor primário, que representava 30% em 1960, caiu para 15% em 1990, enquanto o do setor secundário subiu de 22% para 27%. A taxa de crescimento do produto industrial, no período, foi de quase 6% ao ano, enquanto a do agropecuário foi de 2,6%.

Por outro lado, a posição relativa das exportações de produtos industrializados do Nordeste sobre as exportações totais passou de 24%, em 1972, a quase 80%, em 1989.

Quadro 7

Mudando o enfoque comparativo para a posição do Nordeste em relação ao País, como um todo, vemos que a participação do Valor da Transformação Industrial da Região no VTI Nacional elevou-se de 7,6%, em 1960, para 8,1%, em 1984. Ao mesmo tempo, o perfil do parque industrial nordestino sofria uma radical transformação: no mesmo período, o peso dos ramos tradicionais caiu de 76% para 40%, enquanto o dos ramos modernos subia de 24% para 60%. Vista mais precisamente, a mudança se traduz numa participação crescente dos bens intermediários e de capital e no declínio dos bens de consumo não duráveis.

Quadro 8

Estatísticas disponíveis para a Amazônia indicam que, devido à sua articulação com a economia nacional, a Região acompanhou o acelerado crescimento da economia brasileira nos anos 70, tendo, em seguida, reduzido suas taxas de expansão nos anos 80, acompanhando de perto a crise e curta retomada que caracterizam o comportamento do País na época.

O crescimento e integração da economia da Amazônia foi acompanhado de um processo de transformação da economia decorrente do aprofundamento das relações capitalistas na Região. Uma primeira visão das transformações ocorridas na estrutura setorial da Região pode ser obtida a partir de dados disponíveis sobre renda interna. A primeira mudança que ocorre de forma visível é uma estrutura produtiva com a perda gradativa da importância do setor agropecuário, que, de 25,1%, em 1965, alcança 23%, em 1970, e apenas 16%, em 1980. As estimativas registram ainda a significativa melhora na posição relativa do setor industrial, que, no período 1965-80, mais que duplica a sua participação na renda regional.

Quadro 9

Sem deixar de reconhecer que muito resta a ser feito para melhorar os indicadores sociais do Nordeste e da Amazônia, a qualquer pessoa que tenha uma simples iniciação em questões de desenvolvimento, os avanços econômicos que esses dados traduzem se afigurem inquestionáveis. Como insofismável se faz, também, a sua vinculação, em parte substancial, à administração dos incentivos regionais.

2. NOVA LEGISLAÇÃO DE INCENTIVOS — VANTAGENS

Objetivando a permanente busca do aperfeiçoamento, o Presidente Collor, entre suas primeiras medidas, ao assumir o Governo, suspendeu a vigência dos incentivos fiscais ao desenvolvimento regional, através da Medida Provisória nº 161, de 15-3-90, transformada por este Congresso na Lei nº 8.034, de 12-4-90, a fim de que deles fosse realizada uma ampla reavaliação.

Como resultado de tal processo de reavaliação, que teve a participação de todas as entidades de alguma forma envolvidas com a questão regional, inclusive da classe empresarial, universidades, fundações de estudos e pesquisas, resultou a Lei nº 8.167, de 17 de janeiro de 1991, que introduziu fundamentais modificações na sistemática de aplicação dos recursos dos Fundos de Investimentos Regionais — FINOR e FINAM.

A nova sistemática, que contou com a valiosa colaboração desta Casa, por ocasião da sua discussão e votação, procurou responder às principais críticas dirigidas aos incentivos, quais sejam:

- a) a possível desvinculação da aprovação dos projetos a objetivos de Política de Desenvolvimento Regional;
- b) a falta de retorno das aplicações, especialmente no que tange à remuneração do capital, uma vez que os recursos eram aplicados quase que exclusivamente sob a forma de ações;
- c) altas taxas de insucesso dos projetos, o que resultaria em desperdício de recursos;
- d) o retardamento indesejável do prazo de implantação dos projetos;
- e) a inexistência de instrumento jurídico adequado para recuperação dos recursos por acaso aplicados em desacordo com os projetos aprovados;
- f) e, finalmente, a apresentação do incentivo como possível fonte de desgaste do controle do Déficit Público.

Assim, a nova Lei, que resultou, como já falei, de uma ampla reavaliação dos incentivos ao desenvolvimento regional, procura dar resposta adequada às possíveis falhas encontradas e apresenta os seguintes objetivos:

- 1º Manutenção dos incentivos ao desenvolvimento regional por prazo certo: 10 anos

Como resultado da reavaliação procedida, concluiu-se que os incentivos desempenham importante papel como indutores do desenvolvimento, tanto da Amazônia como do Nordeste, tendo sido, inclusive, um dos principais responsáveis pelas transformações ocorridas nas três últimas décadas, na economia daquelas Regiões.

Para tanto, fazia-se necessário a sua permanência, para garantir a continuidade da política de desenvolvimento regional, que se baseia, essencialmente, no estímulo ao investimento produtivo, a ser realizado pela iniciativa privada.

No entanto, fixou-se um prazo de 10 anos (conforme consta dos arts. 1º e 23 da Lei nº 8.167/91), findo o qual,

nova reavaliação, acredito, deverá ser efetivada, com a indispensável participação do Poder Legislativo, a fim de que novos rumos sejam traçados ao desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.

2º Vinculação da aprovação de projetos e da aplicação dos recursos, exclusivamente, a objetivos e prioridades da Política de Desenvolvimento Regional

É o que exige o art. 10 da Lei nº 8.167/91, ao estabelecer a competência dos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional, para definir as diretrizes e prioridades que vão orientar a programação orçamentária anual dos Fundos de Investimentos Regionais — FINOR e FINAM, bem como a vinculação da aprovação dos próprios Orçamentos Anuais e, ainda, dos projetos privados de investimentos, devendo sempre ser observados os parâmetros e objetivos constantes dos Planos Regionais de Desenvolvimento.

3º Garantia de retorno parcial dos recursos aplicados

A mais importante inovação, introduzida pela sistemática da Lei nº 8.167/91, foi a exigência da aplicação dos recursos dos Fundos de Investimentos Regionais, a partir do Orçamento de 1991, sob a forma de debêntures, exceção apenas para as empresas que tenham projeto próprio em implantação nas duas Regiões.

Do montante dos orçamentos anuais dos Fundos, 30% serão aplicados sob a forma de debêntures não conversíveis em ações e 70% em debêntures conversíveis.

Dessa forma, dos recursos aplicados anualmente pelos Fundos de Investimentos Regionais, 30% retornarão ao Sistema, devidamente corrigidos e com juros de 4% ao ano, no prazo entre 5 e 8 anos, observadas as peculiaridades de cada setor, objetivando permitir a auto-sustentação dos Fundos.

Por sua vez, em relação aos 70% restantes, que serão aplicados em debêntures conversíveis em ações, é exigência da nova Lei que a conversão só possa ocorrer quando o projeto entrar em operação, o que representa, em última análise, um forte estímulo para a implantação dos empreendimentos. Essas duas exigências da nova Lei emprestam maior responsabilidade e maior seriedade ao Sistema, permitindo a exclusão natural dos empreendimentos inviáveis e dos empreendedores que tenham outro objetivo que não o de efetivamente implantar os seus empreendimentos.

Por outro lado, ao emitir as debêntures, as empresas dão em garantia todo o seu patrimônio, além de ser condição *sine qua* a demonstração da capacidade de pagamento do empreendimento.

4º Auto-sustentação dos Fundos de Investimentos Regionais — FINOR — FINAM

A nova sistemática de incentivos ao desenvolvimento regional permite, através de vários de seus dispositivos, que os Fundos de Investimentos Regionais se tornem auto-sustentados, possibilitando que os recursos sejam reaplicados em novos projetos de interesse para o desenvolvimento regional.

Essa auto-sustentação dos Fundos se pode alcançar através dos seguintes instrumentos criados pela Lei nº 8.167/91:

a) a aplicação de 30% dos recursos dos orçamentos anuais em debêntures não conversíveis, que serão resgatados aos respectivos Fundos, devidamente corrigidas (art. 5º, § 1º);

b) a possibilidade de lançamento secundário das debêntures não conversíveis, de forma que o retorno dos recursos se proceda mais rapidamente (art. 5º, § 2º);

c) a disponibilidade para os Fundos da parcela de 30% das opções dos investidores que tem projeto próprio nas Re-

giões, uma vez que a garantia de aplicação direta de seus recursos só atinge os 70% de suas deduções (art. 9º);

d) a exigência de recolhimento dos recursos pelos investidores contribuintes, observando os mesmos índices de atualização monetária do imposto de renda das pessoas jurídicas (art. 3º, § 3º);

e) a correção monetária dos recursos, quando transferidos aos Bancos Operadores após 15 dias de seu recolhimento (art. 3º, § 2º);

f) a atualização monetária dos recursos enquanto permanecerem no caixa dos Bancos Operadores (art. 4º);

g) a possibilidade de utilização de moeda corrente para pagamento de parcela do preço dos títulos pertencentes às carteiras dos Fundos de Investimentos Regionais, ofertados nos leilões especiais nas Bolsas de Valores; e

h) a recuperação de recursos por acaso aplicados em desacordo com os projetos aprovados.

Observa-se que todos esses mecanismos operacionais representam, em última análise, instrumentos de reforço dos orçamentos dos Fundos, os quais, além de atender ao objetivo de auto-sustentação, permitem atingir outras metas, tais como, a redução dos prazos médios de implantação dos projetos, a redução das taxas de insucesso dos projetos e a recuperação dos recursos aplicados em desacordo com os projetos aprovados.

Nesse sentido, a Lei traz todo um instrumental jurídico adequado (arts. 12 a 17) que possibilita a recuperação dos recursos nos casos de aplicação indevida.

Por outro lado, vale ressaltar que, a partir dos orçamentos de 1991, os recursos já foram aplicados mediante a subscrição de debêntures, exceto para os investidores que têm projeto próprio, o que oferece maior segurança, por se tratar de título de crédito líquido e certo, garantido pelo patrimônio da empresa emissora, e que poderá, na hipótese de inadimplência, ser executado de imediato.

3. CONSELHO DELIBERATIVO: COMPOSIÇÃO

Os Conselhos Deliberativos da Sudene e da Sudam foram objeto de uma reforma, no Governo Collor, que lhes emprestou maior agilidade de atuação, preservando-lhes a essência de sua finalidade.

Assim, de uma representação composta de 41 membros, sendo 16 representantes dos Ministérios civis, 10 Governadores de Estado, 1 representante do Estado-Maior das Forças Armadas, 8 representantes de órgãos federais vinculados ao desenvolvimento regional e 6 representantes das classes trabalhadoras e empresariais, o Conselho Deliberativo da Sudene foi reduzido para 21 membros, sendo 10 Governadores, 6 representantes dos Ministérios da área econômica e social (Educação, Saúde, Economia, Fazenda e Planejamento, Agricultura e Reforma Agrária, Infra-Estrutura e Ação Social), 2 representantes de classe, sendo 1 da classe trabalhadora e outro dos empresários além do Superintendente da Sudene, do Presidente do Banco do Nordeste e do Secretário do Desenvolvimento Regional.

O mesmo aconteceu em relação ao Conselho Deliberativo da Sudam que, de um total de 39, teve sua representação reduzida, igualmente, para 21 membros, sendo 9 governadores de Estado, 6 representantes dos ministérios da área econômica e social 2 representantes das classes trabalhadora e empresarial, além do Superintendente da Sudam, do Presidente do

BASA, do Secretário de Assuntos Estratégicos e do Secretário do Desenvolvimento Regional.

A redução de membros dos Conselhos Deliberativos teve em vista uma agilização maior nos trabalhos, a presença apenas dos representantes dos órgãos da alta administração do País mais diretamente ligados ao desenvolvimento regional e uma representatividade mais significativa, no colegiado, dos governadores estaduais.

A presidência desses Conselhos, por força de disposições contidas nas Leis Complementares nº 66 e 67, de 12 e 13 de junho de 1991, respectivamente, passou a ser exercida pelo Secretário do Desenvolvimento Regional, objetivando, permitir a uniformização das diretrizes econômicas da política regional.

4. IMPLANTAÇÃO DE PROJETO — UMA SISTEMÁTICA

Como pretendo tocar em assunto que vem sendo divulgado na imprensa nos últimos dias, gostaria de apresentar todo o caminho percorrido por um projeto que deseja se habilitar a obter recursos do Finam para depois, enfocar o caso em questão.

Assim, a sistemática da tramitação de um projeto de investimento que objetive a absorção dos recursos administrados pela Sudam, oriundos do Fundo de Investimentos da Amazônia — Finam, obedece às seguintes fases:

I — Apresentação do Projeto

Preliminarmente, as pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados na Amazônia Legal, submetem à apreciação da Sudam projeto de investimento acompanhado de todas as informações que identifiquem a atividade a que se propõe executar, bem como documentação que atenda aos aspectos jurídico, administrativo, técnico e econômico-financeiro.

O projeto é analisado por equipe técnica multiprofissional que emite parecer conclusivo a ser submetido à Secretaria Executiva, que o encaminha ao Conselho Deliberativo para aprovação, se for o caso.

A participação de aplicação dos recursos administrados pela Sudam será de até 50% (cinquenta por cento) do investimento total e se destina exclusivamente à cobertura de inversões fixas.

II — Da Execução do Projeto

Atendidas as condicionantes especificadas no Parecer da Secretaria Executiva bem como comprovada a incorporação de recursos próprios, exigidos a cada etapa do cronograma, é autorizada a liberação da primeira parcela de recursos dos Incentivos Fiscais; somente ocorrendo liberações posteriores após o empreendimento ser fiscalizado pela Sudam, com o fim de comprovar a realização com recursos próprios, de inversões fixas correspondentes a no mínimo 40% (quarenta por cento) daquelas aprovadas para o período correspondente.

O acompanhamento e as fiscalizações objetivam constatar a correta execução do projeto aprovado bem como a aplicação dos valores liberados, sendo obrigatória prévia anuência da Sudam, para quaisquer modificações.

III — Certificado de Empreendimento Implantado

O Conselho Deliberativo da Sudam, fundamentado em parecer técnico emitido pela equipe designada para proceder fiscalização, tendo observado que o empreendimento alcançou estágio de implantação e operação que demonstre sua auto-sustentabilidade, emite o Certificado de Empreendimento Implantado — CEI, ficando a beneficiária obrigada a prestar

à Sudam, nos termos do art. 4º do Decreto nº 93.607, de 21 de novembro de 1986, informações anuais pela prazo de 10 (dez) anos e que deverão conter, entre outros documentos, demonstrativos sobre produção, vendas, emprego, legislação trabalhista e social, normas de proteção e controle ao meio ambiente.

5. PROJETO FRIGOPESCA: SITUAÇÃO

No que tange especificamente à Empresa Frigopesca, é imperioso esclarecer que a Sudam não deu dinheiro para a Empresa, aliás, a função da Sudam não é dar dinheiro para as Empresas. O Conselho Deliberativo daquela Autarquia, em reunião realizada em Rio Branco, no Acre, no dia 24 de janeiro deste ano aprovou o projeto de investimento da Frigopesca, na ordem de Cr\$ 112 bilhões, sendo Cr\$6 bilhões de recursos próprios e Cr\$ 56 bilhões de recursos incentivados. O único ato da Sudam até agora foi aprovar o projeto de interesse da pessoa jurídica ou sociedade Frigopesca.

Ressalte-se que existe uma diferença básica entre aprovar um projeto a liberar recurso para esse projeto. A Frigopesca e não recebeu, até o momento, nenhuma liberação de recursos da Sudam, que só começarão a ocorrer após a incorporação ao capital social original da correspondente contrapartida de recursos próprios, devendo também a empresa comprovar o atendimento das exigências constantes do parecer de análise que aprovou o projeto.

Para efeito de acompanhamento das aplicações dos recursos próprios e do Finam, a Sudam executará fiscalizações periódicas, a fim de constatar se aqueles recursos foram aplicados de acordo com o projeto aprovado.

Assim, o capital inicial (piloto) da beneficiária aumenta na medida em que as liberações parciais autorizadas pela Sudam, bem como os recursos próprios do grupo, são gradativamente a ele incorporados. Ao BASA cabe, além da efetiva liberação dos recursos autorizados pela Sudam, atestar a idoneidade cadastral da empresa e de seus sócios controladores, o que foi verificado por ocasião da análise do projeto.

Ocorrendo, eventualmente, qualquer desvio durante a execução do projeto, comprovado em fiscalização efetuada por equipe técnica da Sudam, será imediatamente suspensa a autorização para futuras liberações de recursos do Finam e, se for a situação tipificada em lei, ocorrerá o cancelamento dos benefícios concedidos, sendo que neste caso a empresa titular do projeto e seus acionistas controladores serão solidariamente responsáveis pela indevida aplicação dos recursos (artigo 17, Lei nº 8.167 de 16-1-91).

O investimento total proposto pela empresa a preços de outubro de 1991, foi da ordem de Cr\$ 120,6 bilhões, concorrendo o Finam e o grupo empresarial, cada um, com 50% daquele valor.

Em decorrência dos ajustes procedidos durante a análise nas inversões a realizar, o investimento total foi reduzido para Cr\$ 113,1 bilhões, a preços de dezembro de 1991, prevendo a aplicação de Cr\$ 56,5 bilhões de recursos próprios, para igual valor de recursos do Finam, obedecida assim a proporcionalidade correspondente ao enquadramento do projeto nas prioridades para a concessão de recursos dos Incentivos Fiscais.

Fontes e Usos

Se eu não tiver sido suficientemente claro na exposição do caso específico dessa empresa, permitam-me que complemente as informações, com base no quadro de fontes e usos

dos recursos financeiros. Os dados aí apresentados mostramos que:

Quadro 10

As inversões fixas projetadas são constituídas de bens representados por: terrenos, construções civis, máquinas e equipamentos, veículos, embarcações, móveis e utensílios com os custos de suas respectivas instalações ou aquisições. Estes bens estão estimados em mais de Cr\$ 103 bilhões e serão realizados ao longo dos três anos.

Nessa formação, o grupo empresarial, para receber a parcela de Incentivos Fiscais da primeira etapa prevista no projeto, deverá comprovar aplicações de Recursos Próprios na proporção exigida na aprovação. Para a segunda etapa, a empresa é obrigada a comprovar as realizações totais da primeira etapa e da incorporação dos recursos próprios aprovados para a segunda etapa, sendo que, destes recursos, no mínimo 40% deverão estar aplicados em inversões fixas.

Essa seqüência é obedecida até a conclusão do projeto. Dessa forma, cada vez que a empresa aplica Cr\$ 1,00 de Incentivo Fiscal do Finam, o seu patrimônio se eleva em Cr\$ 2,00.

Os recursos do Finam estão suficientemente garantidos por bens incorporados ao ativo da empresa, tanto assim que: na conclusão do projeto a relação Inversões Fixas/Finam é de 1,99, o que equivale dizer que cada cruzeiro aplicado do Fundo, está garantido por Cr\$1,99. Se selecionarmos apenas os bens do imobilizado (terrenos, construções civis, veículos,

máquinas e equipamentos, embarcações, móveis e utensílios) a relação é representada por 1,83. Novamente se verifica, que, para cada cruzeiro de Incentivos Fiscais aplicado no empreendimento, teremos Cr\$ 1,83 de bens tangíveis em garantia.

Cancelamento do Projeto

Para resguardar os recursos aplicados, bem como os investidores, e ainda a própria essência do sistema, se por qualquer razão o empreendimento vier a ter insucesso, o projeto será, como já dissemos, cancelado e a empresa terá que recolher ao Fundo, os valores recebidos devidamente corrigidos, acrescidos de multa de 20% e juros de 1% ao mês, respondendo solidariamente a empresa titular do projeto e seus acionistas controladores pelo débito, em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 8.167/91 (art. 12 a 17) e do Decreto nº 101/91, que a regulamentou (arts. 16 a 21).

6. CONCLUSÃO

Acredito, Srs. Parlamentares, que tenha transmitido mais alguns dados e informações que se somam às que já são do conhecimento de Vossas Excelências.

Reafirmo a V. Ex^{ta} os meus agradecimentos pela honra que me concederam em falar-lhes sobre os incentivos fiscais que, estou certo, se constituem o melhor dos instrumentos capazes de contribuir para minimizar e mesmo diminuir as gritantes e preocupantes desigualdades e desequilíbrios regionais em nossa Pátria.

Muito obrigado.

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR.)

NORDESTE

CONTRAPARTIDA DO SETOR PRIVADO NOS PROJETOS INCENTIVADOS 1962 - 1991

Cr\$ milhões

PROJETOS	RECURSOS		PARTICIPAÇÃO (%)	
	INVESTIMENTOS TOTAIS	INCENTIVOS	INCENTIVOS	SETOR PRIVADO
Em Implantação	22.518.106,3	9.119.452,5	40,5	59,5
Concluídos	42.325.918,9	12.882.005,4	30,4	69,6
TOTAL	64.844.025,2	22.001.457,9	33,9	66,1

FONTE: SUDENE/DAI/PGC

Obs.: Valores a preço de Fev/92.

QUADRO 1

NORDESTE

INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS
PROJETOS CONCLUÍDOS E EM IMPLANTAÇÃO POR SETOR
1962 - 1991

Valores em Cr\$ milhões

SITUAÇÃO E SETOR	PROJETO		EMPREGOS DIRETOS		INVESTIMENTO TOTAL		INCENTIVOS	
	NÚM.	%	NÚM.	%	VALOR	%	VALOR	%
PROJETOS CONCLUÍDOS	1.582	100,0	351.277	100,0	42.325.918,9	100,0	12.882.005,4	100,0
Agricultura	68	3,6	7.706	2,1	473.968,9	1,1	226.007,2	1,7
Agroindústria	33	2,0	10.042	2,8	720.870,6	1,7	293.432,5	2,2
Indústria	964	60,9	267.877	76,2	33.205.201,3	78,4	9.840.680,4	76,3
Pecuária	423	26,7	16.445	4,6	2.474.093,7	5,8	1.657.544,0	12,0
Pesca	21	1,3	3.816	1,0	211.107,8	0,4	106.313,9	0,8
Telecomunicações	24	1,5	34.900	9,9	3.742.029,2	8,8	454.401,8	3,5
Turismo	54	3,4	8.892	2,5	940.592,7	2,2	334.099,8	2,5
Serviços	5	0,3	1.599	0,4	558.054,7	1,3	69.525,8	0,5
PROJETOS EM IMPLANTAÇÃO	912	100,0	202.698	100,0	22.518.106,3	100,0	9.119.452,5	100,0
Agricultura	139	15,2	24.125	11,9	949.062,6	4,2	464.143,6	5,1
Agroindústria	34	3,7	12.391	6,1	1.014.232,2	4,5	440.816,7	4,8
Indústria	367	40,2	140.650	69,4	17.514.937,7	77,8	6.626.666,3	72,7
Pecuária	310	34,0	15.927	7,9	2.033.845,8	9,0	1.193.861,6	13,1
Pesca	16	1,8	2.400	1,2	229.821,4	1,0	122.006,8	1,3
Telecomunicações	6	0,7	2.077	1,0	392.984,5	1,7	123.166,5	1,4
Turismo	40	4,4	5.128	2,5	383.222,1	1,7	148.791,0	1,6
TOTAL	2.494	100,0	553.975	100,0	64.844.025,2	100,0	22.001.457,9	100,0

FONTE: SUDENE/DAI/PGC - DADOS DOS PARECERES.
 Valores a preços de Fev/92.

QUADRO 2

AMAZÔNIA**PREVISÃO DE EMPREGOS POR TIPO DE PROJETOS APROVADOS**

TIPO DE PROJETO	EMPREGOS	
	DIRETOS	INDIRETOS
AGROPECUÁRIO	33.274	166.370
INDUSTRIAL	113.204	566.020
SERVIÇOS BÁSICOS	20.258	101.290
AGROINDUSTRIAL	11.113	55.655
SETORIAL	6.908	34.540
TOTAL	184.757	923.875

FONTE: DAI/SUDAM**QUADRO 3**

AMAZÔNIA

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL
GERADA POR PROJETOS INCENTIVADOS

Nº DE PROJETOS	UNIDADE FEDERATIVA	ESTRADAS PRINCIP. E SECUND. (km)	PONTES EXTERN. E INTERN. (u)	CAMPOS DE POUSO (u)	UNID. HABITACIONAIS	UNID. FUNCIONAIS	UNID. SOCIAIS
140	MATO GROSSO	7.865,00	686	103	1.501	527	70
62	PARÁ	1.918,28	261	28	339	140	14
44	TOCANTINS	634,15	39	15	108	40	07
18	ACRE	160,50	24	02	29	17	02
25	AMAPÁ	156,35	01	12	90	23	01
12	AMAZONAS	401,60	48	05	112	60	05
14	RONDÔNIA	228,50	15	04	104		
31	MARANHÃO	345,00	04	03	77	146	04
346	TOTAL	11.710,38	1.078	172	2.380	953	103

FONTE: DAC/DAI - SUDAM

QUADRO 4

NORDESTE

**RECOLHIMENTO DE IPI E ICMS
CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS INCENTIVADAS
1990**

ESTADOS	SOBRE IPI TOTAL (%)	SOBRE ICMS DO SETOR INDUSTRIAL (%)
MARANHÃO	24,0	Não disponível
PIAUÍ	74,1	74,6
CEARÁ	29,6	Não disponível
RIO GRANDE DO NORTE	44,7	68,1
PARAÍBA	83,6	75,7
PERNAMBUCO	70,2	95,5
ALAGOAS	42,2	64,0
SERGIPE	20,3	63,9
BAHIA	69,5	39,7
MINAS GERAIS (*)	84,2	76,1
TOTAL	63,6	59,7

FONTE: Receita Federal (3º, 4º e 5º R. Fiscais)
(*) Área da SUDENE.

QUADRO 6

AMAZÔNIA
VALOR LIBERADO DE INCENTIVO FISCAL E
RECEITA TRIBUTÁRIA POR PROJETOS
1980 - 1985

(Em Crz\$ milhão de dezembro/85)

TIPOS DE PROJETO	NÚMERO DE PROJETOS	VALOR LIBERAÇÃO DE INCENTIVOS	RECEITA TRIBUTÁRIA GERADA PELOS PROJETOS
INDUSTRIAIS	175	4.828	11.718
SERVIÇOS	29	868	347
SETORIAIS	16	487	92
TOTAL	220	6.184	12.158

FONTE: SUDAM - Pesquisa Direta

QUADRO 6

NORDESTE

**PARTICIPAÇÃO DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS
INDUSTRIALIZADOS NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS
1972 - 1989**

US\$ milhões (FOB)

ANOS	EXPORTAÇÕES TOTAIS (A)	EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (B)	B/A (%)
1972	556	137	24,0
1973	743	235	31,6
1974	1.446	464	32,0
1975	1.467	439	29,5
1976	948	390	41,1
1977	1.505	647	43,0
1978	1.637	762	46,5
1979	1.964	952	48,5
1980	2.314	1.046	45,2
1981	2.688	1.399	52,0
1982	1.956	1.094	55,9
1983	2.370	1.513	63,9
1984	2.718	1.886	69,4
1985	1.770	1.180	66,7
1986	2.022	1.321	65,3
1987	2.286	1.525	66,7
1988	2.921	2.186	74,8
1989	2.879	2.266	78,7

FONTE: CACEX.

QUADRO 7

NORDESTE
INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO

INDICADOR	1960 (%)	1984 (%)
Participação do VTI/NE no VTI/Internacional	7,6	8,1
Participação dos Ramos Modernos no VTI/NE	24,2	60,4
Participação dos Ramos Tradicionais no VTI/NE	75,8	39,6
Participação dos Bens de Consumo não Duráveis no VTI/NE	73,3	41,2
Participação dos Bens Intermediários no VTI/NE	24,2	50,9
Particip. dos Bens de Capital e Consumo Duráveis no VTI/NE	2,5	7,9

FONTE: SUDENE/DPG/PLJ.

QUADRO 8

REGIÃO NORTE**COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PRODUTO REGIONAL (%)**
1965 - 1980

SETORES PRODUTIVOS	ANOS			
	1965	1970	1975	1980
AGROPECUÁRIA	25,1	23,6	21,8	16,1
INDÚSTRIA	15,7	15,1	20,0	37,2
SERVIÇOS	59,2	61,3	58,2	46,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FGV**QUADRO 9**

FONTES E USOS TOTAIS

			Em Cr\$ 1,00
DISCRIMINAÇÃO	EXISTENTE	PROJETADO	TOTAL GERAL
FONTES	<u>1.200.000</u>	<u>113.104.419.592</u>	<u>113.105.619.592</u>
Recursos Próprios	<u>1.200.000</u>	<u>39.585.766.857</u>	<u>39.585.966.857</u>
Financiamentos	-	<u>16.965.842.939</u>	<u>16.965.842.939</u>
Incentivos Fiscais	-	<u>56.552.809.796</u>	<u>56.552.809.796</u>
- Art. 5º	-	39.585.966.856	39.585.966.857
- Art. 9º	-	16.965.842.939	16.965.842.939
USOS	<u>1.200.000</u>	<u>113.104.419.592</u>	<u>113.105.619.592</u>
Inversões Fixas	-	<u>112.459.994.861</u>	<u>112.459.994.861</u>
- Terreno, Construções Cíveis	-	8.045.366.123	8.045.366.123
- Veículos, Máquinas e Equipamentos e Instalações	-	9.286.452.885	9.286.452.885
- Embarcações	-	85.700.000.000	85.700.000.000
- Móveis e Utensílios, elaboração de projetos e despesa de implantação	-	6.035.007.266	6.035.007.266
- Fundo SUDAM/BASA e Eventuais	-	3.393.168.587	3.393.168.587
Inversões Financeiras	<u>1.200.000</u>	<u>644.424.731</u>	<u>645.624.731</u>
- Capital de Giro	1.200.000	644.424.731	645.624.731

Os valores projetados referem-se a dezembro/91.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Dr. Alcyr Meira, Superintendente da Sudam.

O SR. ALCYR MEIRA — Sr. Presidente da Comissão, Srs. Membros da Comissão, Srs. Parlamentares, Srs. Senadores, empresários aqui presentes.

Gostaria, inicialmente, de louvar a atitude dos Srs. Senadores desta Comissão, em querer conhecer a realidade da política de incentivos fiscais e, também, clarear dúvidas que porventura venham a existir com relação a um projeto recentemente aprovado pelo nosso Conselho Deliberado da Sudam.

O nosso Secretário de Desenvolvimento Regional apresentou de maneira clara e precisa todos os dados inerentes ao sistema e seu funcionamento depois, mostrou uma análise do projeto Frigopescaria analisado sob a ótica do sistema. Foram colocados alguns números, alguns quantitativos e alguns quadros, que ilustram, de forma clara e precisa, não só como se procede toda a avaliação, até a aprovação de um projeto na Sudam, como também a maneira como foi analisado e aprovado o projeto da Frigopescaria, que é o objeto da nossa explanação.

Gostaria de analisar, sob outro aspecto, que me parece ser muito importante, e que dará aos senhores uma idéia clara e precisa da maneira como é realmente feita essa análise, e como o Finam contribui, efetivamente, para o desenvolvimento regional.

A Sudam foi um órgão criado por lei, no sentido de promover o planejamento do desenvolvimento regional, na Amazônia, e ainda com o objetivo, também, de coordenar a ação do Governo Federal em nossa Região.

Quando assumi a superintendência — faz um ano e dez meses — a Sudam praticamente utilizava somente uma das suas áreas de ação, a área dos incentivos fiscais, e isso fez com que o organismo passasse a ser uma entidade voltada, exclusivamente, à política dos incentivos fiscais. A parte, mais importante, que seria a do desenvolvimento, estava esquecida, até mesmo porque o País naquele momento, passava por uma crise de planejamento, que afetava não somente a Sudam, como a todas as entidades federais com atuação em nosso País. E nós partimos, imediatamente, para a criação de um sistema de planejamento que permitiria a reorientação do órgão, no sentido de promover o desenvolvimento através de um plano. Foi feito um trabalho da maior importância para a Região Amazônica, que foi denominada "Macrocenários" alternativos para a região Amazônica, no qual se definiram as políticas básicas, fundamentais para o desenvolvimento.

Foi feita uma consulta a mais de 160 segmentos da sociedade amazônica para se verificar, naquele momento, a intenção do povo da Amazônia e o que desejava esse povo para o seu futuro. Aflorando a realidade desse futuro desejável, chegamos ao futuro plausível, futuro possível, em função do que tinha a estrutura nacional à disposição para alcançarmos esses objetivos.

Em cima do trabalho dos macrocenários, que definiu quatro políticas básicas para a região, foram elaboradas, então, os sete programas básicos para o desenvolvimento regional.

Um desses programas, senhores, referia-se, justamente à pesca que era considerada como prioridade na região amazônica.

Recentemente, há questão de menos de um mês, promovemos um simpósio internacional em Belém para que se debatesses os cinco projetos considerados prioritários para a região amazônica, levando em consideração a nossa participação

na Eco-92, o Rio de Janeiro. Esse evento foi patrocinado pelas Nações Unidas, pela GTZ da Alemanha e teve uma participação intensa de técnicos e empresários investidores nacionais e também internacionais, tendo ocorrido a Belém, para essa reunião, 56 personalidades da Comunidade Econômica Européia, entre pesquisadores, técnicos e, inclusive, homens de governo.

Foram debatidos cinco projetos considerados como prioridades para a região: a biondústria, a agroindústria, a indústria de pesca, o turismo e a indústria madeireira.

Como resultado desse trabalho, está havendo a formulação de dois projetos e já estão sendo injetados recursos do exterior para a sua consecução. São eles o projeto madeireiro, com a implementação de um grande centro, o maior da América do Sul de tecnologia madeireira, em Santarém, aproveitando o que já existe da Sudam, no momento, e também o projeto de pesca. Já foi iniciada uma injeção de recursos para a implementação desses dois projetos.

Vemos, então entrar na Sudam um projeto que vem ao encontro do que a própria entidade considera como prioridade máxima, que é justamente o da indústria de pesca. Teríamos que dar preferência esse projeto, temos aqui uma lista, que poderei mostrar aos senhores, se necessário, dos projetos de pesca existentes na Casa, e esse é o primeiro projeto novo que surge depois da implementação da nova legislação, da Lei nº 8.167.

Esse fato caracteriza de uma maneira precisa, insofismável, indiscutível, a necessidade de trazermos para a Amazônia projetos dessa natureza.

Estamos, simplesmente, dando acolhida ao que determina a própria legislação, quando estabelece a prioridade máxima para a aplicação de recursos e que está, entre outras, no projeto de pesca, daí por que esse projeto merece toda a atenção e o máximo de velocidade para sua aprovação.

Mas não vou justificar que essa aprovação tão rápida como parece a princípio, pelo que foi mostrado na imprensa, estaria simplesmente escudada nesse raciocínio.

É preciso que se entenda que existe, hoje, uma nova legislação que realmente permite à Sudam buscar novos rumos, no que diz respeito à política de incentivos fiscais, o que não ocorria na legislação anterior.

Então, eu diria aos senhores que a Lei nº 8.034, de 12 de abril de 1990, suspendeu as opções de incentivos fiscais. Essa lei foi promulgada pelo Congresso, baseada numa medida provisória do Presidente Fernando Collor.

A partir daí, houve, então, o início de um processo lento de avaliação, de discussão da política de incentivos, que se arrastou em extensas discussões da mais alta importância para a sobrevivência dos incentivos fiscais na região amazônica.

O que sentimos, de início, nas discussões, é que já havia uma predisposição do Ministério da Economia de encerrar a política de incentivos, de acabar com os fundos Finam e Finor e, por extensão, não teria também razão de ser a Sudam e a Sudene.

Foi uma luta árdua, em que o Dr. Egberto trabalhou de maneira intensa, patriótica, na defesa dessa política de incentivos. Foram meses e meses de discussão, em que, através de uma série de colocações e de acordos, chegamos à Lei nº 8.167, que foi aprovada por V. Exª, aqui no Congresso, e sancionada pelo Presidente da República no dia 16 de janeiro de 1991.

Depois veio o Decreto nº 101, que regulamentou essa lei, tendo sido sancionado no dia 17 de abril de 1991. Em seguida, o Decreto nº 153, de 25 de junho de 1991, estabeleceu uma condicionante com relação ao ambiente e dava, realmente, maior rigidez ao sistema, visando a maior preservação e conservação ambiental.

Tivemos, depois a Portaria nº 202, da Secretaria de Desenvolvimento Regional, que procedia à regulamentação básica que, emitiria a formulação dos documentos institucionais da Sudam e da Sudene, que seriam as portarias regulamentadoras de todo o sistema.

Aí haveria o detalhamento de procedimentos, desde a orientação ao empresário quanto à formulação do projeto, a maneira de apresentar esse projeto na Sudam e sua avaliação até a aprovação.

Essa foi a resolução do CONDEL — do Conselho Deliberativo — que tomou o número 7.077, aprovada em reunião desse órgão no dia 16 de agosto de 1991.

Verifica-se do exposto que, entre a Lei nº 8.034, que suspendeu os incentivos fiscais, até o último documento, o último instrumento que regulamenta, a Resolução nº 7.077, decorreram exatamente 14 meses; e foi durante esse período que o sistema ficou parado.

A partir do momento da promulgação da Lei nº 8.167, iniciou-se o processo de alimentação do fundo dos recursos optados no imposto de renda para a conta específica do fundo no Basa.

Aí ocorreu uma preocupação muito grande por parte da administração da Sudam, porque estávamos vendo os recursos do fundo crescendo no Banco da Amazônia sem poderem ser repassados aos empresários, sem poderem ser aplicados na região. E aquela situação nos inquietava e angustiava, porque seria quase que uma demonstração de incapacidade, depois de tanta luta para a preservação do sistema de incentivos fiscais. Corríamos o risco de ser taxados de incompetentes por termos recursos e não os aplicarmos. Mas não podíamos aplicá-los enquanto não houvesse a regulamentação da lei ou a portaria instruindo como fazê-lo.

Foram 14 meses.

Concluído esse espaço de tempo, a ordem era uma só: rapidez, rapidez e mais rapidez.

Hoje se critica a Sudam por aprovar um projeto em 10 dias, mas ontem se criticava também, porque os projetos se arrastavam no mínimo por 6 meses e muitas vezes demorava até um ano a sua aprovação.

Então, fomos criticados ontem porque éramos lerdos e somos criticados hoje porque somos ágeis. Mas é uma agilidade correta, pautada dentro dos critérios da própria legislação, porque o importante é que se traga o fluxo desse recurso para a região e que se o aplique nesses projetos, para que eles redundem em novos empregos e em recursos que possam, realmente, promover o desenvolvimento regional.

Não há absolutamente nenhum deslize em se aprovar um projeto com essa rapidez. Todos os projetos que têm entrado na Sudam, ultimamente, estão sendo aprovados, numa média de 10 dias, porque é uma determinação.

(LAUDA APAGADA)

Não vejo por que considerá-la um objeto criminoso como foi lançado nos jornais.

Há um outro aspecto que gostaria de mencionar aqui e que é muito importante: é que o próprio processo, a legislação, definia como um benefício ao empresário, já que não

há mais na atual lei, a carta-consulta; então o empresário dava entrada na sua carta-consulta, que tinha uma tramitação em que se verificavam as adequações do projeto a sua realidade; depois, dava-se o parecer favorável, para que aí fosse elaborado o projeto e a ele se desse entrada. A nova lei eliminou a carta-consulta e estabeleceu que o processo entraria imediatamente para a análise.

O que ocorre em função dessa nova óptica da legislação é que, quando o projeto entra de fato, é registrado na Sudam, no seu protocolo, já vem sendo elaborado há algum tempo, porque, de outra maneira seria impossível o empresário ter certeza da aprovação do projeto. E a lei faculta a ele a entrada no projeto sob a forma de empresa limitada, porque hoje os ônus existentes para uma empresa de sociedade anônima são muito elevados, e o empresário não teria depois a garantia da aprovação ou não do projeto, o que redundaria num grande prejuízo para ele. Então, a própria legislação já preserva essa maneira de trazer o projeto, como limitada, com a obrigatoriedade de se transformar em sociedade anônima no momento em que o projeto é aprovado no Condel.

Isso está em toda a documentação do processo da Frigopescas, em que a empresa entrou com um capital mínimo de 1 milhão e 200 mil cruzeiros como limitada, mas com a obrigação de se transformar em 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros.

De modo que não há nenhuma irregularidade, porque é um processo normal porque passamos todas as empresas. Tenho aqui uma relação de mais de 30 empresas com as quais sucedeu a mesma coisa. Esse é realmente o espírito da lei.

Também temos que considerar, como disse ainda há pouco, que o projeto já vem sendo elaborado muito antes da sua entrada oficial no protocolo. No próprio caso da Frigopescas, tivemos os primeiros contatos do grupo em outubro de 1991. Temos, inclusive, dentro do processo, o orçamento de equipamentos e construção civil datados de outubro, novembro ou dezembro, o que constata de maneira clara, inofensível, cristalina que realmente o projeto vinha sendo discutido com a Sudam há algum tempo.

Depois de discutido e fechado, deu-se entrada, é, a partir daí, foi feita uma análise bastante rápida, porque já havia conhecimento pleno de todo o projeto. Isso ocorre nos demais casos. Aqui há alguns parlamentares empresários que sabem que não é mentira o que estou dizendo e poderão ratificar para V. Exª Se, por acaso, não é essa a verdade, por favor, desmintam-me, pois tenho plena convicção do que estou dizendo.

Outro aspecto levantado, de que se estaria dando dinheiro como, por exemplo, uma empresa com capital tão pequeno iria habilitar-se a um recurso tão grande e incentivado, já foi plenamente justificado pelo nobre Secretário. Mas eu gostaria de fazer uma colocação: a cada cruzeiro de recurso incentivado, a empresa tem que colocar o correspondente de recurso próprio.

Nos temos a prioridade dos projetos, definidos em 3 faixas: A, B e C.

Na faixa A estão os projetos considerados de máxima prioridade, que é o caso da pesca, em que 50% de recursos são incentivados e 50% são recursos próprios.

Para que a empresa possa habilitar-se aos recursos incentivados, ela tem que comprovar a aplicação dos recursos próprios.

Os recursos incentivados são liberados de acordo como cronograma de desembolso em etapas. Para cada etapa de incentivo a ser liberada, tem que haver, antes, a demonstração

plena da aplicação dos recursos. Então, a empresa tem que trazer um documento comprovando a aplicação desse recurso, uma ata em que esse recurso é incorporado ao capital inicial, que costumamos chamar, tecnicamente, de capital piloto daí por que ele é reduzido. Mas, a cada etapa, aquela quantia é incorporada e vai aumentando seu capital de tal modo que, quando se chega ao final do empreendimento implantado, temos o capital totalmente integralizado.

Na primeira liberação, para que ele receba 100% dos recursos incentivados, tem que colocar 100% de recursos próprios. Comprovada a aplicação desses recursos, habilita-se à segunda liberação.

Para que ele venha solicitar a liberação da segunda etapa, já tem que trazer aplicado e comprovado 40% da segunda liberação. Procede-se àquela tramitação: verifica-se se o recurso foi aplicado, se corresponde à realidade apresentada no projeto. Somente após essa fiscalização, ele recebe esse recurso, desde que comprove os 60% restantes daquela etapa, complementando 100% da etapa de recursos próprios, que viabilizará o recebimento dos 100% de recursos incentivados dessa etapa e, assim, subsequentemente.

Não existe liberação sem fiscalização, sem comprovação da utilização correta do recurso, sem a demonstração plena da aplicação do recurso próprio, para que ele torne hábil o recebimento daquela etapa.

Verifica-se também que, há medida que cada etapa é liberada, vai-se incorporando ao patrimônio da empresa, ao seu capital inicial, aquele capital-piloto correspondente, valores de cada etapa, que faz com que, no final, ele tenha os 100 bilhões de cruzeiros do projeto todo incorporados ao capital.

Essa é a mágica do sistema. O que se coloca na Sudam para análise é projeto. Se V. Ex.^{sa} virem uma pauta de reunião, verificarão parecer número tal, da Superintendência, projeto de construção de açude, ou projeto de criação de peixe, enfim, projeto. O que entra na Sudam para se analisar e aprovar é projeto.

A empresa pode até constituir-se durante essa análise. Não se analisa e se coloca no Condell empresas. Não se diz empresa, mas projeto. O que deu entrada foi um projeto considerado prioritário para a região que é o de pesca — está amplamente comprovado — discutido meses antes com a equipe técnica da Sudam. Foi um projeto que trouxe o seu capital piloto como todas os demais que têm sido aprovados. É um projeto que vai receber dinheiro se estiver realmente dentro o que a legislação estabelece. Isso eu lhes garanto que ocorrerá.

Acredito, senhores, que são esses os esclarecimentos básicos que eu teria para trazer-lhes e coloco-me à disposição de todos para os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Passamos à fase dos debates.

Para proceder à indagação, passamos a palavra ao nobre Senador Lavoisier Maia.

O SR. LAVOISIER MAIA — Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira; Senador Elcio Álvares; Secretário do Desenvolvimento Regional, Dr. Egberto Batista; Dr. Alcyr Meira, Superintendente da Sudam.

Pensei que esta reunião fosse mais objetiva, mas transformou-se num foco de defesa de pessoas ofendidas pela empresa. O que me interesse é o seguinte: desde que assumi o mandato

de Senador, minha preocupação tem sido a de defender os interesses maiores do Nordeste.

Todos os que têm assento nesta Casa sabem quantos pronunciamentos tenho feito ao longo desses anos ora criticando a omissão dos governos federais, ora, protestando contra a discriminação a que tem sido submetido o Nordeste.

Não se trata de idiossincrasia de um parlamentar regionalista, mas, antes de tudo, de um compromisso com o povo da minha região que, sob a crueldade da marginalização econômica, sofre a crueldade da marginalização econômica e social.

Se em anos passados, a luta contra o desequilíbrio inter regional mais poderia ser atribuída à sensibilidade de alguns parlamentares, agora, com a nova Constituição, essa preocupação tornou-se um preceito constitucional.

Verdade é que, ao estabelecer os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, Constituintes de 1988, entre os quais me incluo, escreveram o art. 3º da Constituição nos seguintes termos:

“Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: 1 — construir uma sociedade livre, justa e solidária; 2 — garantir o desenvolvimento nacional; 3 — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Por conseguinte, lutar para reduzir as desigualdades sociais e regionais é um dever constitucional, pertinente a todos que estejam na esfera do Poder Executivo ou no Congresso Nacional.

Veio o ano de 1990. O Governo Collor iniciava o seu mandato de Presidente novo, discurso novo, novas esperanças, mas a velha seca, companheira indesejável dos nordestinos, resolveu nos visitar. Daqui do Senado, ergui minha voz dizendo, entre outras coisas, o seguinte: A seca continua sendo um grave problema, porque o desenvolvimento regional só beneficiou, até agora, determinados segmentos da sociedade. Largos setores da população rural padecem de uma miséria crônica, vivendo permanentemente na pobreza absoluta — miséria. A seca apenas agrava essa situação e a expõe, sem máscaras, ao conhecimento de toda a Nação brasileira através dos meios de comunicação de massa.

Urge, por conseguinte, atacar a sua causa, que é a pobreza rural. Essa grande pobreza vem crescendo de tal forma que já invadiu a periferia de todas as grandes e médias cidades do Nordeste, e V. Ex.^{sa} sabe disso, tanto quanto eu.

Quando teremos uma Sudene para os pobres? De lá para cá a coisa piorou, pois não temos Sudene, e o que tínhamos está desprestigiado por esse Governo. Enquanto a seca de 1990 flagelava as populações rurais nordestinas, o Governo Federal resolveu mandar o digno e ilustre Secretário Nacional de Desenvolvimento Regional, Dr. Egberto Baptista, à nossa região. No Palácio Potengi, o Dr. Egberto lembra-se muito bem, em Natal, reuniu-se com representantes da classe política rio-grandense e foi a Pau dos Ferros e a Currais Novos, cidades do interior do Estado, onde ouviu depoimentos e reivindicações e estava eu presente com S. S.^{as}

Passados 30 dias da visita do Dr. Egberto Baptista, o Presidente da República baixou o Decreto nº 99.234, de 30 de maio de 1990, criando a Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento do Nordeste, composta pelos Secretários de Assuntos Estratégicos, de Ciência e Tecnologia e

de Desenvolvimento Regional, e determinou prazo, Srs. Senadores, de 60 dias para que o Dr. José Goldemberg, então Secretário de Ciência e Tecnologia, e Presidente da referida Comissão, apresentasse o relatório final do trabalho; o Presidente estava bem-intencionado, quero reconhecer isso.

Sabemos que mais de 80 pesquisadores e cientistas participaram da realização desse importante estudo, procedentes da Sudene, do Banco do Nordeste e de algumas universidades da região, da conjugação do Programa do Desenvolvimento para o Nordeste, compreendendo a criação — isso é que é importante — de 12 pólos de desenvolvimento, mediante investimento estimado em US\$ 13 bilhões, no prazo de 5 anos.

Uma vez de posse desse documento, o Sr. Presidente da República reuniu os Secretários de Desenvolvimento Regional de Ciência e Tecnologia, e a então Ministra da Economia, Dr^a Zélia Cardoso de Mello, mas nada aconteceu de concreto.

Quando a distância, esperávamos que o Presidente da República baixasse um decreto criado o programa e alocasse recursos para a sua implementação, mas nada aconteceu de concreto até agora. Ao saber que esse programa de investimento estava "engavetado", fizemos um pronunciamento no Plenário do Senado, no dia 29 de agosto do ano passado, pedindo explicações para o silêncio do Governo. Além disso, no dia 12 de setembro do ano passado, entramos com requerimento, nesta Comissão — 12 de setembro — de Assuntos Econômicos, solicitando a vinda do Dr. Egberto Baptista à presença deste órgão para nos explicar as razões da não implementação desse Programa de Ciência e Tecnologia, de grande importância para o Nordeste, aliás não só para aquela região, mas para o Brasil, com estimativa de US\$13 bilhões, para serem aplicados no prazo de cinco anos.

O Presidente foi rápido em determinar, a Comissão foi rápida em fazer os estudos, reunindo pessoas que entendiam da região; chegou o dia, reuniu os secretários, convocou a Ministra Zélia Cardoso de Mello e engavetou o programa.

Então, eminentes colegas Senadores, não poderia ficar calado nesta hora, e fiz o requerimento aqui, mas, por razões já explicadas pelo Presidente da Comissão, lamentavelmente o Dr. Egberto não teve a oportunidade de vir o ano passado, e está vindo agora, tínhamos o dever e a obrigação de ouvir de viva voz explicações cabais do Sr. Secretário Nacional de Desenvolvimento Regional.

Ouvi do Sr. Sr Secretário que durante 14 meses o Finor ficou paralisado; a Sudene, em 24 meses dois anos do Governo Collor — não se reuniu durante 11 meses, enquanto isso, o processo de marginalização da Sudene continuava e continua.

Para exemplificar, quero dizer aos Srs. Senadores, neste momento, que a Sudene está tão desprestigiada que existe um programa importante, o PDRI — Programa de Desenvolvimento Regional Integrado, qual o Secretário Nacional não fez a mínima manção, programa esse de grande importância para o Nordeste. Vejam como as coisas não andam bem neste Brasil e o País não pode ir à frente com o Nordeste miserável, o Nordeste está em marcha a ré, o desemprego aumenta. Agora mesmo, a fábrica de confecções mais importante do Rio Grande do Norte, de alcance nacional, a Fábrica Guararapes, que passou 20 anos recebendo incentivos fiscais do Governo, 10 anos de um, 10 de outro, fechou as portas, pondo na rua 100.500 pessoas, pais e mães de famílias, um fato da maior gravidade! A recessão se acelera no Brasil, sendo

mais grave no Nordeste, vários hotéis estão fechando no Rio Grande do Norte, em Natal e os que estão ainda resistindo, têm ocupação de 5%, foi a taxa do mês passado.

Como representante do povo, não posso ficar calado nessa hora grave em que vivemos. A inquietação social aumenta no Brasil, mas aumenta mais no Nordeste, Sr. Presidente. O índice de mortalidade infantil no Nordeste é alarmante, sem precedentes na História do Brasil, o índice de analfabetismo aumenta a cada hora que passa, então, com arrocho salarial, desemprego, sem saúde e educação, para onde irá 1/3 da nossa população?

Quero, nesta hora grave em que vivemos, expor a minha opinião, não aquela radical do quanto pior melhor, faço críticas construtivas. Quero explicações de V. S^a que convençam a mim e a outros Senadores.

Formulo, nesta oportunidade, mais três perguntas ao Dr. Egberto Baptista: quantos projetos foram financiados pelo Finor no Governo Collor? Quantos empregos foram gerados? Quanto por cento os investimentos do Finor representam sobre os impostos arrecadados no País?

São essas as considerações que, preliminarmente, gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Sr. Egberto Baptista.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Sr. Presidente, Senador Lavoisier Maia, hoje teríamos duas palestras aqui: uma sobre a questão dos incentivos fiscais e outra sobre a questão que foi indagada por V. Ex^a, sobre os programas de Ciência e Tecnologia no Nordeste. Tínhamos feito uma apresentação sobre a questão dos incentivos para, ao término, iniciarmos a de Ciência e Tecnologia, onde estariam incluídas, talvez, as questões abordadas por V. Ex^a. Não fiz ainda a exposição sobre o tema, mas se V. Ex^a permitir posso fazê-la agora, citando alguma coisa e o trabalho sobre a questão do Nordeste. Poderia entregar ao Sr. Presidente, a exposição, e V. Ex^a, com mais calma, conheceria juntamente com os demais Senadores a questão da Ciência e Tecnologia. Responderia a todas as questões que V. Ex^a colocou, com muito prazer.

O SR. LAVOISIER MAIA — Dr. Egberto, como disse, o requerimento foi feito por mim o ano passado, visando o comparecimento de V. S^a Cobrei isso muitas vezes ao Presidente da Comissão, porém, por motivo já explicado por S. Ex^a, o Senador Raimundo Lira, não foi possível a presença de V. S^a no ano passado. O assunto é exatamente o Nordeste. Hoje o Superintendente da Sudam nos honra com sua presença. Porém, sou representante do Nordeste, e o requerimento foi específico.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Foram dois os requerimentos. Houve uma apresentação inicial com o Sr. Presidente para falarmos sobre um ou outro primeiramente e pedi preferência para a questão dos incentivos.

O SR. LAVOISIER MAIA — Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Raimundo Lira, o assunto Nordeste é de uma magnitude muito grande, como o é o do Norte também. Na minha opinião caberiam duas reuniões: uma sobre o Nordeste e outra sobre o Norte, em dias diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Gostaria que o Dr. Egberto Baptista apresentasse o trabalho sobre Ciência e Tecnologia e, em seguida, respondesse a todas as questões do Senador Lavoisier Maia.

Como anunciado no início da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, deixei a ordem a critério do palestrante. S. S^a preferiu ler inicialmente, mas isso não prejudicará em nada, porque até pensei que seria interessante a ordem escolhida por S. S^a, pelo fato de normalmente começarmos a reunião praticamente na hora e, a proporção que o tempo vai passando, o plenário fica com uma maior quantidade de Senadores e de pessoas convidadas, inclusive Deputados Federais.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. ELCIO ÁLVARES — Parece-me que o Secretário Egberto Baptista declarou ter um trabalho que responde por inteiro às indagações do Senador Lavoisier Maia. Evidentemente, esse trabalho seria passado às mãos do nobre Senador, e S. S^a poderia fazer, na etapa que lhe é garantida, as perguntas objetivas, pois então teria o cabal desempenho do seu requerimento, e encerraríamos essa parte.

Seria racional se se realizassem duas reuniões mas, já que foi feita uma e sabemos que daqui a pouco ficará rarefeita a presença dos Srs. Senadores e Deputados — o Senador Lavoisier Maia examinaria o documento, se julgasse válido, dentro de sua concepção, e ainda teria o direito de objetivar as perguntas para que o secretário Egberto Baptista as respondesse.

Parece-me que essa seria a maneira mais objetiva e, logo em seguida, passaríamos à segunda parte da reunião, que é a convocação do Superintendente da Sudam, para responder sobre a empresa Frigopescá, já determinado para que não perdêssemos tempo, divagando acerca das outras coisas. Passarei as sugestões a V. Ex^a, e se o Presidente Lavoisier Maia estiver de acordo receberá o documento ao Secretário Egberto Baptista que, segundo o secretário, responde à colocação do Senador Lavoisier Maia. E fica facultado a S. Ex^a objetivar as perguntas para atendermos ao seu requerimento.

O SR. LAVOISIER MAIA — O importante, Senador Elcio Álvares, é que o Secretário Nacional de Desenvolvimento responda. Não precisa me passar o documento. O importante é que ele o exponha ao Plenário. Se depois ele quiser me honrar com o documento, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — O Dr. Egberto Baptista irá fazer uma exposição, a respeito do assunto que V. Ex^a solicitou, como estava previsto. Terminada essa exposição, ele responderá objetivamente a todas as perguntas que V. Ex^a fez. E as perguntas que os Srs. Senadores farão posteriormente poderão ser sobre os dois assuntos, a critério de cada Senador.

Concedo a palavra ao Dr. Egberto Baptista.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Gostaria de preveni-los que a leitura do documento despenderá cerca de uma hora. Por essa razão, solicito a dispensa da leitura para poder discutir com os senhores.

O SR. LAVOISIER MAIA — Concorde, Dr. Egberto. Faça uma síntese de cinco minutos sobre a questão e depois passe o documento para que eu possa analisar.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Julguei estranho que a convocação fosse sobre os programas de Ciência e Tecnologia, pois é uma área indiretamente ligada a nós. O trabalho

foi feito 100% sobre essa questão e não sobre a seca no Nordeste. Porque esta é tratada pelo Ministério da Ação Social e pela Defesa Civil. Às vezes há também muita falta de entendimento na questão das atribuições que cabem à SDR. Porque a questão da seca não é tratada pela SDR e, sim, pelo Ministério da Ação Social. Mas como é uma questão do Governo Collor, vou respondê-la com o maior prazer.

No início de maio de 1990, fomos ao Palácio de Potengi numa visita que fiz espontaneamente, não a mando do Presidente Collor, para conhecer os problemas do Rio Grande do Norte. Chegando lá, acompanhado naquela ocasião pelo Senador José Agripino Maia, fizemos uma reunião no Palácio de Potengi, na presença de toda a bancada de políticos do Rio Grande do Norte e de toda a imprensa local, regional e nacional.

Em dois ou três meses nessa primeira viagem ao Nordeste, encontrei-me com os maiores especialistas sobre a questão nordestina. Humildemente sentei e ouvi tudo que falaram. Naquele momento o Governador Geraldo Mello — e o senhor é testemunha disso — iria assinar um ato considerando 113 municípios em estado de calamidade pública por questão da seca. Foi montado todo um cenário para assistir a assinatura de um decreto de calamidade pública de 113 municípios por problema de seca.

Convoquei, então, as pessoas presentes para irem ver as regiões mais afetadas pela seca, já que tanto falavam dela. Foi fretado um avião na hora, uma aeronave foi emprestada e dentro de dois aviões fomos todos para Pau dos Ferros. Sabem o que encontrei lá? Água em abundância, muito verde e uma população tranqüila e ordeira. Saímos de lá e fomos para Currais Novos. Era uma verdadeira festa. Os problemas eram os de sempre, mas não existia calamidade pública.

Voltamos ao palácio e perguntei ao Governador Geraldo Mello se ainda iria assinar um decreto sobre uma calamidade pública que não existia. Ele não assinou. É para os senhores notarem como é essa questão. Esta foi a primeira experiência do Nordeste, dentro do Palácio do Potengi, no Rio Grande do Norte, com Geraldo Mello, Governador e tantos ilustres Parlamentares.

Independentemente disso, trouxe todas as anotações que trazavam da questão, para Brasília. Fiz a comunicação para o Ministro da Ação Social, a quem cabia a questão da Defesa Civil. Fiz as comunicações ao Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, a quem cabiam as ações, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca e passei a acompanhar de perto. Enfim, uma série de trabalhos se iniciaram. Começou-se o trabalho de estudo da Comissão de Ciência e Tecnologia que o Presidente determinou ao Professor Goldemberg que dirigisse, porque ele queria as soluções sobre a questão da seca. O Secretário fez um trabalho na época, reunindo todas as forças que tinham ligações direta ou indireta.

Concluiu-se o trabalho, que foi entregue ao Presidente, com as soluções que posso enviar diretamente, ou ler depois para os senhores, e algumas das propostas de programas.

A Secretaria não tinha orçamentos, era recém-criada. Não tinha o orçamento plurianual que incluía as atribuições. Enfim, não existia nada. Foi iniciado um trabalho para se achar as potencialidades do Nordeste, como explorá-las e diminuir os entraves que ali existiam. Fizemos uns estudos nas quais consideramos duas ou três áreas programas. Eu falava de bolsões de riqueza e o senhor sempre falava que queria ver esses bolsões. Esses bolsões existem no Nordeste e o senhor sabe disso.

Tudo isso foi colocado no plurianual e enviado ao Congresso Nacional, todos os ministérios participaram. Fizemos o PDRI — Plano de Desenvolvimento Regional Integrado — capitaneado pela Sudene que se concluiu em 1991, servindo de base para o Orçamento de todos os ministérios setoriais. Lamento não ter trazido aqui, hoje, especificamente a questão nordestina.

Paralelamente todos os ministérios efetuaram uma série de realizações nesses Estados. Mesmo quando se agravou a questão do desemprego no Rio Grande do Norte, não uma questão da seca, o Exército brasileiro, por determinação do Presidente Collor, fez uma distribuição de rendas alimentícias. Fizemos alguns pequenos convênios dos quais tivemos um encontro numa das cidades que depois virou objeto...

O SR. LAVOISIER MAIA — Muito interessante.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — É muito interessante, Senador. Está tudo filmado. Tenho o filme comigo. É interessante sob todos os ângulos, Senador. Em plena campanha eleitoral, diga-se de passagem. Todos esses dados foram feitos. Há uma série de realizações.

Não fui convocado aqui para falar da questão nordestina, apesar de que me apaixono por esta questão. Gostaria de trazer aqui todos os dados do Governo Collor, das realizações na área da habitação, de saneamento, de estradas, de energia e na parte assistencial. Infelizmente não os trouxe, porque havia sido convocado para um pronunciamento sobre Ciência e Tecnologia. Estranhei até. Porque deveria falar sobre esse tema, quando temos um eminente secretário, um Ministro que fez um trabalho. O que a Secretaria de Desenvolvimento Regional tinha a ver com essa questão? Lamento não estar preparado para a questão específica das realizações do Governo Collor para o Nordeste e, sim, sobre uma palestra sobre Ciência e Tecnologia. Sinto não haver trazido a questão dos doze pólos de desenvolvimento, aqueles treze bilhões, no plano de cinco anos, que estão no plurianual e que, enviados ao Congresso para aprovação, infelizmente sofreram milhares de emendas, hoje estamos juntando-as para ver se se faz um plano novamente com o que ficou determinado em cada área. E muito foi feito pelo Nordeste.

Quanto à questão dos projetos aprovados pelo Finor, estou com os resultados somente de 1991 porque não trouxe os dados da Sudene. Lamento, não é nenhuma desculpa, mas não posso falar de algo para o qual não fui convocado e não estava preparado sequer para vir falar.

Mas foram aprovados em 1991 e estão em implantação 917 projetos; 61 foram concluídos; 96,2 bilhões foram liberados de recursos, não sei se corrigidos, e aprovados 7 novos projetos.

Sr. Presidente, considero-me um pouco prejudicado na questão das respostas das questões da Sudene, seca é nordestina porque realmente não era para isso que havia sido convocado.

O SR. LAVOISIER MAIA — Para todos tomarem conhecimento, gostaria de ouvir o Secretário. Apesar de ser de São Paulo, é um homem que procurou conhecer os assuntos do Nordeste e a gravidade de da situação nordestina.

Mas Sr. Secretário, o que me preocupou e foi objetivo para a convocação do Secretário de Desenvolvimento Regional ao Senado é porque houve uma determinação do Presidente Collor, designando os três ilustres Secretários Nacionais de Desenvolvimento Regional, de Assuntos Estratégicos, de

Ciência e Tecnologia com a intenção de resolver, não o problema da seca mas o problema do Nordeste, das desigualdades interregionais e sociais, e esse estudo foi muito bem feito, requisitando quase uma centena de técnicos de alto nível das universidades, da Sudene, do Banco do Nordeste e este estudo, o senhor sabe, abrange de dez ou doze volumes feitos em sessenta dias, um trabalho intenso e de muita seriedade, e chegaram em tempo hábil ao Presidente da República e Sua Excelência convocou a Ministra da Economia da época, a Dr.^a Zélia Cardoso de Mello, e estimaram que para atender o Nordeste e resolver — já que o Presidente é do Nordeste e conhece em profundidade os assuntos daquela região — e não ficar com Palela de cesta básica, de programa assistencialista que não resolve. A estimativa feita foi de treze bilhões de dólares para serem alocados ao longo de cinco anos. E isso me surpreendeu e fiquei impressionado porque quando vi o documento, pensei: agora o Nordeste foi salvo! Nenhum Presidente o havia feito com tanta profundidade, sensatez, inteligência e espírito público para a região nordestina. E depois dessa convocação o Presidente engavetou o projeto. Quero saber o porquê disso, Sr. Secretário.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Desculpe, Sr. Presidente, mas o Presidente Collor não engavetou projeto algum. Esse foi o início de uma consequência que gerou, no programa de ação governamental para o Nordeste, o plano de 1991 a 1995, com o cenário até o ano 2000. Não se cria condições. Quem o faz é o Congresso. Temos que fazer todos esses programas enviá-los para o Orçamento. Em 1991 foi enviado, através do que chamamos de PDRI, e agora o estamos recebendo de volta, porque, Srs. Senadores, não foi um plano com os recursos financeiros aprovados exclusivamente dentro de um plano para se mudar. Ele foi a soma de todos os Ministérios. Dos Ministérios de Educação, de Saúde, Infra-Estrutura e assim por diante que destinaram nos seus Orçamentos, dentro de um só plano, as ações que deveriam ser investidas no Nordeste em 1992. Realmente estão sendo processadas, mas isso não quer dizer que não deixou de fazê-las. Acredito que a soma de 1990/91 supera mais de três, quatro bilhões de dólares em investimentos realizados no Nordeste. E já disse aqui que lamento não estar preparado para discorrer sobre todos os feitos do Governo Collor em relação ao Nordeste e nem sobre a questão da seca que, por mais que insista em dizer, é da área do Ministério da Ação Social e do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, que tem o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

Posso falar genericamente mas não poderia, no momento, falar especificamente. Por isso peço que seja marcada uma reunião exclusiva para a discussão da questão nordestina, porque convocaremos, também, os Ministros Ricardo Fiúza e Antônio Cabrera, assim como todas as pessoas envolvidas, para defenderem aqui um trabalho exclusivo sobre Sudene e a questão nordestina. Não posso entrar numa situação dessa para discutir sobre uma área da qual não tenho sequer responsabilidade direta e para a qual, também, repito não estava preparado.

O SR. LAVOISIER MAIA — Perdoe-me Dr. Egberto, mas a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional é o Nordeste. Eu chamava V. Ex.^a de Ministro do Interior, V. Ex.^a se lembra, quem levantou isso lá em Natal fui eu, o último representante que disse: "V. Ex.^a é o Ministro do Interior, porque a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional era substituta do Ministério do Interior". E perguntei a V.

Ex^a, particularmente, qual era a diferença. V. Ex^a me disse que nenhuma, só no vencimento que é menor. Não é verdade isso?

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Mais ou menos.

O SR. LAVOISIER MAIA — Mais ou menos não, é verdade.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Não é verdade. V. Ex^a não tem conhecimento. Chama-se Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República. A Lei que criou a Secretaria, V. Ex^a verificará que não é apenas do Nordeste, como V. Ex^a imagina. A SDR não é exclusiva do Nordeste.

V. Ex^a, com a sua oratória, tem muito mais experiência do que eu, mas quero dizer-lhe e ao Sr. Presidente o seguinte não fui convocado para depor sobre essa questão, mas se assim o quiserem, virei com muito prazer e preparado para isso. Se V. Ex^a quiser ouvir a palestra sobre a questão da Ciência e Tecnologia, que também não é minha área e, sim, de uma Secretaria específica, eu a farei. Lamento decepcioná-los, mas preparei-me para uma palestra sobre um tema que havia combinado com o Presidente da Mesa e, sem ter feito a exposição, começa-se a discutir outro tema; fica muito difícil para mim.

O SR. LAVOISIER MAIA — Então Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a submetesse ao Plenário da Comissão uma reunião exclusiva sobre o Nordeste para onde venham o Secretário de Desenvolvimento Regional, e representante do Ministério da Ação Social para discutir o Nordeste que está afundando e por isso não posso ficar calado numa hora dessas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador, gostaria que inicialmente o Dr. Egberto fizesse a leitura dentro de alguns minutos, do tema que lhe foi proposto: Ciência e Tecnologia no Nordeste. Depois discutiremos se é necessária uma reunião a respeito do Nordeste. Antes devemos terminar esta reunião com a exposição do Dr. Egberto Batista a respeito de Ciência e Tecnologia, de acordo com o requerimento apresentado por V. Ex^a.

O SR. CÉSAR DIAS — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR DIAS — Creio que o Secretário de Ciência e Tecnologia tem que ser convocado, senão a questão cairá no vazio.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Veja V. Ex^a que esta reunião tem dois objetivos: um sobre os incentivos fiscais da empresa Frigopesca e a outra, como era a mesma pessoa que estava sendo convocada, no caso o Dr. Egberto Batista, para falar sobre esses dois assuntos; então o depoente escolheu o tema sobre o qualalaria primeiro: incentivos fiscais. E agora, para que possamos prosseguir a reunião e por a casa em ordem, para depois iniciarmos os debates, o Dr. Egberto vai falar rapidamente, por alguns minutos, a respeito de Ciência e Tecnologia no Nordeste para que possamos cumprir o objetivo que está expresso nos dois requerimentos que foram apresentados e aprovados aqui pelo Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CÉSAR DIAS — Teria que ser convocado o Secretário de Ciência e Tecnologia para que dê andamento a essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Está correta a sua colocação, mas aí seria uma outra convocação. Peço a compreensão dos Srs. Senadores para que não fiquemos discutindo questões de ordem quando estão claros os objetivos desta reunião. O Secretário já falou a respeito de incentivos fiscais, falta falar a respeito de Ciência e Tecnologia, objeto do requerimento. Se for necessário uma nova convocação de um novo Secretário, será outra etapa. Mas gostaria da compreensão para que possamos prosseguir a reunião.

O SR. CÉSAR DIAS — Seria necessário consultar o Dr. Egberto Batista se ele se interessaria em repassar o caso ao Secretário de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Mas ele foi convocado e está com o trabalho pronto aqui.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — A única questão é que gostaria de esgotar a primeira parte da palestra e, em seguida, entrar na segunda. Pediria a contribuição nesse sentido.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma colocação que, parece-me, esclarecer o assunto. O Senador Lavoisier Maia é o autor do requerimento e ele teve a oportunidade de falar agora e é claro, insofismável. O Secretário foi até certo ponto muito firme, ele não está preparado no momento, dentro da proposição do Senador Lavoisier Maia, para dar as resposta e o Senador submeteu uma questão à Comissão que deve ser encainhada. Vamos fazer uma nova convocação com a presença daqueles que estão interligados ao assunto e passar ao segundo ponto da convocação, pois já praticamente meio-dia e tenho a impressão de que esta reunião não vai acabar tão cedo.

Então, já que houve a concordância do nosso eminente colega, Senador Lavoisier Maia, e uma proposta de S. Ex^a submetida à Presidência, vamos examinar uma convocação futura do Secretário Egberto Batista aí com todo os elementos envolvidos, conforme falou o Senador César Dias, o Secretário da Ciência e Tecnologia e todos envolvidos na temática proposta pelo Senador Lavoisier Maia. Encerramos esse primeiro ponto, que não está suprido, evidentemente, mas encerraríamos para efeito de ordenamento da nossa reunião e passaríamos ao segundo ponto que já foi suficientemente esclarecido aqui.

Então, Sr. Presidente, parece-me que há uma proposta do Senador Lavoisier Maia de submeter à Comissão a sua idéia de realizarmos uma segunda reunião. Há uma outra proposta do Senador César Dias para que sejam convocados elementos ligados ao setor, o que me parecer também bastante racional e com isso encerraríamos o primeiro ponto para passar ao segundo. O Senador Ronaldo Aragão ainda não falou, mas deixaria então essa colocação.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Sr. Presidente, apenas um esclarecimento. Quanto ao requerimento feito pelo Senador Lavoisier Maia, convocando o Secretário de Desenvolvimento Regional para fazer esclarecimentos sobre Ciência e Tecnologia, desejo saber se a convocação é pertinente; a SDR tem responsabilidade pela Ciência e Tecnologia? É a minha indagação. Se não tem, a convocação foi impertinente porque não está dentro da SDR.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador Ronaldo Aragão, o requerimento do Senador Lavoisier Maia, é pertinente e provou aqui e comprovou no plenário da Comissão de que o Dr. Egberto Batista estava envolvido com essa questão, ele falaria naturalmente o que sabia a respeito da SDR. Agora, estamos apenas, discutindo aqui uma questão de ordem, ou sejam havia dois assuntos a serem discutidos, um sobre incentivos fiscais e outro sobre aquilo que o Dr. Egberto Batista poderia falar dentro da sua competência e da limitação de sua Secretaria sobre Ciência e Tecnologia.

Porque, na realidade, quem tem abrangência sobre esse assunto é a Secretaria específica. Estamos discutindo uma questão de ordem aqui para sabermos se os Srs. Senadores fazem as indagações a respeito do primeiro assunto ou o Dr. Egberto Batista já faz a explanação a respeito de Ciência e Tecnologia. Essa é uma questão a ser discutida.

A terceira questão é transferir Ciência e Tecnologia para um debate futuro junto com o Nordeste brasileiro. Mas somente o Senador Lavoisier Maia, que é o autor do requerimento, é que pode decidir essa questão.

O SR. LAVOISIER MAIA — Sr. Presidente, quando fiz o requerimento solicitando a presença do Secretário de Desenvolvimento Regional para explicar o estudo que houve, que ele estava entregando à Comissão um Decreto do Presidente, da SDR, Assuntos Estratégicos e Ciência e Tecnologia, era uma comissão ampla para estudar o problema nordestino e essa comissão, com muita competência, convocou importantes homens públicos do Nordeste, professores, técnicos, em número de 80, que fizeram um estudo muito bem feito, são dez ou doze volumes, Sr. Presidente, para mudar a face do Nordeste. Não era apenas sobre Ciência e Tecnologia não, absolutamente, visava mudar a face do Nordeste. Era integrado por três Secretários de nível nacional, sob a Presidência do então Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia, hoje Ministro da Educação.

Bem, esse estudo foi feito e muito bem feito, levado à consideração do Presidente da República que chamou a Ministra da Economia da época, Dr. Zélia Cardoso de Mello, e ficou por isso mesmo. A minha revolta é por isso.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Senador Lavoisier Maia, por favor me conceda um aparte. Entendo perfeitamente — e V. Ex^a tem sido um dedicado defensor do Nordeste — mas o requerimento, na verdade, é para prestar depoimento sobre o programa de ciência e tecnologia do Nordeste. Nós, aqui, estamos extrapolando. V. Ex^a tem toda a razão, acho que a problemática do Nordeste... E se V. Ex^a fizer o requerimento, endossarei a partir de agora, sobretudo porque, agora percebemos o objetivo da convocação. Acho que o Secretário adequado para falar é o da Ciência e Tecnologia, mas como V. Ex^a tem sido um dedicado defensor do Nordeste, estou dando o meu apoio a qualquer requerimento, entendendo que o Dr. Egberto Batista hoje foi convocado para falar sobre programa de Ciência e Tecnologia. Se ele diz...

O SR. LAVOISIER MAIA — Senador, o Secretário Egberto Batista foi convocado para explicar a nós Senadores o programa feito pela Comissão que ele integrava, presidida pelo Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia, sobre um plano abrangente, não somente sobre ciência e tecnologia, mas sobre o Nordeste.

Então, já que o Secretário não está em condições de responder as indagações, lamentavelmente quero nesta hora

fazer o requerimento para que ele venha falar sobre o Nordeste. Esse plano tem que ser debatido, inclusive o programa regional também, o Programa Nacional de Desenvolvimento Regional. Até agora — quero que fique claro aos Srs. Senadores — o Nordeste não tem recebido nada do Governo Federal, não tem planejamento nenhum, pode ser que daqui para frente tenha, mas até agora não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador Lavoisier Maia, V. Ex^a apresenta o requerimento para que possamos convocar autoridades envolvidas na questão do Nordeste brasileiro, o Superintendente da Sudene, por exemplo...

O SR. LAVOISIER MAIA — Mais abrangente: o Ministro da Ação Social, o Secretário Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Vou apresentar a proposa aqui no plenário e, em seguida, discutiremos os nomes das autoridades, em número restrito naturalmente, para que possamos convocar o mais rapidamente possível.

O Plenário apóia essa proposta do Senador Lavoisier Maia? (Pausa)

Aprovada.

Vamos continuar o debate a respeito do assunto "incentivos fiscais" exposto pelos conferencistas aqui.

Passamos a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, gostaria de perguntar ao Secretário de Desenvolvimento Regional, Dr. Egberto Baptista, sobre o empréstimo concedido à Frigopesca. Qual foi o volume de recursos efetivamente já liberado para essa empresa, desde o dia da sua aprovação? Qual foi a comprovação de que a Frigopesca já entrou com a devida contrapartida? Em que montante? O que foi feito com os recursos liberados pela Sudam e o que foi feito com os recursos de contrapartida da própria Frigopesca? Quem são os diretores da Frigopesca? Como foi possível que o Conselho da Sudam pudesse ter examinado esse recurso com tantos meses de antecedência, se a empresa, em verdade, passou a existir apenas 10 dias antes da liberação do empréstimo? Não há nisso uma contradição? É comum a Sudam aprovar empréstimos da ordem de 56 bilhões de cruzeiros para empresas com capital tão menor com relação ao volume de recursos liberados? Esse procedimento, constitui uma exceção ou é o normal, ou seja, é normal a liberação de 56 bilhões de recursos para uma empresa cujo capital registrado é de 1,2 bilhão?

Se o projeto estava tão bem examinado, por que teria, na época da reunião da Sudam, o Governador Edson Lobão, do Maranhão, pedido adiamento da votação, uma vez que os conselheiros não estavam informados do que ali acontecia, segundo a Ata da reunião publicada pela Folha de S. Paulo? Quer dizer, ainda que, diante da recomendação do Secretário Egberto Baptista, acabasse o Conselho da Sudam por votar a favor, com a abstenção do Governador Edson Lobão, na ocasião.

Tenho outras indagações, mas gostaria, primeiramente, de ter essas perguntas respondidas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Dr. Egberto Baptista.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Sr. Presidente, Sr. Senador Eduardo Suplicy, na ordem das colocações de V. Ex^a, gostaria de dizer que, em primeiro lugar, a Sudam não

concede empréstimo, ela aprova o projeto e o Basa, depois, faz a concessão dos incentivos fiscais para a empresa.

Quanto à liberação, a Sudam, até o momento, não liberou nada, somente foi aprovada na reunião do conselho.

Não foi acionada ainda pela Frigopesca o chamamento para fiscalização da contrapartida.

A terceira pergunta fica prejudicada, pelo fato de não ter estabelecido onde foi aplicado.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Qual era o objetivo desse empreendimento tão importante?

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Após analisar todas as perguntas, responderei essa.

Os diretores da Frigopesca, apresentados na Ata, com o próprio parecer para a composição acionária futura após aprovação do projeto, eram Buriti Participação e Empreendimentos Ltda., Samec Rosensk Vencion-Strengerosvisk, Gilson Skilles, Beijamim Bulchas Telo Hernoc Granatovit.

Na verdade, como já mencionou o Dr. Alcir Meira, o processo anterior era feito através de carta-consulta. Depois transformava-se em aprovação preliminar da carta-consulta, compunha-se a empresa e fazia-se o conselho. A nova legislação excluiu o papel da carta-consulta, apesar de que a prática dos trabalhos nos órgãos tiraram a obrigação, mas não a prática de conhecimento do projeto.

Para que V. Exª tenha noção, o orçamento do projeto baseia-se em outubro de 1991. Então, todos os números que foram entregues para a Sudam são dessa data, o que demonstra já estar o projeto, há longo tempo, sendo estudado. As referências foram entregues oficialmente na Sudam.

O procedimento técnico continua existindo, permanece a troca de informações por determinação do Superintendente da Sudam, que mantém, permanentemente, um quadro de funcionários apenas para orientar empresários que desejam colocar empreendimentos na Amazônia. Eles acompanham, ensinam como fazer, fornecem, enfim, todas as informações necessárias. Portanto, é um projeto que, por ser realizado com antecedência e necessário acompanhamento, ao finalizar é que se formaliza praticamente. Não se trata de novidade, pois convive com a Sudam desde outubro.

Sobre ser usual ou não a aprovação de empréstimo para uma empresa com capital tão menor, pela sistemática dos incentivos e pela prática, é absolutamente normal, porque na medida em que o empreendimento acontece, primeiro, aprova-se um projeto, como se fosse uma carta de intenções. Em seguida, esse projeto se transforma em uma empresa, cujo empreendimento será administrado pelo Basa. Na medida em que os recursos próprios são colocados, registra-se na Junta Comercial o aumento de capital, faz-se uma assembléia — porque se transforma em sociedade anônima — e o banco também aumenta o capital, colocando os incentivos, formados pelo capital do investidor e o capital do Basa, que também é investidor.

Por conseguinte, é normal, pois é baseado em um projeto que se aprova e não em uma empresa com vida normal, o que também pode ocorrer apesar de não ser a prática. São elaborados projetos exclusivos com detalhes.

Então, o capital poderia ser até menor, uma vez que é simbólico, não representando o que acontecerá na vida empresarial. Inclusive é denominado capital piloto, que, depois, se transformará realmente na junção do investidor e do Basa.

Não é exceção. A Alunorte, por exemplo, é uma estatal que recebeu tratamento idêntico e todos os projetos praticamente foram aprovados.

Quanto à informação do Governador do Maranhão, tenho a declarar que S. Exª estava informado, pois recebe a pauta com a antecedência regimental devida. Normalmente, são os seus secretários que examinam o projeto, a pauta e recomendam o voto ao Governador ou ao Conselheiro. Assim, todos os membros do conselho recebem com antecedência, tudo é analisado. O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento por exemplo, sempre que realiza reuniões, analisa-se está tudo correto, se há algum detalhe sobre os sócios etc. Os bancos, como no caso do Basa, têm que examinar o cadastro, para ter idoneidade comprovada. Não havia, portanto, desconhecimento.

A grande discussão do Governador do Maranhão entrou-se na poluição marítima dos barcos pesqueiros nas praias costeiras maranhenses. S. Exª estranhou o fato de aquele projeto constar da pauta, naquela hora, visto que o seu debate referia-se a outro tópico.

De minha parte, defendi não se tratar do tipo de pesca a que S. Exª estava colocando e, sim, de um outro. Na hora, até li o próprio projeto, porque eu mesmo não tinha conhecimento aprofundado, uma vez que confio plenamente no parecer da equipe técnica do órgão um colegiado formado por economistas, engenheiros, procuradores autárquicos, técnicos especialistas, superintendentes e diretores. Além dessa documentação, em mãos do Governador Edson Lobão, ainda temos a recomendação final dada pelo Professor Alcir Meira.

Há um decreto do Senhor Presidente da República, instituindo o não pedido de vista do projeto durante a reunião, uma vez que a pauta é distribuída com antecedência para citar que as reuniões tratem somente de projetos — cuja aprovação tenha sido adiada por um pedido de vista.

Assim, o Governador ou qualquer Conselheiro podem, no período que qualificam a pauta, manifestar ao órgão qualquer objeção e o projeto será imediatamente suspenso. Na presença dos técnicos da Sudam, do empresário e de quem marguiu discussão decidir-se-á: inclusão ou não na pauta. Mas isso dentro do órgão público, na presença dos técnicos, e não em casa entre empresário e conselheiro.

Na hora, eu não presidía a sessão, pois já havia passado a Presidência para o Governador Edmundo Pinto, nosso anfitrião no Estado do Acre, e, naquele momento, o Professor Alcir Meira dirigiu os trabalhos. Mais uma vez, afirmei ao Governador Edson Lobão que o pedido de vistas não era mais a prática. Além disso, apesar de não constar da Ata, pedi ao Professor Alcir Meira, como Presidente da Mesa, que eu me abstinêsse de votar, até como uma cordialidade ao Governador Edson Lobão.

O SR. ALCIR MEIRA — Confirmando a declaração do Secretário.

O SR. EGBERTO BATISTA — Veja bem, nobre Senador, todos os projetos da Sudam, aprovados no Governo Collor, estiveram sob um rigoroso acompanhamento técnico, por pessoas que estão no órgão há muito tempo e com grandes responsabilidades ao empresário.

Ademais, qualquer projeto que gere dúvidas — conforme minha ordem ao Superintendente — deve ter imediatamente paralisado o seu andamento, para convocação dos interessados e discussão ampla dos técnicos da Sudam.

Então, desde o dia da reunião do Acre — não precisava a Folha de S. Paulo colocar no jornal —, não permiti que o projeto andasse; por isso não foi liberado nenhum recurso e iguais a ele outros que assim também foram levantados.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Deixe-me só recordar aqui para a Comissão quais foram os elementos de persuasão que utilizou para demonstrar a importância desse projeto. O Senhor se absteve mas, entretanto, registra a Ata que persuadiu a todos sobre a importância do projeto.

O SR. EGBERTO BATISTA — Não.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Convenceu, persuadiu.

O SR. EGBERTO BATISTA — V. Ex.^a acha que eu poderia convencer?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Então, argumentou. Quais foram os elementos de argumentação sobre a importância do projeto?

O SR. EGBERTO BATISTA — Por não se tratar de um projeto que iria causar danos ao meio-ambiente e às praias do Maranhão...

O SR. EDUARDO SUPPLY — O projeto consiste em quê, exatamente? Para que esses 56 bilhões de cruzeiros?

O SR. EGBERTO BATISTA — O projeto consiste de 113 bilhões de recursos incentivados. Não chamaria de recursos públicos, porque são ações da iniciativa privada que deverão ser devolvidas em forma de debêntures. Não se trata de dinheiro a fundo perdido, mas dinheiro do empresário, da pessoa jurídica.

O SR. EDUARDO SUPPLY — É preciso ter responsabilidade. Trata-se de dinheiro que o Congresso Nacional diz que pode ser usado para outra coisa, dinheiro que é do povo, que seria arrecadado na forma de impostos. Por isso, o Congresso Nacional permite que esse dinheiro, que não é mais do empresário, seja investido ali como incentivos fiscais, para criar empregos e gerar rendas, mas é dinheiro do povo.

O SR. EGBERTO BATISTA — Continua sendo do empresário, porque ele recebe as ações, Senador. A alegação do Congresso é de que abriu mão não para o povo, porque as ações não são populares e não são do Tesouro Nacional; são das empresas que devem os seus impostos.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Esses cento e treze bilhões são para quê? Quero saber apenas o elemento principal de persuasão.

Como a ata registra que foi o Secretário Egberto Batista, gostaria que ele respondesse a minha pergunta: qual é o cerne desse projeto que envolve investimentos na Frigopescaria.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador Eduardo Supply, é praxe da Casa, nesta Comissão, sempre que um Ministro estiver acompanhado de um Presidente de autarquia — no caso, o Dr. Egberto Batista está acompanhado do Dr. Alcyr Meira — que ele possa passar a palavra para as explicações que considerar convenientes. Fica a critério do Dr. Egberto Batista responder ou passar as perguntas ao Superintendente da Sudam para dar esses esclarecimentos.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Aceito as explicações de V. Ex.^a, mas imaginava que o Dr. Egberto Batista dominasse com entusiasmo o conteúdo do que a Frigopescaria vai realizar

porque, se ele persuadiu o Conselho, devem ser projetos muito significativos na área da pesca.

O SR. EGBERTO BATISTA — Permita-me começar e, depois, o Sr. Alcyr Meira complementar.

Não pense V. Ex.^a que eu conheço profundamente o projeto, porque dele tomei conhecimento praticamente no ato. No entanto, conheço os técnicos da Sudam, conheço o Dr. Alcyr Meira e defendi as prioridades que aprovamos a respeito não só da questão pesqueira, como também de outras.

Defendi, mais do que isso — e, oportunamente, poderei enviar-lhe a fita, na íntegra, da reunião —, a prática da não retirada de pauta durante uma reunião, para que um projeto seja levado à discussão. Não há aprovação. Não a pedi porque, sequer, esse foi o meu pronunciamento. Defendi que, na prática, não era um projeto no estilo moderno. Na hora da discussão com o Governador Edison Lobão, eu examinava, como o faço agora, a questão do projeto. Depois, foram colocadas as questões técnicas. Defendi a filosofia e a prática das reuniões do Conselho.

Não posso, portanto, imaginar ser capaz de convencer oito governadores eleitos pelo voto popular, seis ou sete membros do Governo Federal do 1º Escalão, a iniciativa privada ali presente, bem como a classe dos trabalhadores — inclusive, o representante das classes alinhadas ao Partido de V. Ex.^a votou a favor — assunto que sequer conheço. Defendi a questão da técnica, da filosofia, daquilo que era prioridade da Amazônia e do órgão. Apenas isso. Nem mesmo pedi voto para algo, embora os conselheiros tenham votado unanimemente a favor.

O Professor Alcyr Meira completaria o assunto.

O SR. ALCYR MEIRA — Sr. Senador Eduardo Supply, gostaria de esclarecer alguns pontos depois da exposição do Dr. Egberto Batista a respeito da sua indagação preliminar.

Com relação à participação do Governador Edison Lobão, do Estado do Maranhão, queria esclarecer que, em várias reuniões e não somente naquela, tinha ocorrido o pronunciamento do referido Governador com relação aos projetos de maior vulto que eram apresentados no Condel. Nessa participação, o Governador Edison Lobão colocava sempre os interesses do seu Estado, o Maranhão, justificando que não compreendia por que havia uma concentração de recursos, aprovados no Condel, nos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, preferencialmente, quando os demais Estados estavam com um número reduzido de projetos. Isso era uma tônica. Considero até muito saudável que o Governador defendesse os interesses do seu Estado, fazendo com que houvesse um maior número de projetos apresentados e aprovados para o mesmo.

Costumo sempre explicar, quando há esse tipo de intervenção, que a Sudam não dispõe de um Banco de Projetos aos empresários para que assumam os seus projetos. Dependemos, justamente, do fluxo da demanda desses empresários, para que possamos analisar os projetos, inicialmente, compatibilizados com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, a fim de que eles tenham realmente um ajuste adequado ao desenvolvimento regional. Em seguida, fazemos uma análise mais apurada da parte intrínseca do projeto, isto é, verificamos a adequação, a que objetivos se propõe.

Ocorre que há determinados Estados que têm uma classe empresarial mais organizada, melhores condições até de insumos locais disponíveis, com melhor infra-estrutura, que permitem um fluxo maior de projetos. Isso, lamentavelmente, não

vem ocorrendo com Estados como Maranhão, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, onde o número de projetos tem sido bastante reduzidos. Há uma concentração natural naqueles Estados onde há não só empresários mais audazes como também melhores condições de implementação.

Isso vem sendo feito quase que sistematicamente pelo Governador Edison Lobão em todas as ocasiões em que S. Ex^a participa das reuniões do Condel. Quando se deparou com esse projeto, com tal grandiosidade de recursos, voltou novamente àquele discurso habitual de defender os interesses do seu Estado e considerar que se tratava de um projeto muito elevado, sendo, portanto, interessante que fosse retirada de pauta para uma análise mais acurada.

Na ocasião, apresentei toda a argumentação técnica do projeto. Em seguida, o Dr. Egberto Batista mostrou interesse regional para que aquele projeto fosse discutido e aprovado.

Como o Dr. Egberto Baptista não estava na presidência do Conselho, que eu assumira naquele momento em que fora repassada pelo Governador do Acre — S. Ex^a achava que, por ser uma parte mais técnica, eu teria mais condições de conduzir a reunião —, contra-argumentou, porque, na realidade, o que ocorreu foi a apresentação de uma proposição do Conselheiro Edison Lobão de que se fizesse a retirada do projeto para um estudo mais acurado sobre o mesmo.

Como Presidente, coloquei em debate e aproveitei a oportunidade para esclarecer alguns tópicos com relação àquele projeto na parte técnica. O Dr. Egberto Baptista em seguida, como conselheiro, contra-argumentou, dizendo do interesse que deveria haver para a região por se tratar de um projeto que estava dentro das prioridades máximas das regiões, que era justamente de pesca. Esse projeto de pesca tem características próprias, porque, na realidade, não é um projeto comum: representa a pesca oceânica para captura de pescados, conforme o parecer técnico, como atum, cação e outros afins. Os barcos, a serem utilizados em torno de dez, são da mais alta tecnologia e vão, inclusive, fazer o processamento desse pescado no próprio barco. São lotados de todo os equipamentos modernos necessários, são barcos industriais, em que se faz o processamento, sem necessidade de se levar o pescado para a indústria maior.

Logo, é um dos projetos mais bem-efetivos que já passou pela Sudam, em termos de se alcançar os objetivos a que se propõe. De modo que, tudo isso foi mostrado na reunião, dando a noção de que não era um simples projeto de pesca, mas um projeto muito bem elaborado.

É preciso que se ressalte que o Governador Edison Lobão, ao receber todos os esclarecimentos, retirou a sua proposição, não permitindo que fosse discutida nem votada. S. Ex^a, como nas demais reuniões anteriores, absteve-se de votar.

Lamentavelmente, o Dr. Egberto Baptista disse-me, ao pé do ouvido, que se abstinha de votar, mas eu não registrei a sua abstenção. Prometi-lhe que seria inserida em ata e isso não aconteceu. Fidedignamente, foi o ocorrido e não há nenhuma intenção de beneficiar esse projeto, senão dentro daquela capacidade técnica que ele mostrou que tem no seu bojo e da sua utilidade como elemento de grande importância para o desenvolvimento regional.

V. Ex^a já deve ter entendido bem que a estrutura que o Finam utiliza é a aprovação de projetos. Na minha exposição inicial, abordei que, se pegarmos a pauta de uma reunião, verificaremos que as proposições apresentados à consideração dos Srs. Conselheiros são projetos. A Constituição da empresa

é uma consequência. Quando o projeto é novo, como é o caso desse, a própria lei já estabelece, como alternativa favorável para a sua implementação, que o empresário utilize, inicialmente, uma empresa limitada para, depois, transformá-la em S/A, possibilitando, no caso, o aumento de capital e a incorporação à medida que são liberados os recursos próprios ao seu patrimônio inicial.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Sr. Presidente, sobre esse projeto específico, eu gostaria de requerer, para que se complementem as informações, possam o Secretário Egberto Baptista e o Prof. Alcyr Meira encaminhar à Comissão a continuidade das informações requeridas, na medida em que forem liberados os recursos pelo Basa e houver a contrapartida, a fim de que possamos acompanhar o desenvolvimento do projeto na sua demonstração financeira, já que ainda não foram liberados os recursos.

O SR. ALCYR MEIRA — Asseguro a V. Ex^a que o faremos com imenso prazer.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Gostaria ainda de perguntar ao Secretário Egberto Baptista, uma vez que tornou-se comum, neste Governo, autoridades receberem presentes de alto valor unitário de proprietários de grandes empresas que, de forma direta ou indireta, tem sido beneficiadas por decisões tomadas nos gabinetes de Brasília. Conforme notícias veiculadas na imprensa, pelas revistas *Veja*, *IstoÉ*, e pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Jornal de Brasil* e *Folha de S. Paulo*, as autoridades do 1º escalão do Governo, com poder de decidir sobre a execução ou não de obras, parlamentares com o poder de tomar decisões sobre a liberação de recursos, são, por vezes, assediados com ofertas de presentes de altos valores (escondendo, em seu bujo, interesse obscuros. Ponderei a S. Ex^a que seria importante devolver o presente para acabar com essa prática de empresas, com o poder de influenciar pessoas em altos escalões, doarem presentes.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador Eduardo Suplicy, esse assunto a respeito da visita que V. Ex^a fez ao Ministro Ricardo Fiúza — já amplamente divulgado pela imprensa — e a pergunta de V. Ex^a ao Secretário Egberto Baptista, entendendo da competência da CPI. Portanto, na Comissão de Assuntos Econômicos, devemos analisar os aspectos técnicos e econômicos dos assuntos discutidos. Temos no Senado Federal, CPI em que podem ser discutidas questões dessa natureza. Especificamente, o jet-ski com que o Ministro Ricardo Fiúza foi presenteado e visita de V. Ex^a já foram amplamente divulgados pela imprensa nacional. Portanto, pediria que este assunto não fosse mais tratado aqui e passássemos à segunda etapa das perguntas que são, realmente, pertinentes à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Sr. Presidente, as comissões permanentes, podem, perfeitamente, perguntar tudo aquilo que for do interesse público e relativamente aos assuntos pertinentes à convocação. Se hoje nós estamos convocando e ouvindo o Secretário de Desenvolvimento Regional sobre a maneira como são liberados os recursos do Finam e do Finor, a pergunta que faço, tenho certeza, é na defesa do interesse público que o Secretário de Desenvolvimento Regio-

nal possa responder. Ora, aqui nós podemos, perfeitamente, convocar ministros e secretários para prestarem informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições, ou ouvi-los quando no exercício da faculdade prevista no art. 50, § 1º da Constituição. O art. 70 da Constituição diz que é atribuição do Senado Federal e do Congresso fiscalizarem os atos do Executivo. Se o Secretário de Desenvolvimento Regional puder opinar — eu soube que o próprio Secretário Jorge Bornhausen recomendou ao Ministro Ricardo Fiúza e me disse o Ministro Ricardo Fiúza que devolvesse o Jet Ski. A relevância desta pergunta é porque, se bem respondida, terá o Secretário Egberto Baptista colaborado, porque espero que ele diga que esta prática é inadequada e que, realmente, se porventura algum dia alguma empresa tenha encaminhado qualquer presente de valor unitário alto, ele irá devolvê-lo, então é neste mesmo sentido, porque precisamos acabar com esta prática, por isso formulo esta pergunta, e poderia ser formulada a qualquer Ministro de Estado. E observo, hoje, na imprensa que o Ministro Ricardo Fiúza ainda hesita de levar adiante a resolução que tomou perante a mim, por três vezes tendo sido reiterada.

OSR. ÉLCIO ALVARES — Sr. Presidente, pela ordem. (Assentimento da Presidência). Fui citado nominalmente e, por isso, volto a falar, e quero fazer uma colocação: eu não sou Vice-Líder do Governo, eu sou Vice-Líder do PFL. E também não teria nenhum desdouro de assumir, por inteiro, uma posição que, neste momento, acho que tem razão até na nossa própria função de Senador.

A pergunta ao Senador Eduardo Suplicy, a quem sempre louvei pela dedicação na interpretação do seu mandato, acho que ela é agressiva, é uma pergunta que, de maneira nenhuma, está dentro de um contexto, principalmente de uma comissão, porque se trata de um assunto altamente subjetivo.

Acho que o Secretário Egberto Baptista — e vou fazer uma revelação ao Senador Eduardo Suplicy: hoje é a primeira vez que eu vejo o Secretário Egberto Baptista. Acho que eu sou o Senador que nunca foi ao gabinete dele. É a primeira vez que estou acompanhando com muito cuidado e tenho trocado algumas opiniões aqui com o Senador Raimundo Lira, mas acho que o tipo da pergunta... nós estamos aqui convocando o Secretário e o Superintendente da Sudam, para esclarecer assuntos relacionados com a concessão de um subsídio a Frigopesca. No momento em que o Senador Eduardo Suplicy traz um episódio que já foi alardeado na mídia nacional, em todos os veículos, é o problema do Ministro Ricardo Fiúza, acredito que nós estamos fugindo inteiramente do objetivo. Honestamente, não está sendo convocado aqui o Ministro Ricardo Fiúza. Se o Senador Eduardo Suplicy tem alguma dúvida sobre o comportamento do Ministro Ricardo Fiúza, que o convoque oficialmente, porque S. Exª tem esta faculdade no exercício do mandato. Agora, com toda a honestidade, com todo o apreço que me merece o Senador Eduardo Suplicy, a pergunta a considero fora daquelas que estou acostumado a ver do Senador Suplicy fazer porque, subjetivamente, ela agride o depoente. O depoente está aqui e tem um compromisso com a verdade e conosco. Mas nós, nessa altura, o respeito também pelo Secretário que está aqui depondo, assim como pelo Superintendente da Sudam. Perdoe-me o Senador Eduardo Suplicy, mas eu, no lugar do Secretário, não iria responder a essa pergunta. Não que eu tivesse receio da verdade mas é que a pergunta não está dentro da colocação regimental, e acredito que se o Senador quisesse saber a opinião do

Secretário Egberto Baptista, ou lê-la a respeito deste episódio, não seria esta Comissão de maneira nenhuma, o fórum ideal para esta pergunta.

Estou falando isto, não como Vice-Líder do Governo, não como Vice-Líder do PFL. Mas, simplesmente, como Senador que tem cuidados, nesta Casa, para que nós, que somos vítimas de tanta crítica, tenhamos a esta altura sobrançeria de fazer perguntas dentro do tema que está sendo proposto. E muito mais ainda, Senador Eduardo Suplicy, uma pergunta que não machuque. Eu entendo, perfeitamente, o sentido da oposição de V. Exª e acho até razoável as colocações que tem sido feitas aqui em outras oportunidades. Mas esta pergunta, me perdoe. Nunca vi o Secretário Egberto Baptista, não tenho nenhum relacionamento pessoal com ele, nem tampouco com o Superintendente da Sudam, nunca fui ao seu gabinete. Mas eu, como Senador, senti que a pergunta era agressiva. Foi esta a minha manifestação, e me perdoe se a minha reação facial não foi igual à do Antônio Rogério Magri, quando piscou. Mas eu reagi, porque isso estava dentro de mim. Acho que esta pergunta é subjetiva. O Secretário tem todo o direito de não respondê-la, porque foge inteiramente ao assunto. Eu também queria colocar que V. Exª tem todo o direito de perguntar. É Senador como eu sou, e como os outros são. Mas já são 12h 41 min, e até agora somente tivemos oportunidade de ouvir dois Senadores perguntando. V. Exª sabe que tenho muito apreço por V. Exª, tenho uma admiração profunda pelo seu trabalho; em várias oportunidades, nós já tivemos contatos parlamentares, inclusive para discutir projetos de sua autoria; tenho respeito pela sua atuação. Mas eu não poderia aceitar passivamente uma pergunta que, sinceramente, Senador Eduardo Suplicy, é altamente subjetiva e foi, até certo ponto, agressiva com o outro Secretário que aqui está depondo. Faço este esclarecimento, porque eu não sou Vice-Líder do Governo, quero deixar claro, divirjo do Governo, muitas vezes eu tenho divergido, ontem mesmo fiz em plenário um discurso contra uma política do Governo. Agora, como Vice-Líder do PFL, eu tenho agido dentro dos postulados do meu Partido, com toda a elegância.

V. Exª me perdoe, se a minha reação facial foi instantânea. Mas eu achei que a pergunta era subjetiva e era agressiva ao depoente que aqui está prestando o seu atendimento à nossa convocação.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Eu não tive a intenção de ser agressivo, procurei formular a pergunta com todo o respeito à pessoa do Secretário.

O SR. JONAS PINHEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. JONAS PINHEIRO — Sr. Presidente, agradeço a V. Exª ter-me concedido a palavra. Eu quero dizer que acato, inteiramente, as palavras e opiniões emitidas pelo Senador Elcio Álvares. Pelo que me recordo, esta e, talvez, a segunda vez que vejo um comportamento agressivo em relação a alguém que vem aqui prestar esclarecimentos. Entendam os Senhores que nos visitam, a convite nosso, que não somos promotores nem delegados de polícia, e não estamos olhando aqui para réus, nem para pseudoladrões.

Nós estamos olhando para pessoas decentes — eu entendo assim — que vieram aqui em nome de um convite formulado, para prestar esclarecimentos.

Eu também não consigo conter a minha indignação, quando vejo um comportamento que extrapola as normas da educação, da boa educação. Manifesto aqui o meu protesto contra o comportamento do Senador Eduardo Suplicy, que tem-se revelado agressivo, insistentemente agressivo, isto não é tradição desta Casa, Senhores.

Portanto, peço que seja disciplinado o tempo, porque nós também queremos ser ouvidos.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma última indagação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Eu já formulei, Sr. Presidente, esta foi a minha última indagação. Procurei fazê-la em termos respeitosos e não agressivos. Espero que o Secretário de Desenvolvimento Regional, Dr. Egberto Batista, não veja na pergunta qualquer formulação agressiva e denunciatória. Mas é importante para o País que pessoas com poder de decisões, tais como as que presidem o Conselho Deliberativo da Sudam, não hajam da maneira, como, infelizmente, tem ocorrido. A pergunta foi adequada. Se eu fosse membro de qualquer governo, faria recomendação, diante de episódios como estes, no sentido de que se dissesse a essas empresas, aos seus sócios, proprietários, que não há possibilidade de qualquer membro de governo aceitar qualquer agrado.

Faço isto, Sr. Presidente, não por uma questão pessoal contra o Sr. Egberto Batista. Faço, porque considero importante mudar a prática de algumas pessoas.

Quem sabe tem o Sr. Egberto Batista alguma notícia importante a nos dar, o seu testemunho sobre procedimentos deste tipo, que alguns empresários, eventualmente, tenham em nosso País, é preciso mudar essa prática. Eu serei severo nessa questão. Não se trata de ser agressivo, Senador Jonas Pinheiro. É uma questão de ser severo na defesa dos interesses públicos.

O SR. JONAS PINHEIRO. — Pode ser severo, sem ser deslegante.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Eu não estou sendo deslegante. Estou sendo educado com o Secretário Egberto Batista.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Senador, pequeno aparte, porque a colocação que está sendo feita dá a entender que nós estamos de acordo com a prática de receber presentes. Quero dizer, que V. Exª conhece o meu comportamento, o meu modo de agir — que abomino qualquer prática desta ordem, assim como toda a opinião pública brasileira abomina. Seria uma exceção um secretário de Estado, um ministro, ou um Presidente da República proclamar que aceita a prática de doação de presentes. Evidentemente, o Ministro Ricardo Fiúza tem o seu hábito julgado pela opinião pública, e isto ninguém pode desfazer. Agora, esta prática, é preciso que fique esclarecido, não tem o endosso de homens de bem. Eu não aceito, esta prática porque a considero altamente indecorosa. Fui Governador de Estado e sempre timbrei por isso, não tinha o mínimo relacionamento com qualquer tipo de empreiteiro ou pessoas que tivessem interesse econômico. V. Exª está coberto de razão nisto. No momento em que V.

Exª ergueu a sua voz para combater uma prática que foi confessada por um Ministro de Estado, não é pelo fato dele ser Ministro do meu Partido que eu vá endossar o gesto. Penso que V. Exª tem razão. A minha colocação, eu a fiz com todo o respeito que tenho por V. Exª, e até com muita simpatia. V. Exª sabe disto; e se eu entendi mal, Senador Eduardo Suplicy eu tive a minha visão obliterada. Mas eu quero lhe dizer isto, porque seria penoso ouvir de todos os ministros, de todos os secretários e do Presidente da República, se eles estão de acordo. Evidentemente, é uma prática que não iria consolidar, de maneira nenhuma, esse conceito que hoje é nacional. Nós repudiamos, veementemente, qualquer vantagem, à custa de cargo público, seja através de corrupção ou de benesse. Então, deixo claro isto para V. Exª, porque a minha indignação não foi quanto ao tipo da prática. Foi, exatamente, a colocação da pergunta que me parece, sinceramente, vai muito subjetivamente colocar o nosso depoente, que aqui veio atendendo a uma convocação específica para um tema, numa situação, que eu acho inteiramente desaconselhável, no momento em que nós temos tido, conforme disse o Senador Jonas Pinheiro, uma maneira de perguntar tão compatível com a nossa dignidade regimental. Era só isto que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Mansueto de Lavoura, e em seguida ao Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Eu quero que a sessão prosiga, estou inscrito para falar, e está havendo discussão paralela, que fere o nosso Regimento.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Srs. Senadores, eu estou aqui na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso que, neste momento, está reavaliando os incentivos fiscais para o Norte e Nordeste, conseguidos via Finam e Finor. Esta Comissão Mista é decorrência do art. 26 da Lei nº 8.167, que dispõe que a Comissão Mista do Congresso reavalie e proponha uma nova política de incentivos fiscais...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador Mansueto de Lavoura, se a questão for de ordem, V. Exª tem a palavra, mas se for de mérito, eu vou inscrever V. Exª.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — É questão de ordem, Sr. Presidente.

Eu quero dizer que, sabedor de que se trataria deste assunto aqui, um assunto polêmico, a concessão de um incentivo, eu vim aqui para coletar as informações necessárias para o nosso trabalho. Dr. Egberto Baptista será convocado nessa Comissão, para tratar dos esclarecimentos sobre os incentivos em geral e também sobre esta parte. E aqui — para a minha surpresa, o Dr. Meira já foi convocado e já depôs naquela Comissão — estou vendo que a discussão resvala para um ponto e, com todo o respeito ao Senador Eduardo Suplicy, por quem tenho admiração, é um vigilante e está no seu papel, mas, no momento, eu acho inteiramente descabida esta colocação, e eu faria um apelo para que ele retirasse esta pergunta, porque ela não fica bem. Estou aqui procurando informações sobre um assunto da maior importância, como é esta questão da FRIGOPESCA e da política de incentivos do FINAM, é papel essencial. E, infelizmente, devido a outros compromissos, me parece que estas informações eu não vou poder colher, se elas se desviam para a questão de brindes e de presentes, que poderiam ser tratados em outra ocasião. O

meu apelo, em nome dos colegas que integram a Comissão Mista, que reavalia os incentivos fiscais, é para que o Senador Eduardo Suplicy retire esta pergunta, porque ela, no momento, salvo melhor juízo, é inoportuna.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Antes de passar a palavra ao Senador Júlio Campos, dando prosseguimento ao debate, eu gostaria de esclarecer, como fez o Senador Elcio Álvares.

O primeiro contato pessoal entre mim e o Dr. Egberto Batista é este que estou mantendo agora, nesta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Nunca estive no gabinete de S. Sr., nunca trocamos contatos telefônicos. Portanto, estou agindo rigorosamente de acordo com o Regimento da Comissão. Quando há dúvidas quanto ao Regimento, o Presidente tem a delegação de decidir de acordo com a prática usual, nas Comissões ou no Congresso Nacional. Portanto, o Dr. Egberto Batista não tem a menor obrigação de responder à pergunta do nobre Senador Eduardo Suplicy. Fica ao critério de V. Sr. responder ou não a essa pergunta.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto é sério. Quero esclarecer que não tenho nenhum projeto de interesse na Sudam, nem tampouco minha família, meus amigos pessoais e meus correligionários. Já fui conselheiro da Sudam, por 4 anos — 1983 a 1987 —, quando Governador de Mato Grosso. Eu acompanhava permanentemente a atuação daquele órgão. Quando eu não podia comparecer pessoalmente às reuniões do Conselho, era substituído pelo então Secretário da Indústria e Comércio do meu Estado.

Como disseram o Secretário Egberto Batista e o Professor Alcyr Meira, Superintendente da Sudam, é de praxe que todos os Governadores, que são conselheiros permanentes daquele órgão, recebam, no Palácio, através do representante da Sudam em cada Estado, a pauta da reunião. No mínimo 10 dias antes, o Governador recebe um calhamaço com os projetos, os anteprojetos, cartas-consulta; o Governador, como Conselheiro, encaminha ao Secretário da Indústria e Comércio ou ao seu substituto legal, para que ele estude tecnicamente a viabilidade do projeto. Ele tem plena liberdade de, posteriormente, por telefone ou telex, solicitar a retirada do projeto, caso não esteja de acordo com ele. Já fiz isso algumas vezes, como Conselheiro, ou seja, já pedi a retirada de determinados projetos que exigiam um estudo mais acurado por parte da nossa representação política naquele órgão. Quero ressaltar que a Sudam sempre pautou assim, tenho acompanhado.

Quero nesta oportunidade, fazer em depoimento sobre o trabalho que o Dr. Egberto Batista vem realizando frente à Secretaria de Desenvolvimento Regional. Iniciou um trabalho difícil, uma vez que se tratava de um órgão recém-criado pelo Presidente Collor. Nós, Estados do Centro-Oeste, situados na Região Amazônica, só temos a dizer ao Dr. Egberto Batista o nosso muito obrigado pela maneira como tratou a questão do desenvolvimento da nossa região. Pela primeira vez, nos últimos anos, tivemos alguém que discutiu conosco técnica, política e administrativamente os nossos problemas, sem nem sequer levantar algum pedido de vantagem econômica ou política.

Confesso que fui várias vezes, com a Bancada de Mato Grosso — aqui está o Deputado José Augusto que pode testemunhar — à Secretaria de Desenvolvimento Regional para discutir tecnicamente projetos de interesse da nossa Região. Não fizemos mais do que nosso dever quando visitamos gabi-

netes de Secretários, levando projetos de interesse nosso Estado, da nossa Região. Não fizemos mais do que nosso dever quando visitamos gabinetes de Secretários, levando projetos de interesse da nossa Região. Tivemos muito contato de ordem administrativa com o Dr. Meira, que sempre colocou os interesses do País acima de qualquer interesse pessoal, político ou partidário. Não sei nem qual é a origem político-partidária do Dr. Meira, não sei se ele é filiado a algum partido político.

Portanto, quero, nesta oportunidade, ressaltar o fato de que a Sudam funciona em termos de incentivos fiscais. Muitos dos Parlamentares presente não sabem o que é incentivo fiscal ou desconhece a técnica da concessão dos incentivos fiscais para projetos de desenvolvimento da Região Nordeste ou Região Norte. Gostaria de dizer ao Dr. Egberto Batista e ao Dr. Alcyr Meira que o Estado de Mato Grosso os têm na mais alta consideração pelo trabalho que fizeram, com honestidade, lealdade e justiça, para com a nossa região.

Como Senador pelo Mato Grosso, não poderia deixar de mencionar injustiças de determinados órgãos da imprensa, que só sabem depredar a vida do homem público, sem, muitas vezes provar, a começar do que o próprio Jornal Folha de S. Paulo fez, há poucos dias, a um dos grandes ministros de Estado deste governo, que, infelizmente, parece não será mantido no cargo, que é o Dr. Antônio Cabreira, um grande revolucionário, em termos da agricultura brasileira. Tanto é verdade que a safra do Brasil, que era de 52 a 54 milhões de toneladas de grãos, passou, na corrente para 70 milhões.

S. Ex.^a foi acusado de alugar avião, de sua família para o governo. No dia seguinte, depois que enlameou a vida do Dr. Antônio Cabreira, veio de público desmentir o fato.

Então, recomendo a determinados parlamentares que, antes de fazer qualquer subjeção, qualquer pergunta, ou vir fazer denúncias baseados em fatos divulgados na imprensa, que raciocinem melhor, porque depois que se suja a vida do homem público, é difícil limpá-la.

Nesta oportunidade Dr. Egberto, quero dar um depoimento de que o Estado do Mato Grosso, o Centro-Oeste e posso até dizer, toda a Região amazônica é muito grata ao seu trabalho. Queremos que não só o Projeto Frigopescaria seja aprovado, como outros, seja no setor de pesca, indústria, comércio ou turismo, para beneficiar a nossa região tão carente, tão pobre que um cidadão, para morar em determinadas regiões do Mato Grosso, da Amazônia legal, teria que ser pago pelo Governo brasileiro.

Há poucos dias, visitei a região do nordeste mato-grossense, entre Mato Grosso, Pará e Tocantins, onde o nível de pobreza é tão grande que cheguei à conclusão de que nós, cidadãos de Porto Alegre à do Norte, de Vila Rica, da Confresa, Santa Terezinha, tínhamos que receber, Senador Elcio Álvares, incentivo fiscal para morar lá, diante da falta de água, luz, estrada, escola, posto de saúde, crianças morrendo: Maldita hora em que mandam cobrar IPVA, Imposto de Renda, ICM daquele cidadão que está lá, morrendo de fome. Por isso é necessário um órgão como a SUDAM, que tem feito uma política de desenvolvimento para tirar da pobreza miserável aqueles cidadãos que estão nos confins de Rondônia, do Acre, do Amazonas, de Roraima, do Amapá, do Pará e do nosso próprio Mato Grosso, que, embora seja o Estado mais agraciado com o projeto, também é um Estado sofrido, pobre. Graças ao trabalho da SUDAM e, agora, nos últimos anos, ao trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Regional, o Mato Grosso recebeu um pouco de benefícios

para o seu desenvolvimento e melhoria da condição de vida do brasileiro sofredor, que mora naquela região.

Portanto, Dr. Egberto, Dr. Meira, a nossa solidariedade, o nosso apoio e o nosso incentivo. Esperamos que homens como V. Ex.^a permaneçam à frente do Governo Federal, na área específica do Desenvolvimento Regional.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Dr. Egberto Baptista.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Agradeço ao Senador Júlio Campos por essas palavras, que muito me honraram.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Dr. Alcyr Meira.

O SR. ALCYR MEIRA — Senador, as palavras de V. Ex.^a são o eco das palavras dos empresários do Mato Grosso. Às vezes em que lá estive discutindo com os empresários a política de incentivos fiscais ainda eu ouço em meus ouvidos justamente esse reconhecimento, porque não fazemos mais do que a nossa obrigação, estamos simplesmente reconhecendo a capacidade do empresariado e do Governo do Mato Grosso, estamos apenas atendendo a essa demanda, que é o reconhecimento dessa capacidade.

Agradeço muito, de coração.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Antes de passar a palavra ao Senador Ronaldo Aragão, eu gostaria de informar aos Srs. Senadores e aos presentes que, na próxima quinta-feira, teremos na Comissão de Assuntos Econômicos, a apresentação do parecer do Senador Esperidião Amin, que tem, como Relatores Auxiliares os Senadores Elcio Álvares e Ronan Tito, a respeito da Ata do Acordo de Paris. Estará presente aqui, para oferecer esclarecimentos aos Srs. Senadores, o Presidente do Banco Central, o Dr. Francisco Gros, acompanhado de outros diretores que poderão, eventualmente, prestar alguns esclarecimentos. Portanto, quinta-feira, às dez horas.

Com a palavra o Senador Ronaldo Aragão.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Eu me permitiria sugerir que, na próxima quinta-feira, pudesse a Comissão de Assuntos Econômicos também convidar para eventuais esclarecimentos pessoa que já, comprovadamente, mostrou à Comissão e que é um dos melhores acompanhantes e estudantes da questão do endividamento externo; Prof. Paulo Nogueira Batista Júnior, pois se for possível a sua presença, ele poderia eventualmente, contribuir para esclarecimentos e indagações dos Srs. Senadores.

É a única adição que faço à presença bem-vinda do Presidente do Banco Central, Francisco Gros, para o esclarecimento e votação bastante consciente, por parte dos Srs. Senadores, nesta próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Tenho recebido várias sugestões de outros Senadores a respeito de outras pessoas, como Mário Henrique Simonsen, Dr. Bresser, ex-Ministro da Fazenda, Dr. Maílson da Nóbrega e tenho sugerido a todos os Srs. Senadores que procurem diretamente os Srs. Relatores do projeto, para que possam conversar, subsidiá-los, porque a discussão, agora, vai ser técnica, e não mais acadé-

mica. Acredito que, dessa forma, seriam muito mais objetivos os esclarecimentos dessas ilustres autoridades aos Relatores que aqui apresentariam as sugestões ou o pensamento dessas pessoas.

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Sr. Presidente Raimundo Lira, Sr. Secretário do Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista, Sr. Alcyr Meira, Superintendente da Sudam, reporto-me à intenção da criação da Sudene e da Sudam eu era um jovem estudante, no Nordeste, ainda no interior, numa cidade bem distante da Capital, de Recife, quando meu pai dizia que Juscelino ia criar um órgão que ia salvar o Nordeste, que era a Sudene. Criou-se a SUDENE, órgão que, na realidade, prestou e continua prestando grandes serviços ao Nordeste.

Sou testemunha ocular disso, porque vivi numa região de transição no Nordeste, entre a mata e o sertão, o Cariri, onde não havia nada. A minha cidade, por exemplo, um grande centro industrial, Santa Cruz do Capibaribe, deve seu desenvolvimento aos incentivos da Sudene. Portanto, já que existem distorções vamos corrigi-las. Nada é, nem nasce perfeito.

Com essa introdução, reporto-me também à Sudam. Se não existisse esse órgão na Região Amazônica, também ela não existiria e nós que a representamos, sabemos, muito bem disso. Com muita propriedade, o Senador Júlio Campos disse que, em determinadas regiões da Amazônia, é preciso pagar para viver. Por isso é preciso que o Governo crie um incentivo pagando para que o cidadão possa sobreviver naquela região. Só quem a conhece, só quem está lá no dia a dia, só quem convive com a realidade da Região Amazônica é que sabe. Conta-se muito em prosa e em verso, em gabinetes, a Região Amazônica, mas quando se diz que há malária, leishmaniose a febre amarela, a tendência é fugir de tudo.

Eu, como médico, convivi com a situação da região Amazônica, diariamente, e posso dar o meu testemunho de que a SUDAM veio minorar os problemas daquela região. Quando cheguei na Amazônia, Sr. Presidente, ninguém queria ir para lá, porque não existia nada: nem estrada, nem telefone, nem saneamento básico, como hoje ainda não existe, mas, através de projetos da Sudam, se começou a desenvolver a região Amazônica. Disse muito bem o meu amigo Alcyr Meira, que o que se precisa é de mais projetos e de empresários ousados para desenvolver a região Amazônica do meu Estado. Eu vejo aqui que deveria haver muitos projetos para o desenvolvimento daquela área, mas não tem e não é culpa da Sudam, é sim do empresário, que não leva os projetos para aquela Superintendência e dou testemunho também do apreço que tem o Secretário de Desenvolvimento Regional, eu, sendo homem de oposição ao governo que ele defende. Sempre fiz críticas ao Governo na sua política econômica, mas não posso escurecer o que se está fazendo, através dos projetos, na Amazônia. Disse muito bem aqui o Senador Mansueto de Lavor, quando está procurando subsídios para modificação dos incentivos fiscais, se existem erros, como eu disse no início, têm que ser consertados, mas não podem ser eliminados a Sudam e Sudene porque senão desaparecerá o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste.

Sr. Presidente, Sr. Secretário do Desenvolvimento Regional e Sr. Superintendente da Sudam, quanto às distorções que foram objeto de perguntas de outros senadores, motivo da convocação a respeito do Projeto Frigopescas, é preciso

que existam outros projetos para se desenvolver essa atividade na Amazônia, visando beneficiar o ribeirinho, o homem que não tem salário, o homem que está morrendo de fome. É muito bom viver no Rio de Janeiro, na Cinelândia, é muito bom viver em São Paulo, mas ninguém quer morar onde não tem energia, onde não tem saneamento básico, onde se está jogado às intempéries, às epidemias, como é a Amazônia.

Vejo aqui que alguém diz que há PhDs em incentivos fiscais, mas eu queria que esse cidadão fosse viver lá o dia-a-dia, como vivo e vivi em época muito pior do que hoje. As regiões do Brasil foram desenvolvidas através de incentivos fiscais do Governo Federal, por que só agora eles são perniciosos para o Nordeste, para a Sudam e para a região Norte, quando o Centro-Sul, o Sul, o Sudeste foram desenvolvidos com incentivos dados pelo Governo Federal? Juscelino, quando criou Brasília, incentivou São Paulo, ou não foi? Ou não se estabeleceram as indústrias de base em São Paulo através de um programa do governo de Juscelino? Mas nunca vi ninguém gritar. O programa de governo de Juscelino desenvolveu a indústria automobilística de São Paulo, de onde, hoje, vem o maior PIB nacional. E por que o Nordeste e o Norte não têm o mesmo direito ao seu desenvolvimento? É preciso que empresários ousados façam projetos para desenvolver a Amazônia para desenvolver o Nordeste. Que se modifiquem as distorções que por ventura ocorram nos incentivos fiscais, isso sim é preciso ser feito.

Quero aqui, Sr. Presidente, para terminar, dar o meu testemunho como já o fiz no plenário do Congresso e quero repetir nesta Comissão que sou oposição ao Governo, não oposição chapa branca, mas não posso escurecer o que se está fazendo para desenvolver a região Amazônica, aquela que defendo. Portanto, fica aqui não a minha pergunta, mas o meu testemunho, como homem de oposição, como vice-Líder do PMDB e uma oposição criteriosa, ferrenha à política econômica do Governo Fernando Collor. Esse é o meu depoimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO — Sr. Presidente, Sr. Secretário do Desenvolvimento Regional, Sr. Superintendente da Sudam, dois requerimentos objetivaram o convite que foi formulado e são responsáveis pelas presenças de V. S^a aqui, um, de autoria do Senador Lavoisier Maia no qual pede que sejam V. S^s convidada a prestarem esclarecimentos sobre o Programa de Ciência e Tecnologia para o Nordeste, objeto do convite. O outro requerimento, de autoria do Senador Mário Covas, requer sejam V. S^s convidados é aí o Secretário Egberto Batista e o Superintendente, Dr. Alcir Meira, a prestar depoimentos sobre a concessão, pela Sudam, de subsídios à empresa Frigopesca.

Serei muito breve e vou entender, pessoalmente, que o convite foi muito mais para prestar esclarecimentos sobre a questão da Sudene, sobre o desenvolvimento tecnológico e etc., porque no que se refere à Frigopesca me parece consequência de uma notícia apressada, superficial e ligeira, divulgada pelo Jornal O Estado de S. Paulo. Tão superficial, tão inconsequente que bastou uma car?? assessor de comunicação social da própria SDR para que o assunto se esvaziasse. Eu até estranhei que o Senador Mário Covas formulasse o convite, que pedisse esse requerimento, porque me pareceu também que S. Ex^a deveria ter esperado um pouco mais para constatar se havia substância naquela denúncia e ficou comprovado que

não. E falo porque conheço. Aliás, quero fazer um registro, como fizeram o Senador Elcio Álvares e o Presidente Raimundo Lira. Essa é a terceira vez que vejo o Secretário Egberto Batista. A primeira foi em Manaus, fortuitamente, no hotel onde estávamos, eu tinha ido participar de uma reunião, objetivando um encontro na Suframa por questões ligadas à criação da área de livre comércio do Amapá e ele que vinha da reunião do Acre. Foi um encontro ocasional. A segunda vez foi na reunião da Sudam, do CONDEL, o Conselho de Desenvolvimento da Amazônia Legal que foi feita, honrando o Amapá, no dia 27 de março e lá compareci, como parlamentar, defendendo os interesses da nossa região, do nosso estado, e a terceira vez é esta. Portanto, não estou aqui em defesa incondicional de quem quer que seja, nem do Secretário, nem do Dr. Alcir Meira, que vejo pela terceira vez, sendo a primeira lá na reunião do Amapá, do Condel, na comissão de assuntos que estuda os incentivos e que é presidida pelo Senador Mansueto de Lavor, à qual, com muita honra, participo, sou presença constante e participante ativo. Causa-me espécie quando pego uma revista como a Veja e leio algumas informações, também superficiais, distorcidas, dizendo que o Secretário Egberto Batista deixa uma herança inexpressiva, já se considerando até como tendo ele deixado a própria SDR. Mas quem diz isso não se preocupou em ler, em colher informações, não participou das reuniões presididas pelo Senador Mansueto de Lavor, onde tivemos oportunidade de ouvir ex-superintendente da Sudam, e da Sudene onde vimos atuais superintendentes da Sudene, Elionaldo Magalhães, e da Sudene e o Dr. Alcyr Meira, nos darem uma visão moderna das transformações que foram introduzidas a partir da administração do Secretário Egberto Batista. Os autores daquela matéria não sabem a respeito dos "anos de desenvolvimento regional integrado", nunca ouviram falar nisso; não sabem o que são as ZPE, 14 ZPE, zonas de processamento de exportação, elementos vitais, instrumentos valiosos para acelerar o desenvolvimento do Norte e do Nordeste. Eles não têm conhecimento disso, consideram que essas decisões são tomadas da noite para o dia. Isso é objeto de muito trabalho, de muitas reuniões, de visões e choques de idéias de técnicos e mais técnicos. Senhores, não é fácil servir à causa pública. Hoje, parte apressada da imprensa denuncia qualquer um à mais simples evidência, não medindo consequências e, depois, não se consegue retirar o que foi dito. E aqui, recorro-me das palavras do Senador José Paulo Bisol, quando diz, citando alguém, que a verossimilhança parece muito mais com a verdade do que a própria verdade. E o Senador que tive o prazer de ouvir também, como Amazonino Mendes, vítima também de apressadas acusações, diz: "A calúnia é como o carvão, porque quem toca fica maculado, fica manchado". Não há como tirar a nódoa, não há como tirar a mancha moral que fica gravada na pessoa, objeto de uma calúnia veiculada através dos meios de comunicação de massa.

Mas, Senhores, não considero objeto do convite as denúncias sobre a Frigopesca, porque conheço o processo, que já foi amplamente esclarecido aqui pelo Dr. Alcir Meira. E quanto às questões do desenvolvimento tecnológico da Sudam, objeto de requerimento do Senador Mansueto de Lavor, também estou satisfeito, porque ouvi os depoimentos de ex e atuais superintendentes e fiz questão de perguntar se houve melhoria dos critérios de distribuição do incentivo, se houve melhoria nos controles, na fiscalização, no acompanhamento das empresas incentivadas e ouvi de todos, num crescente,

que houve uma verdadeira modernização no que tange à Sudam, à Sudene e à Secretaria Regional, criada para essa finalidade. De modo que estou satisfeito.

Voltando simplesmente à questão do Amapá, há projetos lá, são muito poucos, porque não temos indústrias, nem energia elétrica, como podemos ter indústria sem energia elétrica? Não temos matéria prima, nem em volume, nem em diversidade para processar, não temos terras agricultáveis, como disse, senão manchas muito distanciadas do centro consumidor. Então, naturalmente, não posso me queixar pela inexistência, pela ausência ou pela pouca presença de projetos de desenvolvimento da Sudam no Amapá.

Eram essas as considerações que eu queria fazer, deixando aqui o reconhecimento do Amapá, em último momento, para agradecer, aí sim, à ação da Secretaria de Desenvolvimento Regional, que encaminhou ao Presidente da República, na tarde de ontem, o projeto de regulamentação da área de livre comércio de Macapá e Santana e que será a redenção do Amapá. Isso foi feito sob os auspícios, sob a ótica da SDR, compatibilizando-se com a Receita Federal e com o governo do estado e saiu exatamente atendendo a todos os interesses do Amapá. Por isso, aqui fica registrado ao Secretário de Desenvolvimento Regional a gratidão do povo amapaense, através de minhas palavras e a dos seus representantes.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Antes de passar a palavra ao Senador César Dias, concedo a palavra ao Dr. Egberto Batista.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Queria agradecer muitíssimo ao Senador Jonas Pinheiro, fico muito grato pelas suas palavras e o nosso empenho sempre será em favor das regiões menos desenvolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS — Sr. Presidente, Sr. Secretário, Elcio Alves, Sr. Secretário do Desenvolvimento regional, Dr. Egberto Batista, Sr. Alcir Meira, Srs. Senadores, Srs. Deputados, gostaria de me dirigir, primeiramente, ao Dr. Egberto Batista, dizendo que nós, que somos políticos e administramos, às vezes, temos uma companheira muito incômoda que é a crítica e é um infortúnio respondê-las, porque são simplórias e revelam até sectarismo político, incompreensão e até quem sabe uma política estéril, porque nós somos oposição ao governo, nosso partido é o PMDB, fazemos uma oposição antagônica apenas e não agônica; fazemos uma oposição que deixa o próprio governo em estado de governabilidade e nós, aqui, queremos dizer ao Dr. Egberto Batista e à equipe, que realmente é importante a Secretaria do Desenvolvimento Regional e ela tem feito muito pelas regiões Norte e Nordeste. Tenho algumas perguntas a fazer. Como está a regulamentação da Zona de livre comércio tanto do Amapá, quanto de Roraima e Rondônia? Sobre a disponibilidade de recursos para a implantação dessas zonas de livre comércio, nós, como membros da Comissão de Orçamento da União, destinamos verbas à Sudam para serem repassadas à Suframa para a implantação da zona de livre comércio em Pacaraima e na região do Bonfim, em Roraima.

Diretamente ao Dr. Alcir, gostaria de perguntar se a Sudam já fez algum plano de desenvolvimento global para a Amazônia, V. S^a falou em macrocenário da Amazônia. Gos-

taria, se fosse possível, que V. S^a repassasse para o meu gabinete esse estudo. Essas são as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Tem a palavra o Dr. Alcir Meira.

O SR. ALCYR MEIRA — Nós estamos na fase final de elaboração do nosso Plano de Desenvolvimento da Amazônia, o PDA. É um plano de desenvolvimento integrado, e que se baseou justamente nesse macrocenário, porque foi ele que nos deu o levantamento das necessidades regionais e também das aspirações da comunidade amazônica. Dos macrocenários foram extraídos quatro políticas básicas, uma política ambiental, uma espacial, uma sócio antropológica e uma institucional. Baseados nessas políticas, tivemos sete programas básicos, e deles advém, então, os projetos.

Nós estamos na fase final de elaboração do PDA, em que foi feito um trabalho participativo, integrado, não só de todas as equipes dos órgãos federais, como também dos estaduais e municipais. Estamos agora na fase final de consulta aos Srs. Governadores dos Estados e às comunidades para fechar o trabalho. Nós temos um cronograma a ser cumprido até o fim de maio, quando deverá ser concluído esse trabalho. Pretendemos no final, na conclusão do trabalho, fazer um amplo debate junto aos Srs. Congressistas para absorvermos também dos Srs. Senadores e Deputados aquilo que seria interessante incorporar ao nosso trabalho, porque a nossa intenção é, nesse planejamento integrado, fazer com que essa ação participativa se faça de fato e que todos se considerem partícipes, co-participantes do trabalho e com isso possamos, realmente, fazer um trabalho que seja irreversível.

Terei muito prazer em passar às suas mãos, brevemente, o nosso PDA, em fase de elaboração final, como também os macrocenários.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Tem a palavra o Sr. Egberto Batista.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Antes de mais nada, muito obrigado pelas palavras Senador César Dias. Quero dizer que, consultado o Dr. Noronha aqui e agora, a questão de Pacaraima e Bonfim está sendo implantada através do levantamento da Suframa com a Receita Federal, ela está sendo reanalisada. Está aguardando a definição, no momento, do Estado e município da futura expansão da própria área. Em seguida, ela teria o seu regulamento endereçado ao Presidente, como foi feito no caso de Macapá, que já estava com a área delimitada. Mas todos os cadastramentos estão sendo feitos e o trabalho está sendo feito pela Suframa, e a Receita Federal. Espero, e vou pedir o empenho das pessoas que estão envolvidas, para que o mais rápido possível isso esteja encerrado.

Quanto aos recursos para as próprias áreas de livre comércio, não existe nada coligado com isso, porque elas não dependem de recursos para o seu funcionamento, apenas do seu cadastramento, e receberão, em seguida, então, autorização dos empresários para importação das matérias que serão comercializadas nas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Dutra.

O SR. JOSÉ DUTRA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu caro Dr. Egberto Batista, quero iniciar a minha fala dizendo que continuo a tê-lo como um homem decente, sério, e que tem uma enorme vontade de servir à Região Amazônica,

que com a sua capacidade e com a sua vivência em Manaus, procura, de todas as formas, ajudar no processo de desenvolvimento daquela distante região do nosso País.

Vim hoje a esta reunião, Sr. Presidente, porque interessa a mim tudo aquilo que diz respeito à minha região, ao meu Estado, e vi pela imprensa afirmações apressadas, como disse o Senador Jonas Pinheiro, a respeito da aprovação de um projeto na Sudam. E como conheço a Sudam de ontem e de hoje, me preocupei em vir aqui para trazer o meu depoimento a respeito desse órgão.

Ontem, a Sudam realmente pautava por uma absoluta falta até de patriotismo, porque nós verificávamos que não só faltava uma fiscalização mais intensa no desenvolvimento dos projetos aprovados pelo Condeu, como faltava também seriedade na aprovação desses projetos. E falo isso com conhecimento de causa, porque fui conselheiro da Sudam durante algum tempo. Estudei essas pautas enormes, que chegam com a devida antecedência aos conselheiros, e nisso quero exatamente confirmar tudo aquilo que o Dr. Egberto Bartista proclamou a respeito do Governador do Maranhão. Ele recebeu, sim, com certeza, a pauta, deve tê-la estudado e não deve ter tido, vamos dizer assim, o cuidado de fazer a intervenção necessária ou tempestivamente para poder discutir esse projeto numa outra reunião.

Mas quero dizer também que não me interessa, Sr. Presidente, saber quais são os sócios da Frigopesca. O que me interessa é a finalidade do projeto, que está absolutamente delineada naquilo que tive a oportunidade de ver na tramitação desse projeto. Ele se destina, basicamente, à utilização do sistema pesqueiro através de navios — fábrica a serem usados por empresas brasileiras, incorporando em seu custo processamento a bordo, sistema de pescado à base de alta tecnologia e importados, câmara frigorífica a menos de 55 graus centígrados, sistema de pesca *longline* com linhas de até 100 quilômetros, equipamentos com guinchos, lançadores de anzóis, iscas automatizadas de alta precisão e tecnologia, sistema de bóia rad, além de equipamentos de navegação de última geração, tais como navegadores por satélites, somares, radares, etc., utilizados na localização precisa dos cardumes, motores principal e auxiliar importados e de grande potência.

Então, quando me deparo com um projeto dessa natureza, que vai ser implementado na minha região, e por que lutei durante toda a minha vida pública — e lá se vão 22 anos nessa vida —, tenho que apoiá-lo, porque ele vem exatamente trazer desenvolvimento para a Amazônia.

E no momento em que faço uma proclamação desse porte, gostaria de me situar... SUDAM de hoje, presidida pelo Dr. Alcyr Meira, homem de maior respeito à cidade da Amazônia, descendente de uma família tradicional da área, que sempre honrou as tradições de luta da região Amazônica, e que hoje comanda esse importante mecanismo de desenvolvimento. E o vem fazendo com muita seriedade, com muita competência, com muito sentimento de amor pela Região Amazônica. E quando falo assim, Dr. Alcyr Meira, não quero engrossar possíveis listas de bajuladores, não. Quero ser justo com V. Ex^a, porque venho acompanhando o trabalho que V. S^r vem fazendo a nível de elaboração do plano de desenvolvimento da Amazônia. É um documento da maior seriedade para todos nós, e só a partir desse documento, da sua oficialização e da sua legalização é que nós vamos começar a observar um horizonte novo para a nossa região, porque nós vamos traba-

lhar em cima das prioridades e das vocações mais latentes do povo e da realidade amazônica.

Quero lhe cumprimentar também porque esse projeto da Frigopesca se insere dentro de uma prioridade. Mesmo sem o PDA estar aprovado, ele se insere dentro de uma prioridade decorrente daquilo que a SUDAM entende ouvindo o empresário, ouvindo o trabalhador, ouvindo as forças mais expressivas da região amazônica, entendendo que a agroindústria é prioridade, que a bioindústria também é prioridade, que a indústria madeireira é uma prioridade absoluta, que a pesca é absolutamente prioritária para nós, por causa da grande quantidade de rios, lagos pesqueiros e mesmo oceânicos que temos lá, e também o turismo.

Então, não vejo onde está a falha, o erro. Qual foi o pecado que cometeu a SUDAM ao aprovar esse projeto? Onde está a irregularidade, se nós constatamos, por exemplo, que até hoje não foi desembolsado um centavo, porque lá — e eu conheço muito bem isso — não se desembolsa um centavo dos recursos, dos incentivos fiscais sem que tenha havido, preliminarmente, a integralização do capital com os recursos próprios que serão implantados naquele projeto.

Se nós presenciamos isso... e uma questão que não foi abordada aqui, mas que foi abordada na denúncia, é de que a SUDAM aprovou um projeto de 113 bilhões para uma empresa que tem um capital de 1 milhão e duzentos mil. Queria trazer três depoimentos de firmas absolutamente conhecidas, da Região Amazônica, que começaram da mesma maneira. Exemplo: Sadia, Mato Grosso S.A. O capital da Sadia, no início, quando foi aprovado em 1984 pelo CONDEL, representava 0,5% do investimento total. Então, depois com a integralização do capital da Sadia, em razão do investimento com os seus recursos próprios, ela hoje é uma potência na Amazônia. Outro exemplo: Sadia Agrovila, A mesma coisa: ela representava 0,02% do financiamento total, do incentivo total. E, por fim, a Perdigão da Amazônia, que da mesma maneira representava 0,02% desse investimento total.

Então, com estas informações, vejo que a aprovação desse projeto foi absolutamente legal, não há nada a censurar e se houvesse eu seria o primeiro a usar a tribuna da Câmara para denunciar, seria o primeiro a contestar esse ato praticado pela SUDAM. Mas como vejo que está tudo absolutamente de acordo com as regras que presidem a ação do CONDEL, regras essas que se embasam na Lei n^o 8.167, então nós, da Amazônia, só temos que incentivar para que a SUDAM aprove outros projetos desse porte, pois é disso que estamos precisando para que não aconteça aquilo que o nobre Senador Júlio Campos assistiu em Tocantins. Vou um pouco mais além do Senador Júlio: acho que não devia só ser pago para morar, devia ser pago para tomar conta das nossas riquezas amazônicas. A União deveria pagar por isso, para que amanhã ela possa usar essas riquezas sob pena de alguém vir e levar essas riquezas embora.

Portanto, Sr. Presidente, agradecendo a gentileza por V. Ex^a ter-me concedido a palavra, eu gostaria de reiterar, no final da minha fala, o meu profundo reconhecimento ao trabalho do Dr. Egberto Batista frente à Secretaria do Desenvolvimento Regional, certo de que mesmo que ele saia agora, já deixou lá uma marca muito profunda, muito grande do seu trabalho, do seu talento e do seu carinho para com o nosso povo.

Ao Dr. Meira o meu estímulo para que continue sério, competente, dedicado e aprovando projetos em benefício da Amazônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Dr. Egberto Batista e, em seguida, ao Dr. Alcyr Meira.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Gostaria de agradecer ao nobre Deputado José Dutra pelas suas palavras. Muito obrigado!

O SR. ALCYR MEIRA — Agradeço ao Deputado José Dutra, principalmente porque é um parlamentar sério, e esse depoimento reveste justamente a seriedade com que a gente vem tratando a SUDAM e, também, pelo fato de destacar, neste momento, o amor e a dedicação que tenho pelo meu trabalho.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello e, em seguida, ao nobre Senador Amazonino Mendes para que encerremos este debate na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. AUREO MELLO — Sr. Presidente, não poderia deixar de trazer a minha palavra, neste momento, em que se traz a debate a linha de conduta da SUDAM, que é o organismo que hoje em dia executa e aplica aqueles ideais de Leopoldo Peres, quando inseriu na Constituição Federal uma destinação financeira à nossa Região, à Amazônia, para que ela fosse despertada e, em forma de ajuda de todos os outros Estados da Federação, incorporada verdadeiramente aos destinos desse País.

O Ministério do Interior e hoje a SUDAM, que substitui a SPVEA, são órgãos que estão se integrando e cada vez mais se aprofundando na realização amazônica.

O Dr. Egberto Batista Pereira foi até acusado de ter sido destituído das suas funções por excesso de amor à Amazônia, e o meu velho amigo, Dr. Alcyr Meira, pintor emérito e apaixonado pela sua região, é outro que dá oportunidade a que se pense: uns choram porque têm fome e outros porque lhes dão de comer.

A grande acusação que se tem feito atualmente à Sudam é que ela estaria resolvendo, de maneira excessivamente veloz, as proposições que lhe são apresentadas para a implantação de projetos na Amazônia. Está resolvendo de maneira veloz porque ela teve, a partir da data em que o seu novo presidente estruturou as novas formas de aplicação, de planejamento e a execução dos mesmos naquela área, de maneira veloz, de maneira correta e de maneira certa. Era triste, antigamente, quando ficavam, aqueles que desejavam desfrutar dos auxílios governamentais federais, na longa espera de que a burocracia finalmente desistisse da sua sonolência e desse oportunidade a que eles entrassem no páreo e se perfilassem ao lado daqueles que estavam realizando alguma coisa pela Amazônia.

O que o Condel faz atualmente, baseado na Lei nº 8.167, e nos decretos subsequentes, e o que existe de apressamento para que entidades, como a Frigopesca possam, finalmente, atuar positivamente na Amazônia não tem nada de condenável.

Portanto, recebam os nossos parabéns, as nossas felicitações; de nós que somos da Amazônia e estamos acostumados a ver o caboclo sofrido em casas de palha perdidas na distância, longe das cidades, sem qualquer ajuda material dos seus patrões

das metrópoles, sobreviverem assim mesmo como se fossem destinados pelo céu a uma missão que poderia ser quase evangélica naquelas áreas.

O Deputado José Cardoso Dutra já especificou numericamente e de maneira precisa aquilo que se teria a dizer mais a respeito da Sudam e da secretaria presidida pelo Dr. Egberto.

De maneira que o meu pronunciamento aqui é mais um depoimento de um caboclo amazônida para que continuem incentivando a nossa região e beneficiando os filhos da gleba verde.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Dr. Egberto Batista e, em seguida, ao Dr. Alcyr Meira.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Agradeço ao nobre Senador Aureo pelas suas palavras.

Muito obrigado!

O SR. ALCYR MEIRA — Senador Aureo Mello, muito obrigado pelo seu depoimento que é importante porque V. Ex.^a é um homem que conhece realmente a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Encerrando o debate, concedo a palavra ao nobre Senador Amazonino Mendes.

O SR. AMAZONINO MENDES — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, Sr. Egberto Batista e Sr. Alcyr Meira:

Infelizmente, tive de me ausentar, mas não poderia em hipótese alguma me furtar deste debate, deste encontro porque diz respeito exatamente às questões da nossa Amazônia. A par da questão sempre presente na consciência dos brasileiros sérios, que é a questão do Nordeste.

Em primeiro plano, eu gostaria de colocar o seguinte: esses encontros são importantes, são salutares, são necessários.

A Corte americana, em decisão lapidar, norteou para o mundo livre, para o mundo ocidental, o papel da imprensa. A imprensa tem que ser realmente livre. Se não existir a imprensa, não existe o zelo e o cuidado do governante. Porque ele não tem o dom da ubiqüidade e nem pode conhecer os problemas gerais de sua jurisdição que lhe escapam, naturalmente pela sua condição humana.

É bem verdade que os Estados Unidos têm uma tradição de justiça pronta, rápida e imediata. E a imprensa americana é consciente disso.

Mas isto é um aspecto. Não se pode invalidar a razão filosófica da absoluta liberdade de imprensa.

Ceguei aqui e vi parte dos debates e confesso aos Senhores que fiquei estarelecido com uma indagação que foi feita ao Secretário. Não assisti à indagação, apenas vi o Senador Jonas Pinheiro protestar e, por igual, o Senador Elcio Álvares, porque, na verdade, isso nos conduz a uma posição muito incômoda de subdesenvolvimento.

Ora, não podemos estragar a função importantíssima de um encontro deste, numa comissão do Senado Federal. E temos que perquirir aqui, indagar, ir a fundo para não deixar dúvidas à sociedade brasileira se de fato houve ou não malversação, dos recursos públicos; se houve atitudes desonestas com relação aos bens públicos, ou se por outra: a condução da coisa pública está sendo feita de forma criteriosa.

Parece-me, na autoridade que falo aqui, encerrando este encontro, não há a menor necessidade de tecer loas aos inquiridos.

Já chegaram aqui absolvidos, absolutamente absolvidos. Seja em função dos trabalhos que desempenham, que demonstram, seja em razão da dúvida já dirimida por uma carta, como muito bem colocou, com propriedade magistral, o Senador Jonas Pinheiro.

Então, não vem ao caso. Deixo de entrar neste mérito. Acho uma perda de tempo.

Mas gostaria de aduzir o seguinte: nem a proposta desse projeto chamado Frigopesca, eu, quando Governador do meu Estado, entendi de logo, de pronto, que tínhamos um problema crucial e que, se não fosse resolvido, toda a população de Manaus, em breve, como a própria ecologia, poderia sofrer danos irreparáveis: Trata-se exatamente da captura e processamento do pescado no Estado do Amazonas.

O peixe está rareando, a técnica de captura é elementar, antiga; há um estrago criminoso com o peixe capturado; os pequenos barcos, sem auxílio técnico, sem orientação técnica, lotam os seus porões com peixes, que eles entendem ser de terceira; porém, mais à frente, eles encontram um cardume e peixes mais valiosos e jogam fora; pescam na época imprópria, na época da desova, enfim, peixes conhecidos como, por exemplo, o tambaqui, que hoje é uma raridade, e que o médio e o rico, para comprarem, pensam duas vezes, o pobre não pode nem mais sonhar.

Desenvolvi um projeto, com muita seriedade, encaminhei ao BNDES. Esse projeto ainda está nas prateleiras do BNDES.

Vejo com muita alegria, com muito entusiasmo, a Sudam aprovando um projeto desse, para um país que não tem tecnologia de pesca, para um país cujos tratados internacionais estão ameaçados, porque não está cumprindo com sua parte na captura e processamento do pescado, numa região rica, como a costa do Maranhão, e, pelo que ouvi, seria essa a área de ação.

Ora, se eu fosse o Superintendente da Sudam ou o Presidente do Conselho, e alguém surgisse com um projeto deste, eu mandava chamar ao meu gabinete, conversava, fazia todo o possível para que, em nenhum momento, ele titubeasse e levasse à frente.

De tal sorte que, quanto ao mérito do projeto, tenho a impressão que ele merece todos os encômios, e se porventura houve algum entusiasmo do Secretário de Desenvolvimento Regional, ao presidir o Conselho, uma oportunidade de se julgar em processos, palmas para a coragem dele, da sua atitude pública, porque quem quer fazer algo às escondidas, o faz às escondidas.

Obviamente que se tivesse algum interesse escuso nesse processo, por trás das bombas, manobrar, como de resto ocorreria.

Acho que esta reflexão alguém tem que fazer necessariamente.

Segundo, eu gostaria de dar um testemunho público: Todos aqui, neste Senado, são conhecedores de como agi quando a Zona Franca de Manaus esteve em perigo. O próprio Presidente, que nos honra, o nosso prezado Senador Raimundo Lira, é testemunha de nossa sentinela indormida. Tivemos mais de cinquenta discussões. Vivíamos em sobressaltos, tentando salvar um pouco de esperança para aquela região distante, extremamente ameaçada.

Ali nasceu o meu respeito ao Secretário Egberto Batista. E muita gente se equivoca achando que existe relação de amizade. O que existe é uma relação séria e digna, com relação ao problema de uma região.

Nunca me senti com o Secretário Egberto Batista a não ser para discutir problemas graves de nossa região, que são muitos. Por exemplo: agora mesmo vamos discutir a reforma tributária, e ninguém, literalmente no País, está preocupado com o que pode acontecer com a Zona Franca de Manaus. Porque é fatal, a base da Zona Franca de Manaus é o IPI — sou forçado a reconhecer — é um imposto espúrio, porque é um imposto que grava a produção. Se ele está produzindo tem que pagar imposto — isso é uma anomalia do processo brasileiro!

E essa perspectiva de recuperação da Nação há de esmagar esse imposto. Mas, por via de consequência, pode esmagar também a Zona Franca de Manaus.

A minha preocupação, neste momento, é se ainda temos um interlocutor capaz de arrostar com competência, com seriedade, como vi várias vezes o Secretário Egberto Batista lutar pela Zona Franca de Manaus de forma absolutamente criteriosa, séria e de coragem.

Um exemplo concreto: há seis meses — a Nação tem que saber — a Zona Franca de Manaus não recebia um centavo de taxa de importação, ela estava parada, estava à míngua, porque àquela altura, a Ministra da Economia entendia de não liberar.

O Secretário Egberto Batista, numa exegese jurídica e muita coragem, produziu uma portaria altamente moralizadora, que acabava com as cotas, com o regime de distribuição de cotas, dando a todos aqueles que tivessem seus projetos aprovados pelo Conselho automaticamente acesso à cota para importar; ele fez isso e colocou em risco o seu cargo, dando uma demonstração de que não tem amor ao cargo, como a imprensa anuncia.

Eu não podia ficar calado, numa hora dessa. Até porque disse uma frase, não fui o autor, reproduzi uma frase, que hoje está correndo neste País, uma frase de um ilustre amazonense, ex-Ministro e ex-Constituinte de 1946, o ilustre amazonense Waldemar Pedrosa, que dizia que "a calúnia é como o carvão: por onde passa tísna."

Isto é verdade! Estamos sujeitos a tudo isso. Estamos míopes. Às vezes nos deixamos nos arrastar pela chamada verossimilhança? sem nos darmos à pachorra a obrigação de mergulharmos e adentrarmos no problema e separarmos o joio do trigo e dizermos o que é certo e o que é errado.

Não quero mais me alongar, nem gostaria de fazer esse discurso, mas quero dizer que não poderiam ser mais infelizes em escolher esse projeto para admoestar o Sr. Superintendente da Sudene. Se há um projeto que honra sobretudo a Sudam, é este. Não me importa quem seja o titular ou coisa que o valha, mas uma coisa eu sei e todos nós sabemos: quem aprova um projeto, não leva dinheiro. Primeiro, tem que colocar a parte dele correspondente. A fiscalização vai lá constata, verifica, colocou, pôs o dinheiro, etc., e vai se liberando, parcilmente, até se complementar. Coisas assim, por exemplo: o capital desse tamanho.

Se formos dar uma olhada na crônica da Sudam e talvez da Sudene, 90% ou mais das empresas que aprovam os seus projetos são empresas novas, são empresários que se reúnem para fazer um determinado projeto, programa, levando em conta o incentivo fiscal. Ele não sabe se vai ser aprovado ou não o seu projeto. E talvez constitua a sociedade, coloca um capital pequeno e submete-se à análise. Aprovado, ele é obrigado a cumprir todas aquelas exigências, e aumenta o capital. Isso é uma coisa natural corriqueira, que não deve deixar nenhuma dúvida a respeito.

Enfim, eu gostaria de cumprimentar o Presidente, Senador Raimundo Lira, que sempre tem através da sua Comissão permitido ao Senado Federal fazer esclarecimentos à nossa sociedade. Quero também cumprimentar os Srs. Senadores que vieram a esta reunião, que preocupados com essa questão básica da vida nacional, trouxeram a sua colaboração e, sobretudo, saio daqui felicitado, porque é mais um problema em meio a esse cipoal de dúvidas que se instalou no País, misturando gregos e goianos.

Era só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Dr. Egberto Batista, em seguida, ao Dr. Alcir Meira para as considerações finais.

O SR. EGBERTO BAPTISTA — Agradeço profundamente ao Senador Amzonino Mendes pelas palavras, ao Srs. Presidente Raimundo Lira e Senador Elcio Alvares, os quais, realmente, tive imenso prazer em conhecer aqui hoje, não apenas de vista, mas no trabalho.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs., não é novidade para ninguém — é bem possível até que hoje mesmo a gente possa deixar de ser Secretário. Existe toda uma série de questões sendo discutidas.

Fico muito orgulhoso, muito feliz, e se hoje realmente o dia de uma decisão a respeito de SDR, de ter passado boa parte do dia aqui nesta Casa, discutindo com os Srs. e, realmente, elucidando algum problema que possa ter causado uma desconfiança.

Fico grato e demais agradecido, e digo mais: todas as realizações, que foram feitas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, foram sempre inspiradas no Presidente Fernando Collor, e todas elas foram passadas aqui pelo Congresso Nacional e aprovadas em leis. Nunca uma mensagem enviada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional ao Sr. Presidente, para que a submetesse ao Congresso, foi reprovada. Todas foram aprovadas e houve a compreensão de todos os parlamentares.

Espero que se for realmente o último dia da minha permanência na Secretaria, que quem me substitua não perca, jamais de vista, a Amazônia, o Nordeste, o Centro-Oeste e também as demais regiões do Brasil, mas, muito principalmente, a Região Amazônica e a Região Nordeste.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ALCYR MEIRA — Sr. Presidente Raimundo Lira, Senador Elcio Alvares, demais Senadores, no início do meu depoimento, eu frisei a importância desse chamamento do Senado para que prestássemos os esclarecimentos necessários. Frisava mesmo que esse interesse que os Srs. Senadores têm de apurar todo e qualquer problema relacionado com a soberania nacional e com os interesses nacionais, deve ser sempre colocado como profundamente positivo.

Mas, o que realmente me trouxe uma emoção muito grande no decorrer dos debates, é sentir que não é só simplesmente o interesse de conhecer um pouco da verdade mas, acima de tudo, o interesse de penetrar profundamente nos problemas da nossa Região e do nosso País.

Sabemos as deficiências que hoje ocorrem na Amazônia, e temos plena convicção também de que a Sudam é, no momento, o instrumento que pode minimizá-las. Temos plena consciência de que esse papel que a Sudam desempenha na nossa Região é absolutamente indispensável para o seu desenvolvimento. No momento em que os Srs. Senadores demonstram o interesse em penetrar, cada vez mais profundamente,

nessa problemática, verificamos que este País, realmente, caminha para dias melhores. Estamos aqui fazendo uma união, uma inteição de interesses, e que no fundo — no fundo de tudo — o que é mais importante é realmente o desenvolvimento da Região Amazônica e o progresso do nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Encerro a presente reunião, agradecendo as ilustres presenças do Dr. Egberto Baptista, Secretário Nacional do Desenvolvimento Regional, do Dr. Alcir Meira, Superintendente da Sudam, dos Srs. Senadores e dos Srs. presentes.

Muito obrigado.

9ª Reunião, realizada em 9 de abril de 1992

Às dezessete horas e trinta minutos do dia nove de abril de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, com a presença dos Senhores Senadores Dario Pereira, Odacir Soares, César Dias, João Rocha, Ronaldo Aragão, Coutinho Jorge, Chagas Rodrigues, Elcio Alvares, Esperidião Amin, Meira Filho, Marluce Pinto, Eduardo Suplicy, Albano Franco e Marco Maciel, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aluísio Bezerra, Nabor Júnior, José Fogaça, Ronan Tito, Ruy Bacelar, Guilherme Palmeira, Henrique Almeida, Mário Covas, José Richa, Beni Veras, José Eduardo, Valmir Campelo, Levy Dias, Nelson Wedekin, Maurício Corrêa, Júnia Marise e Moisés Abrão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e, a seguir, convida o Senador Coutinho Jorge a compor a Mesa como Vice-Presidente da Comissão. Passa-se, em seguida, à apreciação da MSF nº 164/92, "Do Senhor Presidente da República, solicitando autorização ao Senado Federal para que seja autorizada a União a celebrar contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público junto aos governos dos países credores". Sua Excelência convida o Doutor Francisco Gros, Presidente do Banco Central, a fazer parte da Mesa para, na condição de chefe da delegação de negociadores junto ao Clube de Paris, prestar os esclarecimentos necessários a uma melhor compreensão da matéria. Prosseguindo, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Esperidião Amin, para que leia o seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta com a colaboração dos relatores adjuntos, Senadores Ronan Tito e Elcio Alvares. Encerrada a fala do relator, usa da palavra o relator adjunto, Senador Elcio Alvares e, em seguida, a matéria é submetida à discussão. Participam dos debates o Doutor Francisco Gros e os Senadores Coutinho Jorge, Esperidião Amin, Odacir Soares, Ronaldo Aragão, Eduardo Suplicy e Raimundo Lira. Não havendo mais quem queira discutir, a matéria é submetida a votação e é aprovada, com voto vencido do Senador Eduardo Suplicy. A seguir, passa-se à apreciação da MSF nº 163/92, "Do Senhor Presidente da República, solicitando autorização ao Senado Federal para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a ultimar operação de contratação de operação de crédito externo no valor de US\$ 167,000,000.00 (cento e sessenta e sete milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento Mundial, destinado ao financiamento parcial do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia — "PLANAFORO", cujo relator, Senador Odacir

Soares, oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em discussão a matéria, é concedida vista ao Senador Ronaldo Aragão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara cumprida a finalidade da reunião e, agradecendo a presença do Doutor Francisco Gros e demais convidados, encerra-a às vinte horas e quarenta minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senhor Raimundo Lira, Presidente.

Anexo à Ata da 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 9 de abril de 1992, às dezessete horas, que se publica devidamente autorizada pelo Senhor Presidente, Senador Raimundo Lira.

Íntegra do apanhamento taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

Convido o Senador Coutinho Jorge para compor a mesa na condição de Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Srs. Senadores, Srª Senadora Júnia Marise; meus senhores e minhas senhoras:

Vamos iniciar a 9ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

“Mensagem nº 1.064, de 1992 (91/92 na origem, não terminativa) do Senhor Presidente da República, solicitando autorização ao Senado Federal para que seja autorizada à União a celebrar contratos bilaterais para a reestruturação da dívida externa do setor público junto ao governo dos países credores: Clube de Paris. O Relator é o Senador Esperidião Amin. Relatores Adjuntos: Senadores Ronan Tito e Elcio Alvares. Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta.”

Srs. Senadores, contamos aqui com a presença do Dr. Francisco Gros, Presidente do Banco Central. Considerando a relevância do assunto e a complexidade da matéria, o Dr. Francisco Gros foi convidado pelo Relator, Senador Esperidião Amin, e pelos Relatores Adjuntos para que na condição de chefe da delegação de negociadores junto ao Clube de Paris poder, a qualquer momento, prestar todos os esclarecimentos necessários para a elucidação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, desejo ressaltar que a prática de utilizar o Relator e os Relatores Adjuntos mostrou-se eficaz quando, no ano passado, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos designou o Senador Ronan Tito para Relator, o Senador Elcio Alvares e a mim para Relatores Adjuntos no processo que versava sobre o acordo dos juros atrasados com os Bancos credores privados.

Já distribuimos o parecer e gostaria de frisar a importância de os Srs. Senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos procurassem não apenas conhecer o enunciado do parecer, mas também aproveitarem a presença, por nós sugerida, do Sr. Presidente do Banco Central para o esclarecimento de natureza técnica quanto aos números e, especialmente, à luz da Resolução nº 82, de 1990, que estabelece condições para a renegociação da dívida externa brasileira

do Senado Federal, condições estas que presidem não apenas as negociações, mas também as deliberações que o Senado Federal deve tomar.

Vou, por isso, pedir permissão para, com o acompanhamento dos senhores proceder tão rapidamente quanto possível à leitura do parecer.

Procede-se à leitura de parecer:

Este é, portanto, o teor do parecer. Diria prévio à nossa deliberação e que antecede os esclarecimentos quer de natureza técnica, pública ou não. Repito, a critério da Comissão, deveremos ouvir o representante do Governo brasileiro, que nos honra com a sua presença, o Presidente do Banco Central.

Ao encerrar essa minha intervenção desejo aduzir o seguinte: Esse acordo faz parte de uma longa caminhada, é o caminho de volta para o mercado financeiro internacional. Caminho inevitável, temos de voltar. É um dos passos. O primeiro foi o acordo dos juros atrasados, o segundo a recomposição com o FMI, praticamente simultânea a esse e o próximo, provavelmente o mais pesado dos passos, será o acordo do principal da dívida com os bancos credores privados.

No caso dessas dívidas, estão envolvidos organismos públicos, ou seja, agências oficiais dos países integrantes do chamado Clube de Paris.

Não tenho nenhuma dúvida sobre os contratos, não tenho nenhuma dúvida sobre a necessidade do passo a ser dado e adito ao que está escrito que é o meu convencimento e também dos relatores — hoje não temos aqui a presença do nobre Senador Ronan Tito, mas contamos com o Relator adjunto, Senador Elcio Alvares, o convencimento de que esse passo deve ser dado para que essa caminhada seja enfim, vencida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES — Sr. Presidente, não me resta mais nada a não ser aditar às palavras do Senador Esperidião Amin cujo parecer, com uma vineta bastante crítica que representa, na realidade, o que nos foi relatado ao longo do tempo.

Quero fazer um registro porque foi adotada uma prática saudável que é muito importante para o País e para o relacionamento Governo e Senado da República.

Lembro-me muito bem de um dia bastante trabalhoso, bastante atarefado desta Comissão que tivemos a oportunidade de sabatinar o Presidente Francisco Gros, quando seu nome foi submetido a esta Comissão indicado pelo Presidente da República para Presidente do Banco Central.

Talvez tenha sido um dos mais longos debates registrados aqui nesta Casa e somente às 19 horas e 30 minutos, com um debate que começou pela manhã, chegamos à conclusão da aprovação do nome do novo Presidente do Banco Central.

O registro impõe-se para conhecimento de todos os colegas que integram a Comissão de Assuntos Econômicos; digna de elogio a postura da equipe econômica que está negociando a dívida externa do Brasil.

Em nenhum momento faltou aos Senadores uma palavra de esclarecimento, uma palavra dando a atualidade da negociação. Foram reuniões em casa de Colegas, jantares, almoços, sempre objetivando fazer com que essa negociação tão delicada e tão importante para a vida do País não tivesse, em momento nenhum, qualquer passo sem o conhecimento da nossa Casa legislativa.

Ressalto que o Presidente Francisco Gros, os dois negociadores da dívida, tanto o Embaixador Jorio Dauster como o Dr. Pedro Ballan, assim como o Ministro Marcílio Marques Moreira não se recusaram, em momento nenhum, de trazer todos os suplementos necessários para a fixação de um ponto de vista nosso.

Gostaria de lembrar o episódio que aconteceu aqui — talvez tenha se perdido um pouco na praça dos tempos — que foi decidido por nossa Comissão há algum tempo, que ao longo dessa negociação nós tivéssemos um representante do Governo e outro da Oposição para acompanhar, *pari passu*, o desenvolvimento da negociação. Mas o entendimento que foi mais saudável, ampliou-se de uma tal maneira que aqueles que se interessaram mais diretamente pelo problema, sem medir horas, sem medir contratempos, sempre estiveram reunidos para encontrar o denominador comum.

E hoje, quando chega aqui, através do brilhante parecer do Senador Esperidião Amin, já praticamente o primeiro passo do fechamento com o Clube de Paris; recorro-me que a missão agora é muito mais suave do que aquela primeira etapa da negociação dos juros da dívida, onde nós, na verdade, só tomamos conhecimento, praticamente, depois do documento elaborado e colimado.

Sr. Presidente, fazendo esse registro, que acho digno de importância, do perfeito entrosamento da Comissão de Assuntos Econômicos, por via de consequência, Senado da República; as autoridades econômicas estão negociando a dívida externa do Brasil, demonstrando o que o Senado da República tem reiterado em relação ao Governo do País. Não se pode construir nada sem a intensificação do diálogo. Esse é um aspecto na área econômica, mas o Governo tem de estender esse diálogo através de seus representantes, seja na área social, na área de transporte, enfim, em todas as áreas que digam respeito ao Interesse da grande coletividade brasileira.

Feito o registro, e deste ponto quero, através da pessoa do Presidente Francisco Gros, dizer que, realmente, é muito importante sabermos que, à medida que o tempo está transcorrendo, verificamos que houve acerto, e, realmente, o Presidente do Banco Central em nenhum momento está desmerecendo confiança que nele depositamos ao consagrar o seu nome como Presidente do Banco Central.

Apenas por um dever de ofício, o parecer do Senador Esperidião Amin, lúcido como sempre, faz uma análise crítica, e apenas faria uma pequena crítica quanto à manifestação do projeto de resolução da nossa irresignação. Ela é latente permanente viva, mas como já consagramos esta prática no primeiro projeto de resolução, ela vai ser mantida, mas creio que a nossa manifestação, através do parecer por inteiro, faria chegar aos credores que este acordo foi um acordo que não era o dos nossos sonhos, mas dentro da realidade atual é o acordo que supre a necessidade do Brasil, fazendo com que, mais cedo do que nunca, se reincorpore à negociação internacional.

E conforme o pronunciamento muito vigoroso, muito patriótico, do Senador Albano Franco, outros instrumentos como este, peças como estas, vão ensejar que venham não somente os empresários japoneses, mas os empresários alemães, e todos aqueles interessados em investir no Brasil.

Penso, portanto, que o que estamos votando hoje é parte integrante de um acordo mosaico que vai facilitar sobretudo a recuperação econômica do nosso País. Logo, como Relator Adjunto, endosso totalmente o parecer do Senador Esperidião

Amin recomendando a apreciação e a aprovação dos nossos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Considerando que há quorum na Comissão, passamos agora à fase de discussão.

Para discutir, passamos a palavra ao Senador Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Esperidião Amin que no relato conciso sim, mas bastante objetivo, traz as preocupações do Senado Federal com relação ao acordo de Paris.

Senador, concordo com a forma como V. Ex^a colocou mostrando que esse Acordo foi, de certa forma, rigoroso em relação ao Brasil. Suas críticas são pertinentes em relação à experiência de outros países, e cabendo ao Senado Federal aprovar ou não os acordos de dívida externa, sujeitos à Resolução nº 82, gostaria, aproveitando, inclusive, a oportunidade, que o nosso Senador justamente nos deu para trazer, convidar o ilustre Presidente do Banco Central, Dr. Francisco Gros, pediria a S. Ex^a algumas explicações, algumas indicações em dúvidas a respeito do cumprimento desta Resolução, porque acho que é ele que orienta a decisão do Senado Federal.

Primeiro, tivemos aqui, no ano passado, uma grande reunião, em que se discutiu o acordo dos juros atrasados. V. Ex^a é um negociador da dívida aqui estiveram presentes. Houve uma questão básica e crucial, que foi a comprovação da capacidade de pagamento exigida pela Resolução nº 82, se nós tínhamos ou não essa capacidade de pagamento. Surgiram dúvidas, inclusive, convocou-se, posteriormente, o Ministro, para esclarecer o assunto, e V. Ex^a também esteve aqui outras vezes.

Posteriormente, tivemos o FMI, que não é bem relacionado com o tema, e que exigências rigorosas também foram feitas no que diz respeito ao controle da nossa inflação ao nível de 2%, por exemplo, só para lembrar, uma exigência no final deste ano, coisa que, lamentavelmente, não deverá ser cumprida e é difícil de se cumprir, mas é uma intenção, isso é diferente.

O Acordo de Paris, aqui relatado brilhantemente pelo Senador Esperidião Amin, também nos envolve, nos remete novamente ao cumprimento da Resolução nº 82.

Sr. Presidente, temos ainda esse ano, segundo informação do Ministro Marcílio Marques Moreira, já no encontro do Senado Federal recentemente, a nos informar, que o Governo Federal estará negociando com os brancos privados o principal da dívida aqui referido pelo Senador Esperidião Amin, num valor superior a 40 milhões de dólares, ou seja, a questão básica é que nós para cumprirmos o Acordo de Paris, temos que enviar 4.0 bilhões de dólares em 92 e 93, e 2.9 bilhões e 94, só para nos cingirmos ao Governo Collor.

A nossa dúvida, Sr. Presidente, é saber se o Governo Federal tem as informações claras de que é o acordo dos juros atrasados. O Acordo de Paris, e provavelmente, as negociações que deverão ser encetadas com relação ao principal dos bancos privados. O Governo tem consciência de que a Resolução nº 82, do Senado, será cumprida?

Temos documentação, informações quantitativas quanto ao cumprimento da Resolução, no que diz respeito à capacidade interna de pagamento?

E eu gostaria de saber que em função desses três grandes Acordos, como ficarão, numa previsão, as nossas transferên-

cias financeiras líquidas, que atualmente se estimam em torno de 5% do PIB, considerando que o Brasil passa por uma fase seriíssima de recessão, e qualquer pressão a mais nesse envio de recursos para o exterior exigiria, no nosso entender, maior recessão, maior sacrifício ao povo brasileiro.

Em síntese, são essas as questões básicas que, no nosso entender, envolvem a Resolução nº 82 e o Clube de Paris, que apesar de ser rigoroso no seu tratamento com o Brasil, e atendendo à própria colocação do Relator, Esperidião Amin, possivelmente iremos aprovar, o seu relatório, porque é um passo a mais na abertura do Brasil para o exterior, mas nós temos sérias dúvidas quanto, insisto, ao cumprimento da Resolução nº 82, do Senado Federal.

Essa é a questão concreta, Sr. Presidente Gros, que nós queríamos ouvir quanto a este cumprimento e, sobretudo, em relação ao problema das transferências financeiras líquidas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, antes de V. Exª passar a palavra ao presidente do Banco do Central, gostaria de aduzir uma dúvida, que é uma parte da do Senador Coutinho Jorge. Nos acordos bilaterais que vão se suceder — esta é uma dúvida que, inclusive, ao Relator resta, a propósito de uma indagação feita pelo Senador Ronaldo Aragão — entendo que a nossa resolução autoriza que eles, eventualmente, reduzam encargos financeiros de cada um dos contratos, ou dos contratos existentes entre as agências e o Brasil, mas esses encargos financeiros não são unos, não existe uma taxa de juros unificada.

Estou certo quando interpreto que as taxas de juros dos contratos que estão tendo a sua autorização de reescalonamento consolidada nessa resolução só poderão ser renegociadas para baixo e para cima?

Essa foi a premissa que assumi, ou seja, que as taxas de juros variam de contrato para contrato, que elas não são unificadas, e, aprovada a resolução, no reescalonamento com a agência X, a taxa de juros pode ser reduzida, não pode ser elevada.

Gostaria de saber do presidente do Banco Central, embutida na pergunta do Senador Coutinho Jorge...

O SR. FRANCISCO GROS — Exatamente. Complementa perfeitamente, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Não se pode aumentar a taxa de juros, só reduzir — foi esse o entendimento que tive.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Dr. Francisco Gros.

O SR. FRANCISCO GROS — Exm^{as} Srs. Senadores, tentarei prestar os esclarecimentos que me foram solicitados pelos Senadores Coutinho Jorge e Esperidião Amin.

Em primeiro lugar, quanto ao cumprimento da Resolução nº 82. Tenho afirmado aqui, e gostaria de reafirmar, que a Resolução nº 82 é um norte firme, absoluto, no encaminhamento de questões de negociação da dívida externa.

Nós não entendemos a Resolução nº 82 como sendo uma restrição na capacidade de o Executivo negociar, e sim como sendo um reforço, na medida em que representa uma manifestação dessa Casa sobre quais deveriam ser os limites da negociação.

Então, a nossa posição é muito clara: não existe nenhuma possibilidade, em momento algum, de apresentarmos qual-

quer tipo de proposta ao Senado, ou de sentarmos à mesa para negociar com bancos ou credores oficiais qualquer tipo de proposta que não seja absolutamente compatível com as limitações da Resolução nº 82.

Bom, isso nós tentamos mostrar nos quadros e tabelas que encaminhamos à assessoria desta Comissão, e que demonstram a compatibilidade dessa negociação com o Clube de Paris com o programa econômico do Governo brasileiro. Não há aqui nenhuma novidade, essa negociação é absolutamente compatível com as metas econômicas do Governo que, por sua vez, são subordinadas aos limites da Resolução nº 82.

O que isto quer dizer?

V. Exª levantou os problemas desta negociação vis-à-vis a negociação com os bancos comerciais.

Eu, quando vim aqui, logo depois de voltar da França, deixei muito claro que uma das discussões mais trabalhosas que nós tivemos na nossa negociação em Paris foi deixar claro que a capacidade de pagamento do Brasil era uma só e que ela teria que ser alocada entre credores oficiais e credores privados. Quanto mais fosse alocado aos credores oficiais, nessa negociação com o Clube de Paris, menos margem de manobra e negociação nós teríamos nas negociações com os credores privados.

Isso ficou absolutamente claro, inclusive para evitar algumas coisas que aconteciam no passado, já que na negociação com os bancos privados os governos pressionam o país a fazer um acordo, ou a fazer um acordo rápido, a fazer um acordo em condições mais interessantes para os credores privados. Ou seja, essas duas negociações fazem parte de um mesmo todo. A capacidade de pagamento do país é uma só. Se se vai mais para o lado dos credores públicos, sobrá menos para os credores privados. É absolutamente cristalina essa nossa posição.

O segundo comentário que eu faria é que, por um outro lado, esses números envolvem premissas e previsões quanto ao futuro, para o ano de 92 e para o de 93. Qualquer premissa, qualquer projeção futura pode ser questionada.

Pode-se dizer que o Governo não vai conseguir obter um superávit de 3% do PIB, como se propõe a obter, pode-se dizer que a taxa de juros será diferente daquela que está aqui, mas essa é uma discussão de cunho eminentemente técnico.

Desde que o programa econômico brasileiro foi apresentado à sociedade, nós o temos mantido como nosso norte, ou seja, temos tomado todas as medidas de política econômica necessárias para que essas projeções se configurem.

Não existe, portanto, de nossa parte, nenhuma dúvida de que esse é o programa econômico e de que é dentro dele que teremos que trabalhar.

Tudo que estou lhe dizendo é que sim, é compatível, mas não estamos tratando de uma ciência exata. Cada um desses números, cada uma dessas projeções poderia ser questionada.

O próprio Senador Eduardo Suplicy, por exemplo, frequentemente questiona os números, mas é uma discussão entre economistas sobre projeções de balanço de pagamento, sobre projeções de taxa de juros, sobre projeções de senhoria-gem, sobre projeções econômicas.

Tudo que eu gostaria de deixar claro é que a proposta de negociação com o Clube de Paris é absolutamente compatível tanto com o programa econômico brasileiro, quanto com a

capacidade de pagamento do País e, portanto, com a Resolução nº 82 do Senado Federal.

V. Ex.^a citou o número de transferência líquidas ao exterior e eu gostaria de discordar do seu número. De fato, o que teremos de transferências líquidas será da ordem de 1,5% do PIB, em 1992, e de 1,58% do PIB...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Compreendendo os outros acordos?

O SR. FRANCISCO GROS — Compreendendo tudo. (Inaudível)

O SR. FRANCISCO GROS — Sim, porque o Senador falou em 5%, e não é. É 1,50 em 92 e 1,58 em 93.

E aqui eu gostaria de fazer um parêntese. Nós, hoje, estamos buscando uma negociação com a comunidade financeira internacional e ao contrário do que ocorreu em outras épocas do passado, exatamente porque essa necessidade de transferência, hoje, caiu muito.

Lembro-me, quando estava no Governo em 87, que o Ministro Dilson Funaro era taxado de visionário e revolucionário quando defendia que o Brasil deveria limitar as suas transferências ao exterior a 2,5% do PIB naquela época. E naquela época, sim, as transferências eram da ordem de 5% do PIB.

Além do mais, naquela época, conversava-se com os credores e perguntava-se: "Mas vocês estão dizendo que seria bom para o País regularizar a sua situação com a comunidade financeira internacional e pagar tudo em dia. E se nós fizermos isso, haverá um fluxo de dinheiro para o País?" E a resposta era, invariavelmente: "Não."

Hoje, o quadro é muito diferente. À medida que vamos assinando esses acordos, conduzindo essas negociações e normalizando as nossas relações com o exterior, o dinheiro já está vindo e continuará a vir, ou seja, o fluxo global se tornará positivo para o Brasil.

Essa é a mudança básica que me anima a participar de um processo de negociação que, hoje, terá, no meu entender, um resultado — concordo inteiramente com o Senador Esperidião Amin —, um saldo positivo para o País, o que, no passado, não era verdade.

Eu faria um último comentário sobre a questão dos acordos bilaterais, levantada pelo Senador Amin.

Creio que a sugestão feita aqui no relatório é exatamente o caminho que nós deveríamos percorrer, porque nós, ao se aprovar esse acordo "guarda-chuva", teremos 13 ou 14 negociações bilaterais a encaminhar. Cada uma delas vai redundar em um acordo em separado.

A negociação com o Clube de Paris não é um contrato; não é, formalmente, um acordo que obrigue as partes. Ela é um "guarda-chuva" que dá parâmetros de negociação e que cuida de tudo — prazos, amortizações. Ela só não cuida de um assunto, que é a taxa de juros. E por que isso? Porque a taxa de juros de cada organismo bilateral, de cada Eximbank, de cada organismo que nos empresta dinheiro, é muito simples. A regra é a seguinte: é que nem a regra do Banco Mundial e a regra do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BIRD — é o custo de captação daquele órgão mais o spread, que aqui é da ordem de 0,3 a 0,5%. O custo de captação daqueles órgãos é sempre muito barato, porque são os governos que levantam o dinheiro, quer dizer, barato comparativamente, está certo? Pode ser barato, pode ser caro, mas comparativamente a outros tomadores do mercado inter-

nacional, é a menor taxa de juros, porque são os vários governos. E aí não existe espaço para negociação, Senador. Simplesmente, o custo de captação do banco ou do Eximbank ou da agência que for, mais um spread que se situa sempre nessa faixa de 0,3 a 0,5%. Então, esses são os parâmetros, dentro dos quais essas negociações deverão ser conduzidas, e eu entendo que a sugestão aqui feita, que seja dada notícias e transmitisse ao Senado todas as informações sobre essas negociações, é perfeitamente pertinente. Mas eu lhe diria que não há espaço de negociação; é simplesmente decodificar em contratos, aí sim, específicos, o que foi negociado nesse acordo guarda-chuva, com mais uma cláusula de juro, que é um módulo que é embutido, ou seja, não é sujeito a um processo de negociação. A negociação mesmo foi esta que fixou os parâmetros, os outros serão contratos, acertos de números, compatibilização de números, acertos de datas de pagamentos desses números, mais são detalhes menores; a grande negociação é esta negociação que está sendo submetida ao Senado. E, mais um vez sobre juros, eles não serão, necessariamente, nem maiores nem menores, dependerá do mercado. Esse Acordo não trata especificamente da taxa de juros. Nós tentamos, até, discutir juros e o Clube de Paris disse que isso é um assunto de responsabilidade individual de cada país emprestador e que, aliás, não adianta negociar, porque é simplesmente sempre a mesma regra: custo de captação da agência mais aquele spread de operação.

O SR. ODACIR SOARES — Vou fazer uma pergunta em relação a esta questão. Quero indagar ao Presidente do Banco Central, feitas essas observações, se nós temos algum tipo de margem, porque, nesse momento agora, o Governo brasileiro vem negociando empréstimos externos com o Banco Mundial, por exemplo, a uma taxa de 0,5%. Já é praticamente um parâmetro fixo ou fixado. Quer dizer, dentro disso, a nossa capacidade de negociar me parece ser pequena, porque, apesar de se dizer 0,3 ou 0,5%, na realidade essa taxa já vem sendo negociada a 0,5%, não é isso?

O SR. FRANCISCO GROS — Não Sr. Essa taxa, a rigor, vem sendo negociada com todo o mundo a 0,3%. Com a notável exceção dos Estados Unidos, que alegam uma tradição ou um mandato congressional de cobrar uma taxa de 0,5%, e que apesar de longas resistências e negociações nossas, até esse momento, nós não conseguimos reduzir. Então, respondendo a sua pergunta, a taxa 0,3% para todo mundo, com exceção dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra, para discutir, o Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Presidente do Banco Central:

Uma das minhas dúvidas é quanto à taxa de juros, que não está explícita na carta de intenção. Parece-me que o acordo era — de acordo com a carta de intenção — prevê o juro do dia. Parece-me que com a aprovação desse relatório do Senador Esperidião Amin, seja o mesmo que dar um cheque em branco.

Outra dúvida surgida pela explanação do Banco Central, é com relação à transferência líquida, já dito por V. S.^a, que é na base de 1,5% de todos os compromissos. Parece-me que é esta função.

Sr. Presidente, seria bom, pelo menos que o Senado e esta Comissão tivessem conhecimento dos parâmetros que o Governo pode até ir na negociação da taxa de juros. Se

essa taxa de juros exceder a 5%, o Governo vai fazer a negociação? O Governo faz a negociação? Seria uma indagação. E se fizer, tem a capacidade de honrar esses compromissos? Seriam essas indagações que eu faria ao Presidente do Banco Central, porque as outras, S. S^a já respondeu inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Dr. Francisco Gros.

O SR. FRANCISCO GROS — Exm^o Senador Ronaldo Aragão, eu não concordaria consigo quanto ao conceito de carta de intenções. Não. Isso aqui é mais do que uma carta de intenções, e ela está sendo submetida ao Senado como um parâmetro de negociações. Quer dizer, esse Acordo guarda-chuva com o Clube de Paris fixa — é um contrato-mãe — todas as condições básicas da negociação, com a exceção da questão dos juros. Então, ele é muito mais do que uma carta de intenções. Ao aprovar esse contrato-mãe, o Senado estará dando os parâmetros dentro dos quais o Governo poderá negociar, e não poderia negociar fora deles.

Quanto à taxa de juros, primeiro para lhe esclarecer, 0,5% que eu citei, não é a taxa de juros, é a comissão, ou seja, é o spread, além da taxa de juros, e eu entendo que o Senado pode e deve fixar isso como limite. A taxa de juros em si, é lógico que o Senado pode e deve fixar. Eu acho que seria pertinente, conveniente. Quanto à taxa de juros em si, aí nós não temos o poder de fixá-la, porque não é bem o juro do dia, quer dizer, é o somatório dos juros dos vários dias em que o contrato se dá. O que que acontece? Cada uma dessas agências capta recursos no mercado, de acordo com as avaliações da sua tesouraria. Os franceses captam mais em franco franceses, os japoneses captam mais em yens, outros fazem um mix de moedas, e o que acontece é o seguinte: eles captam isso nas condições do mercado. Uns captam a prazo mais curto, outros a prazos mais longos o mix da captação. E a regra do jogo é basicamente esta, quer dizer, ele capta do mercado, paga um custo, digamos que esse custo seja de 6%, e é esse o custo que nós pagamos, acrescidos daquele spread. O máximo que nós podemos fazer é dizer que nós não queremos tomar recursos. Quer dizer, o Brasil, em certo momento ou os tomadores brasileiros poderão dizer que não querem correr o risco de tomar dinheiro em yen, ao invés de comprar uma máquina no Japão, vai comprá-la nos Estados Unidos. Isso, freqüentemente, acontece na decisão de cada tomador. Mas nós não teríamos como impor a essas instituições financeiras um descasamento, que é o que seria. Quer dizer, forçar, por exemplo, o japonês a, em cima de uma captação em yen, nos emprestar em dólar ou em cima de uma captação de 2 anos, nos emprestar a 10. A única opção que nós temos, no custo básico da taxa de juros, é decidir se ela é conveniente ou não para nós.

Quanto à capacidade de honrar, estamos absolutamente convencidos e determinados a conduzir o programa econômico com o apoio desta Casa, no sentido de que o Brasil possa, definitivamente, deixar para trás os problemas do seu endividamento interno e tantos outros problemas que nós ainda enfrentamos, de modo que ele possa honrar as suas dívidas, tanto no exterior, quanto internamente. Não só as financeiras, suas dívidas para com a sociedade, as suas carências de investimento, ou seja, precisamos equacionar o passado de modo a adquirirmos capacidade de crescimento no futuro, que a Deus pertence. Nenhum de nós tem uma bola de cristal, mas temos a convicção de que, ao fazermos este e outros acordos com os nossos credores, estaremos dando um passo na direção

correta para a melhor da nossa capacidade de enquadramento e retomada do crescimento econômico. Acredito que certamente esse acordo aumenta a nossa capacidade de pagamento, não a diminui.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Para discutir, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira; Sr. Francisco Gros, Presidente do Banco Central; Economista Carlos Eduardo de Freitas, S^{re} Senadores:

Avalio que o parecer do Senador Esperidião Amin tem uma introdução e, em especial, uma avaliação muito bem fundamentada, com uma retrospectiva histórica extremamente interessante. Com ela estaria de acordo, se não fosse pela conclusão. A meu ver, S. Ex^a concluiu que as alternativas de aprovação do acordo seriam mais onerosas para o País do que o próprio pagamento da dívida. Para aí ressaltar que não há outra alternativa senão opinar favoravelmente ao pedido de autorização, aí eu aqui expresso respeitosamente a minha discordância, procurei fundamentar. Aliás, estou plenamente de acordo com o art. 3^o do Projeto de Resolução que nada mais faz senão dizer que devemos cumprir a Resolução nº 8.290, do Senado Federal, informando que os desembolsos autorizados por esta Resolução não poderão ultrapassar os limites e condições estabelecidas pela Resolução nº 8.290.

Como mencionou o Presidente Francisco Gros, trata-se de uma questão de interpretação de números, mas, pelas previsões que pude fazer ao analisar os termos do acordo com o Clube de Paris, acredito que estejamos ultrapassando os termos da Resolução nº 82. Saliento, que tenho a certeza de que todos estamos aprendendo muito, em especial desde o ano passado, para mim, com esse processo, essa discussão. A Comissão de Assuntos Econômicos, bem como os Senadores no conjunto, hoje, são muito mais conscientes destes problemas do que quando iniciamos, há um ano, a lidar com os mesmos.

Basicamente, já no ano passado, quando o Embaixador Jório Dauster, o Sr. Carlos Eduardo de Freitas e o Presidente Francisco Gros estiveram conosco, levantaram algumas dúvidas entre as quais nos parecia que o senhoragem proposto pelo Governo estava abaixo do que efetivamente iria acontecer. Se, em setembro de 1990, o Governo propunha 2 bilhões e meio de dólares de senhoriagem, em junho de 1990, propôs 7 bilhões de dólares e ocorreu 9,7 bilhões de dólares, portanto, bem além do que aconteceu ou do previsto. Assim a Resolução nº 82 teve uma interpretação extremamente elástica. Hoje, as reservas brasileiras e o fluxo de pagamento ao exterior registram um aumento. Será que tem aumentado significativamente a capacidade de pagamentos do País? Não, em função do que diz a Resolução nº 82, ou seja, de um aumento do superávit primário.

É interessante que, no primeiro trimestre deste ano, não houve um aumento do superávit primário, mas de reservas e de ingresso de recursos externos, mas de que maneira? Qual foi a contrapartida? Duas fontes, em especial, ocorreram que não o superávit primário. De um lado, o aumento do endividamento interno, a emissão, a venda de títulos no mercado interno. Qual é a contrapartida da venda de títulos? É o oferecimento de taxas de juros bastante altas, é a sua elevação no mercado interno. Qual é a consequência disso senão a desaceleração do crescimento econômico? A não retomada do crescimento? O desemprego em larga escala e, inclu-

sive, a dificuldade maior para o próprio Governo ter maior arrecadação e assim conseguir obter o objetivo de superávit primário. Isso, portanto, para mim é claro. Confiar demais no endividamento interno, na emissão exagerada de títulos, no aumento do endividamento interno implica taxas de juros elevados, recessão. Por outro lado, o senhoriação, que avalio será maior do que o previsto pelo Governo, acontece como contrapartida de, normalmente, inflação maior. Encaminhei às mãos do Presidente Francisco Gros cinco tabelas e um texto denominado "Acordo com o Clube de Paris" para justificar aquilo que é a base de minha argumentação.

Parto, Sr. Francisco Gros, não da premissa de que nada deveremos pagar, mas da premissa de que o Governo quer normalizar as relações com os recursos internacionais, mas gostaria que as condições fossem favoráveis para o Brasil, e parece-me que não é o caso deste acordo, porque o Governo vem fazendo *down payments* que perfazem um bilhão 723 milhões de dólares, ou seja, sobre a dívida afetada estamos fazendo pagamentos antecipados. Assim o acordo está sendo muito interessante para os credores, e não necessariamente para o País. Por exemplo, esses aspectos foram ressaltados pelo Relator, a Argentina fez um acordo em 1991 sem fazer qualquer *down payment*. O Peru, também, fez um acordo com o Clube o ano passado sem que fosse feito qualquer pagamento antecipado. Isso sem falar no caso da Polônia e do Egito, que tiveram o perdão substancial, em 50%, de suas dívidas.

A tabela I discrimina os pagamentos que serão efetuados durante o período de consolidação relativos ao montante da dívida afetada. A tabela II demonstra claramente que os pagamentos que serão efetuados durante os anos de 92 e 93 superam em mais de quatro vezes os pagamentos realizados em 90 e 91. Em 1990 o Brasil pagou 548 milhões de dólares, em 1991, 635 milhões de dólares. Trata-se de pagamento do setor público ao clube de Paris. Em 1972, eles subirão para 2 bilhões 843 milhões de dólares, em 1993, para 2 bilhões 541 milhões de dólares.

O acordo do Brasil de fevereiro de 1992, reescalou, em média, 87,3% da dívida afetada. Isso ocorre porque faremos pagamentos iniciais, *down payments* de 1 bilhão 723 e dos 13 bilhões 554 milhões de dólares renegociados, só serão efetivamente reescalados 11 bilhões 831 milhões. O *cut off date*, no caso brasileiro, é 31 de março de 1993.

Quais são as condições brasileiras médias? Treze anos e 10 meses com um ano e 10 meses de carência, contados a partir do final do período de consolidação, aplicando-se, as amortizações tabela *price*. Entretanto, a dívida relativa ao acordo de 1983, teve tratamento desfavorável na medida em que foi reescalada em 3 anos e 10 meses, com 10 meses de carência, também contados a partir do final período de consolidação. Vale lembrar que só foi reescalado 80% da dívida, relativa ao acordo de 83, pois 20% deverá ser pago durante o período de consolidação. Tomemos um resumo do acordo com Argentina. Em setembro de 1991, ela reescalou 100% do principal em juros, tanto dos atrasados quanto das dívidas, vencendo no período de consolidação sem pagamentos iniciais — o período de consolidação da Argentina é de 6 meses — e o Brasil não explorou esse precedente. As condições da Argentina de 5 a 10 anos de prazo, com 7 anos de carência, mais oito pagamentos semestrais iguais.

No Caso do Peru, setembro de 1991, o Peru reescalou 100% do principal e juros, tanto dos atrasados quanto das dívidas vencendo no período de consolidação, sem pagamen-

tos iniciais. As condições peruanas foram 17 anos de prazo com 10 anos de carência, juros vincendo durante o período de consolidação, que também foram reescalados, e incluiu-se na dívida afetada.

Passemos a uma rápida análise das projeções oficiais da nossa capacidade de pagamento. Superávit primário, que é a essência da Resolução nº 82/90. Em 1991, o superávit primário do setor público não financeiro consolidado, que era previsto em 1,4% do PIB, alcançou 1% do PIB, segundo estimativa do Governo. Parece difícil acreditar que o resultado de 1992 possa superar o de 1991, porque se estima em 3% do PIB como superávit primário. É o que indica os resultados observados na execução do tesouro, pelo menos no primeiro trimestre de 92.

Analisando os fatores que condicionam os componentes dos superávits primário nós temos — e aqui vou relatar para ouvir o Presidente Francisco Gros, se por ventura há a perspectiva certa de um quadro diferente. Execução do tesouro. Item 1º: os dados julgados pelo Governo do bimestre, janeiro e fevereiro, apresentam uma redução real da receita da ordem de 16,4%, e o resultado das receitas menos as despesas, para o bimestre, caiu em 81% se comparado ao mesmo período de 91.

O outro item é o das empresas estatais. Com relação às tarifas públicas, ao contrário da política que vinha sendo praticada até janeiro deste ano, onde os aumentos eram superiores aos níveis de inflação observados, hoje o Governo — até porque precisa controlar a inflação — estabeleceu como limite os níveis de inflação verificados. E qualquer alteração nesse rumo, no sentido de melhorar o resultado das empresas estatais, inevitavelmente esbarrará na elevação inflacionária.

Um outro item importante é o resultado dos governos estaduais e municipais. Ora, o que houve? A lei de renegociação das dívidas dos Estados e municípios. No final de 91, foi aprovado pelo Congresso Nacional a lei de renegociação, que implicará num relacionamento dos serviços das dívidas dos Estados e municípios. A partir daí, seus resultados fiscais tendem a ser piores do que os de 91. Outro agravante é a queda na arrecadação Federal, que atinge os Estados e municípios, em função das quedas nas transferências do fundo de participação dos Estados e do fundo de participação dos municípios. Além disso, neste ano nós teremos a realização das eleições municipais, que historicamente significa um relaxamento da gestão financeira dos municípios ou, pelo menos, uma certa rigidez na contenção dos gastos.

Um outro item importante é o da Previdência Social. Durante o exercício de 91, o resultado de caixa da Previdência Social apresentou resultado praticamente nulo ou equilibrado, digamos; a receita, o resultado positivo nulo, ou seja, a receita foi de 19,6 trilhões e as despesas de 19,3 trilhões, não houve um superávit significativo. Para este ano, ainda existe o problema da queda da arrecadação do Finsocial e das contribuições sociais, tendo em vista o baixo nível da atividade econômica. Além disso, temos a questão pendente dos 147%, com toda a sua dimensão social que, seguramente, não contribuirá para qualquer resultado positivo na área da Previdência. Estes fatores sugerem que o superávit primário será, na melhor das hipóteses, salvo melhor comprovação, igual ao de 91, ou seja, de 1% do Produto Interno Bruto.

No que tange às reservas internacionais. As estimativas recentes do acúmulo de reservas, entre dezembro e março, apontam para um valor de, aproximadamente, 1,2% do PIB, em 92, o que supera em 0,7% do PIB o número previsto

pelo Governo. Portanto, supõe-se que o Governo manterá, até o final do ano, o saldo alcançado até março de 1992.

As reservas internacionais, que em dezembro de 90 e 91, apresentaram o valor aproximado de 8,7 bilhões de dólares, aumentaram, em março de 92, para a faixa de 13 a 14 bilhões de dólares, segundo as estimativas existentes para a balança comercial e o fluxo de capitais, podendo, obviamente, o presidente do Banco Central explicitar aqui melhor qual o número presente.

No que diz respeito ao financiamento interno e aos juros da dívida interna, a projeção alternativa implica num crescimento do financiamento interno de 1,5 para 3% do PIB, e da senhoriação de 1,5 para 3%. A evolução desses agregados é consequência da reestimativa do superávit primário, que cai de 3 para 1% do PIB, e do aumento dos níveis das reservas internacionais de 0,5 para 1,2% do PIB.

O crescimento das necessidades de financiamento interno resultará no aumento da taxa de crescimento real da dívida interna de 11,3%, na projeção oficial, para 23,9%, na projeção alternativa, conforme se mostra nas tabelas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — (Faz acionar as campanhas.)

O SR. EDUARDO SUPPLY — Tais alterações — e gostaria que houvesse a atenção do Sr. Presidente para as tabelas 4 e 5...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador Eduardo Suplicy, toquei as campanhas para o plenário fazer silêncio para V. Ex^a continuar a sua colocação.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Agradeço a V. Ex^a.

Tais alterações, Sr. Presidente, são compatíveis com as mesmas taxas de juros internos implícitas na projeção oficial, cerca de 30% ao ano, em termos reais, e supõem, portanto, que a taxa de juros não reagiria a um maior acúmulo de endividamento, o que torna subestimadas as despesas com os juros da dívida interna, ou seja, os cálculos que aqui faço, Sr. Presidente, são conservadores. Ora, aqui vem o questionamento maior — e, aliás, eu, aqui, complemento a dívida levantada pelo Senador Coutinho Jorge —, porque a necessidade da senhoriação compatível com a projeção alternativa significa um crescimento de 1,5% — a projeção do Governo — para 3% do PIB, fazendo com que os níveis de inflação médios passem para 18,1% ao mês, ou 639% ao ano, cálculos esses que mantêm constante a relação base monetária sobre o PIB, que é igual 1,5%.

Em resumo, a projeção alternativa efetuada com informações que avalio como realistas e conservadoras sobre a evolução das variáveis econômicas demonstra, claramente, a alta sensibilidade das projeções oficiais a alterações das metas otimizadas.

Assim, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir o presidente Francisco Gros sobre as projeções que fiz, da forma mais bem fundamentada que estava ao meu alcance, e, inclusive, conservadora, porque a se confirmarem esses dados, nós vamos ter algo parecido com o que aconteceu em 91: o Governo nos propôs uma senhoriação que era não superior a 1% do PIB — originalmente era 2,5 bilhões de dólares, depois foi para 7, e acabou em 9,7 bilhões. Temo que possa ocorrer novamente o mesmo. Temo também que, tal como aconteceu neste primeiro trimestre, nos fundamentemos muito na contrapartida do endividamento interno, ou seja, uma transferência

do endividamento externo para o interno com este peso da elevação da taxa de juros com consequência sobre a recessão.

Tenho certeza de que todos nós aqui estamos muito mais conscientes dessa problemática do que há um ano. Eu, pelo menos, sei muito mais desse assunto do que há um ano. Creio que na cooperação, no diálogo — que tem sido positivo — entre o Executivo e o Legislativo, nós todos estamos aprendendo. Só quero que possa o Senado votar conscientemente. Mas avalio que possa o Senado, à luz da análise feita pelo Senador Esperidião Amin, quem sabe, dizer aos alemães, ascendentes do prezado Senador, que tanta experiência histórica...

O SR. RELATOR (Esperidião Amin) — (Inaudível.)

O SR. EDUARDO SUPPLY — Ascendentes certamente são aqueles que foram governados pelo Governador. Ascendentes dos descendentes governados pelo Governador Esperidião Amin. Mas certamente, com toda a sua capacidade, graças aos seus ascendentes árabes... (acertei agora?)

O SR. RELATOR (Esperidião Amin) — Não só árabes.

O SR. EDUARDO SUPPLY — ... e libaneses, de bem negociar, o Senador Esperidião Amin fez uma análise brilhante, levando-nos à conclusão de que deveríamos dizer aos empresários japoneses do Keidanren que estão visitando Brasília, aos alemães, que volta e meia nos visitam, aos credores, aos membros do Clube de Paris que é chegada a hora de ter uma visão à luz da história desses mesmos países, são países que, como a Alemanha e o Japão, tiveram uma injeção de recursos nas horas mais difíceis e amargas, após a Segunda Grande Guerra Mundial, para depois contribuírem tanto para a melhor saúde das economias dos antigos credores, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

São essas as considerações, prezado Presidente Francisco Gros, que eu gostaria de expor é que fundamentam a posição que, infelizmente, não pode estar de acordo com a conclusão do Relator, ainda que esteja de acordo com o art. 3º do mesmo. Então, tenho que qualificar o meu voto, relativamente ao do Relator.

O SR. RELATOR (Esperidião Amin) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Tem a palavra o Sr. Esperidião Amin.

O SR. RELATOR (Esperidião Amin) — Senador, peço permissão para intervir.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — V. Ex^a, na condição de Relator, poderá intervir quando achar necessário.

O SR. RELATOR (Esperidião Amin) — Exatamente. E pretendo ser breve. Todos nós já nos habituamos ao trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos, a conhecer as sempre bem lançadas questões que avança aqui o Senador Eduardo Suplicy, que merece pelo seu trabalho e da sua assessoria, todo o nosso respeito. Não quero intervir na dúvida principal que S. Ex^a aqui lança. O principal da dúvida é quanto às projeções do Governo. Não vejo como não ter dúvidas. Não vejo como ter certezas a respeito delas. O cidadão que puder demonstrar o seu futuro pessoal é um deus, é Deus. E uma sociedade que pode prever o seu futuro com absoluta confiabilidade não é uma sociedade humana.

Por exemplo, eu disse a um assessor do Senador Eduardo Suplicy que eu havia recebido hoje informações do Congresso

do Peru de que os números do acordo de dívida que S. Ex^a aventa não são corretos. E quero ver S. Ex^a verificar se a minha informação está errada. Quero ver S. Ex^a telefonar para o Congresso do Peru. Está fechado. Ou seja, a minha afirmação fica irrefutável.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Permite V. Ex^a um breve aparte, Senador Esperidião Amin?

Primeiro, eu penso que seria justo que V. Ex^a dissesse que foi o meu assessor Samir Cury. Em segundo lugar, eu gostaria que V. Ex^a dissesse o nome do membro do Congresso peruano que, logo após o meu pronunciamento desta tarde, foi tão rápido em ligar para V. Ex^a para dizer que a minha tabela não estava certa.

O SR. RELATOR (Esperidião Amin) — Quem me informou foi o guarda de plantão, porque o Congresso está fechado.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Mas qual é o nome dele, Senador?

O SR. RELATOR (Esperidião Amin) — Estou com isso demonstrando que qualquer informação que possa obter já é desconfiável, quanto mais uma projeção.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Mas as minhas são completas. Pelo menos, as minhas têm nome. Os meus assessores têm nome, também.

O SR. RELATOR (Esperidião Amin) — Tenho a impressão de que o Senador Eduardo Supply não entendeu a colocação que fiz. Vou repetir. O futuro é tão imponderável que a entidade a qual eu poderia recorrer, equivalente à nossa, para conferir se a sua informação está certa ou errada, não pode responder porque está fechada. Está fechada por um golpe de Estado que, no dia 25 de março, não era previsível nem pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. Nem pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos era previsível que a democracia peruana, depois de 20 meses da eleição do seu Presidente, viesse viver um momento tão tempestuoso quanto este. O que eu quis dizer foi exatamente que essa informação não é verificável, por força de um fato que aconteceu e que não era previsível.

Com isso, quero dizer que o principal das dúvidas do Senador Eduardo Supply continuará divide daqui a dez horas, daqui a 30 horas de discussão — que deve ser levada a termo, e que deve ser debatida com os representantes do Governo. Sua dúvida é acerca dos números de previsões para 92, para 93, que, como o orçamento de uma pessoa, podem flutuar.

A minha intervenção, aqui, não é sobre isso. Estou intervindo, para contestar a seguinte observação de S. Ex^a: "Concordo com o texto, mas não concordo com as alternativas". Fiquei aguardando atentamente que, além das dúvidas sobre as projeções — dúvidas com as quais concordo — ninguém poderá estabelecer certeza sobre o presente. É impossível. Pode-se até afinar uma previsão. Agora, transformar a previsão num dado exato e acabado, só o tempo faz.

A minha intervenção é para contestar, respeitosamente, a afirmação do Senhor Eduardo Supply de que concorda com o conteúdo do parecer, que modestamente, aqui, com a ajuda do Senador Elcio Alvares, apresentei, mas não concorda com as alternativas. Repito: Podemos discutir previsões, podemos questionar as previsões. No entanto, o Senado questiona previsões quando aprova orçamento, quando vota o orçamento, quando suplementa o orçamento, quando faz créditos adicionais, já com o orçamento totalmente modificado pela Consti-

tução de 88. Neste momento, o Senado só há duas alternativas! aprovar ou rejeitar o acordo. Entendo que a alternativa da rejeição é mais onerosa do que a da aprovação.

Ouvi o Senador Eduardo Supply divergir desta minha afirmação. E quero repeti-la, porque não ouvi, ao longo de toda a sua exposição, uma frase sequer que colocasse em dúvida a minha alternativa recomendada, que é a de aprovar, apesar de todos os pesares, que eu próprio mencionei. É nisto que eu quero insistir.

Discutir previsões, Sr. Presidente, longe de mim querer policiar isso, porque não sou o Governo. Nem sei quais são os dados e argumentos que o Governo pode aqui oferecer para tentar tornar as suas previsões mais verossímeis do que são. Mas quero repetir que o foco da nossa questão é aprovar ou não um acordo que as autoridades brasileiras, cumprindo uma etapa de uma caminhada, negociaram. Este é o acordo que foi negociado. É o acordo mãe, com todas aquelas dúvidas que os Senadores Ronaldo Aragão e Coutinho Jorge levantaram.

Cabe a esta Comissão e ao Plenário do Senado Federal dizer: aprovo isto aqui ou não aprovo isto aqui. E, repito, a pior alternativa é não aprovar, respeitando todas as dúvidas que sobre números sejam levantadas. E ainda poderia aduzir ao final das minhas observações, mas não agora, alguns comentários acerca do conteúdo político do documento apresentado pelo Senador Eduardo Supply. Conteúdo até para se discutir em plenário e não aqui, como sendo os reflexos dos 147, a informação que supreenderia certamente o Tribunal de Contas da União de que não houve superávit na Previdência Social ano passado; este ano a situação é difícil.

Se o Senador Eduardo Supply tivesse esses dados em janeiro, no dia 26 de janeiro, quem sabe se o Congresso não era capaz de tomar outra decisão, e desastrosa, talvez, a respeito da proposta do Governo de elevação das alíquotas da Previdência porque, naquela oportunidade, denunciava-se que havia 16 trilhões de previsão de saldo positivo para a Previdência Social no Brasil.

Enfim, há outros aspectos de natureza política que eu me reservarei o direito de contestar em outra oportunidade. Para arrematar, acho que o dado político mais constrangedor para mim foi ler que foi aprovado pelo Congresso Nacional a Lei nº 8.388, de 30 de dezembro de 91, de renegociação da dívida dos Estados e Municípios que implicará no relaxamento dos serviços das dívidas dos Estados e Municípios.

A partir disso seus resultados fiscais tendem a ser piores do que 91. Nesse ponto sou aliado. Espero que o Senador Eduardo Supply seja um aliado decidido. Em dezembro briguei um bocado para não aprovar essa lei. E já tenho propostas de alteração da Resolução nº 58 que, se a observação do Senador Eduardo Supply tiver consequência, vão ter de sua parte também apoio para restringir a emissão de dinheiro, para restringir a emissão de títulos novos, tanto por parte dos Estados quanto por parte dos Municípios. E não posso me furtar a ponderar que foi em boa hora que o Senador Eduardo Supply retirou de pauta um projeto de resolução que o tinha como relator e propunha a emissão de novas Letras do Tesouro do Município de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Está tramitando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Não. Retirou. V. Ex^a pediu vista.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Mas já está pronta aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Então, será muito oportuno se cogitar isso, que é emissão de título novo para pagar os precatórios deste ano naquele município, contrariando inclusive memorando de entendimentos firmados por aquela administração. Aquela, não porque seja do seu partido, mas todas as outras administrações dos Estados e Municípios terão que ser muito controladas por nós, em vez de deplorarmos eventuais relaxamentos que nos cabe, por mandato constitucional, prevenir.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao Dr. Francisco Gros.

O SR. FRANCISCO GROS — Senador Eduardo Suplicy, V. Exª nos traz comentários de natureza técnica e política. Eu gostaria simplesmente de comentar brevemente dois pontos. Primeiro, do lado externo, V. Exª coloca comparações com outras negociações. Cita, por exemplo, o caso argentino e tratamento dos atrasados.

É bom que fique claro que o caso brasileiro é muito diferente. A Argentina não tinha atrasados efetivos na sua negociação. O Brasil tinha mais do que 40% da sua dívida atrasada. Quando V. Exª compara os aumentos durante os anos 92, 93, verifica que eles superam mais de quatro vezes os pagamentos realizados em 90 e 91. É bom que fique claro que em 90 não se pagou nenhum tostão. O aumento é infinito; estávamos em moratória. Não adianta comparar uma realidade com uma moratória.

Agora, eu só gostaria de dizer a V. Exª que as suas previsões não são as minhas. As suas previsões que vai tudo dar errado, que as tarifas não vão ser recuperadas, que estados e municípios vão explodir, que não conseguiremos fazer uma ajuste fiscal, eu me permito discordar frontalmente e só faço votos para que V. Exª esteja errado. Porque se V. Exª tiver razão nós, realmente, teremos que atravessar um período de grandes dificuldades neste País. É absolutamente essencial que todos nós do lado do Governo, a começar pelo próprio Presidente, consigamos fazer efetivamente um ajuste fiscal, pois, do contrário, dificilmente qualquer coisa poderá dar certo no País. Esse ajuste fiscal não depende exclusivamente de meia dúzia de gatos pingados no Ministério da Economia; depende da sociedade, depende de todos nós, depende de V. Exª. Acredito piamente que vamos conseguir fazer com que essas coisas dêem certo.

Quanto às questões de natureza técnica, os seus quadros, tabelas, colocações numéricas colocadas por V. Exª, eu sugiro, peço licença dos Senadores aqui presentes para distribuir os nossos comentários e temos alguns trabalhos sobre essas questões e nossos quadros. Temos memorando sobre a capacidade de pagamento e quadros em anexo explicitando a posição do Governo. Temos trabalhos, inclusive de natureza técnica, sobre senhoriação, mencionando quais são as nossas projeções sobre senhoriação, de modo a que os Senadores possam, com calma, se debruçar sobre esses números e, inclusive, subseqüentemente nos cobrar.

Concordo integralmente com os comentários do Senador Esperidião Amin; nenhum de nós tem a certeza quanto ao futuro. Os nossos números são baseados na crença de que o País vai conseguir superar as suas dificuldades, vai conseguir acertar as finanças públicas, vai reencontrar o caminho do crescimento. E quanto a isso faço votos sinceros para que

V. Exª esteja errado nas suas previsões aqui nesse trabalho. Porque se elas se configurarem dificilmente vamos conseguir encontrar saída.

Eu perguntaria ao Sr. Presidente se nós distribuíríamos essas tabelas agora ou subseqüentemente ao término da reunião?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Podemos distribuir. Não há problema.

Terminando as considerações, não havendo mais ninguém inscrito...

O SR. EDUARDO SUPLICY — Sr. Presidente, permite-me usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Presidente Francisco Gros, as minhas previsões não têm o sentido de torcer para que as coisas não dêem certo. Elas foram baseadas em previsões até conservadoras. Os economistas fazem previsões com base em perspectivas, com base em dados, em evolução anteriores e há uma certa racionalidade na previsão aqui colocada.

Não é um fato que se torna muito mais difícil a retomada do desenvolvimento quando as taxas de juros são tão elevadas, quando o Governo utiliza o endividamento interno tão alto, como, por exemplo, ocorreu neste primeiro trimestre, em que a taxa de desemprego atinge níveis só alcançados em 1985, níveis quase recordes? Embora tenham as autoridades dito que gostariam que houvesse a retomada do crescimento, é um fato, na realidade, que estamos assistindo a níveis de desemprego muito altos.

Procurei demonstrar que o que se está exigindo do País, com esse acordo, é demasiado. Não é compatível com as próprias palavras do Presidente da República; quando diz — e disse — que não gostaria que houvesse sacrifício dos trabalhadores, dos descamisados, como o desemprego e como o arrocho salarial, como forma ora de combater a inflação, ora de resolver os problemas da dívida externa.

Veja bem, Sr. Presidente Francisco Gros, não estou aqui com uma postura de simplesmente dizer que nada se vai pagar. Gostaria que pudesse o Senado apontar um caminho ao governo, na linha inclusive do que foi proposto pelo Senador Esperidião Amin, porque concordei com o seu arrojado, salvo na parte final. Para quem lesse até os dois parágrafos finais, a expectativa seria a de que S. Exª iria propor um comportamento diferente do Governo brasileiro perante os credores internacionais.

Eu gostaria, para concluir, Sr. Presidente, de formular ainda uma pergunta: para quando está prevista a entrega do Governo brasileiro ao Senado dos acordos que estão para serem firmados com os credores privados? Quando isso ocorrer, imagino em meados deste ano, vamos ter já em andamento muita coisa do que hoje é previsão, e teremos a possibilidade de ver se, efetivamente, o Presidente Gros e as autoridades tinham razão nas suas previsões ou se as que aqui apresentei estavam mais próximas da realidade. Eu gostaria de saber qual é a data prevista, para que, vamos supor, em meados do ano, já tenhamos uma noção mais clara de que o quadro mais otimista do Governo não tenha efetivamente se realizado. Vou querer saber, então, na ocasião, qual será a recomendação para os Senadores, no sentido do que deveremos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Com a palavra o Dr. Francisco Gros.

O SR. FRANCISCO GROS — Senador Eduardo Suplicy, quanto à negociação com os acordos privados, tenho dois comentários: primeiro, temos tentado manter os membros desta comissão plenamente informados do andamento dessas negociações. Não é intenção do Governo firmar qualquer acordo com os credores privados. Aliás, não seria firmar, mas acordar, porque a assinatura do contrato vem bem depois. Mas não é intenção do Governo, de jeito algum, acordar um entendimento com os credores privados sem antes ter conversado e colocado os membros desta comissão a par dos termos finais desse entendimento.

Temos, também, dito publicamente que gostaríamos de fazer esse acordo o quanto antes, porque entendemos que isso será benéfico para o País. Mas não gostaríamos, em momento algum, de assumir um compromisso prévio com uma data, na medida em que essa data não depende só de nós, mas de quem está negociando do outro lado da mesa. Ou seja, o acordo será firmado tão rápido quanto interessar aos bancos comerciais. Temos interesse, mas o nosso interesse tem que ser compartilhado por eles, porque senão, obviamente, nos colocaremos como a parte fraca nesse processo de negociação. E temos repetido isso à exaustão aos credores privados: "Temos muito interesse, sim, em terminar essa negociação o quanto antes, desde que esse interesse seja compartilhado pelos senhores". Essa é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Senador Esperidião Amin, Relator, V. Ex^a já definiu o spread para colocar no projeto de resolução?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Estou diligenciando com a ajuda do Dr. Petrônio Portella Nunes Filho a inserção no texto da resolução. Peço a todos os companheiros e à nobre colega Marluce Pinto que releven o equívoco de que tem dois artigos. Não é nenhuma homenagem ao Nigel Mansel, mas o texto da resolução tem dois artigos 5º; o último, evidentemente, é o art. 6º.

Em decorrência do que aqui foi abordado, proponho a inserção do seguinte parágrafo ao art. 4º, que fala dos contratos bilaterais. Pedia a especial atenção do Senador Ronaldo Araújo por que esse parágrafo também vai, em parte, ao encontro da preocupação de S. Ex^a

"Parágrafo único. Os acordos bilaterais a serem celebrados com os governos estrangeiros e suas agências não poderão fixar taxa de spread (isto é, a margem de comissão a ser acrescida aos custos de captação) superior ao limite de 0,3%."

Para criar um problema pelo menos para negociar o acordo bilateral com os Estados Unidos. Eu me animei a fazer isso depois que tomei conhecimento que o Senado americano determinou, por 80 votos a 10 que o Sr. George Bush venha à Rio-92. Ele vindo aqui, quem sabe nós poderemos discutir essa taxa. Essa é a sugestão objetivamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Gostaria de pedir um aparte e um esclarecimento ao Presidente do Banco Central sobre a matéria. Acho que faz sentido essa proposição do Senador Esperidião Amin, mas gostaria de me informar melhor com o Presidente do Banco Central sobre quais têm sido, historicamente, os spreads pagos pelo Governo brasileiro. Durante o Governo José Sarney, os spreads eram bem

menores do que os atualmente praticados, em função inclusive da modificação da situação dos juros no mercado internacional. Mas as informações que tínhamos eram que, em período recente, vem o Governo brasileiro pagando um spread significativamente mais alto do que em anos anteriores.

Portanto, pediria ao Presidente Francisco Gros para esclarecer quais são os níveis de spreads que têm caracterizado os compromissos do Brasil com credores internacionais em anos recentes e presentemente, e qual seria a consequência dessa proposição do Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Gostaria, Sr. Presidente, de primeiro explicar a parte que me toca. Eu ouvi uma informação do Presidente do Banco Central que estamos pagando até 3% para todos os credores e os Estados Unidos é que têm, vou repetir, uma deliberação congressional — foi isso que o Presidente Francisco Gros disse — de cobrar 0,5%. Acho que podemos estabelecer uma deliberação setatorial de que não pode pagar 0,3%, porque é só o Governo norte-americano é que está cobrando 0,5%. É uma proposta que estou fazendo e vai de encontro ao que o governo americano cobra, mas vai ao encontro do que todos, com exceção dos Estados Unidos, nos cobram.

Acho que não adulterei as informações que o Presidente Francisco Gros nos deu.

O SR. FRANCISCO GROS — Esclarecendo rapidamente, Senador, desde 1983, o spread sempre foi de 0,3% de custo de administração. Isso se refere aos custos de administração de cada uma das agências. Os Estados Unidos firmaram sempre que o custo de administração deles é 0,5% que é isso que cobram de todos os países e que não poderiam abrir um precedente para o Brasil. No último acordo de 1988, só conseguimos fechar o bilateral com os Estados Unidos agora, no final do ano de 1991. Foi o último deles. Foi uma negociação extremamente difícil, inclusive por causa desse ponto.

O Senador Esperidião Amin me pergunta qual seria a consequência. Temo que a consequência, na prática, seja um impasse na negociação com os Estados Unidos. Foi uma necessidade de voltarmos a esse fórum, porque há três anos que brigamos por isso.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Talvez tenha sido, Dr. Francisco Gros, o saldo da invocação que o Senador Eduardo Suplicy fez aos meus ancestrais.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Temos uma outra alternativa, que é a seguinte: caso os Estados Unidos não concordem com o 0,30 o Acordo Bilateral exclusivo dos Estados Unidos poderá ser remetido ao Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Eu preferiria deixar o 0,3 como princípio. Se o do americano for diferente, vem para cá.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Qualquer coisa que seja diferente do que consta da resolução tem necessariamente que vir para uma aprovação específica. O que for aprovado dentro da resolução, só precisa ser encaminhado para o Senado quinze dias após a contratação. Se tiver alguma diferença, necessita de uma aprovação prévia.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Encerrada a discussão, colocamos em votação o parecer do Senador Esperidião Amin, que teve como relatores adjuntos o Senador Elcio Álvares e o Senador Romão Tito.

Os Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam sentados. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPPLY — Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a votação na forma nominal, até porque, conforme expressei, estou em desacordo com, pelo menos parte, daquilo que foi a conclusão principal do Senador Esperidião Amin, respeitosamente, que gostaria de formular votos em separado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Aprovado, com voto contrário, em separado, do Senador Eduardo Supply.

Passamos ao segundo item da pauta.

Item 2:

(Mensagem Presidencial nº 0163/92)

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Senador Odacir Soares.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Sr. Presidente, sugiro, ouvido, evidentemente, o Relator Odacir Soares, já que temos conhecimento integral do seu parecer, que ele considere lido e passemos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — O Relator está de acordo. O parecer é favorável e conclui pela aprovação da mensagem do Presidente da República.

Em discussão o parecer do Senador Odacir Soares.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira) — Concedida a vista, que são cinco dias de acordo com o regimento, para o Senador Ronaldo Aragão.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores e a presença, como convidados dos Relatores, o Dr. Francisco Gros e seus assessores.

Encerramos a presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

10ª Reunião Realizada em 28 de abril de 1992

Às dezessete horas e quarenta minutos do dia vinte e oito de abril de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Raimundo Lira, com a presença dos Senhores Senadores Eduardo Supply, Elcio Alvares, Gerson Camata, Nelson Wedekin, Odacir Soares, Nabor Júnior, Beni Veras, Moisés Abrão, Albano Franco, César Dias, Mário Covas, Mansueto de Lavor, Esperidião Amin, José Richa,

Maurício Corrêa, Dario Pereira, João Rocha, Josaphata Marinho e Levy Dias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Coutinho Jorge, José Fogaça, Ronan Tito, Ruy Baccalar, Ronaldo Aragão, Guilherme Palmeira, Meira Filho, Henrique Almeida, Marco Maciel, José Eduardo, Valmir Campelo e Júnia Marise. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir passa-se à apreciação do Ofício "S" nº 66/91, "Do Senhor Secretário de Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo, solicitando autorização para emissão de 5.547.994.259 Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTM/SP) a preço unitário de Cr\$1,00 (hum cruzeiro), em 1-6-91, para pagamento do 3º oitavo", cujo relator, Senador Eduardo Supply, oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em discussão e votação, a matéria é aprovada, com abstenção do Senador Esperidião Amin. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Elcio Alvares para que leia o seu parecer, favorável ao PRS nº 6/92, que "prorroga a validade da Resolução do Senado Federal nº 96, de 1989". Submetida a discussão e votação, a matéria é aprovada. Prosseguindo, o Senador Elcio Alvares lê o parecer que oferece, favorável nos termos do PRS que apresenta ao Ofício "S" nº 67/91, "Do Banco Central do Brasil submetendo à consideração do Senado Federal pedido formulado pelo Governo do Estado do Espírito Santo para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado LFTES, destinada ao giro de 88% das 1.385.285.819 LFTES, vencíveis no 1º semestre de 1992". Em discussão e votação, a matéria é aprovada. A seguir, o Senhor Presidente convida o Senador Odacir Soares a proferir o seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta à MSF nº 163/92, "Proposta do Senhor Presidente da República para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a ultimar contratação de crédito externo, no valor de US\$ 167.000.000.00, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bco. Mundial), destinada ao financiamento parcial do Plano Agropecuária e Florestal de Rondônia — Planaflo". Colocada em discussão e votação, a matéria é aprovada. Tendo em vista a sessão extraordinária do Senado Federal, o Senhor Presidente comunica que ficarão adiadas, para uma próxima reunião, as seguintes matérias: OFS nº 1/86, PLC nº 92/91, PLC nº 123/91, PLS nº 18/91-Complementar, PLS nº 38/91, PLS nº 153/91, PLS nº 154/91, PLS nº 75/91, PLS nº 197/91, PLS nº 312/91, PLS nº 136/91 e PLS nº 359/91. Nada mais havendo a tratar, Sua Excelência encerra a reunião às vinte horas e quinze minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador Raimundo Lira, Presidente.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

Número avulso Cr\$ 500,00 até 31-3-92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS